

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANCELMO RODRIGUES DA SILVA

**MEMÓRIA E LUTA CAMPESSINA: O PROTAGONISMO DE JOSÉ FRANCISCO
AVELINO (ZÉ DE LELA), NO ASSENTAMENTO GURUGI II – MUNICÍPIO DO
CONDE – PB**

JOÃO PESSOA

2018

ANCELMO RODRIGUES DA SILVA

**MEMÓRIA E LUTA CAMPESSINA: O PROTAGONISMO DE JOSÉ FRANCISCO
AVELINO (ZÉ DE LELA), NO ASSENTAMENTO GURUGI II – MUNICÍPIO DO
CONDE – PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, na Linha de Pesquisa **Educação Popular**, no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, para a obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva.

JOÃO PESSOA

2018

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586m Silva, Ancelmo Rodrigues da.
MEMÓRIA E LUTA CAMPESINA: o protagonismo de José
Francisco Avelino (Zé de Lela), no Assentamento Gurugi
II- Município do Conde -PB / Ancelmo Rodrigues da
Silva. - João Pessoa, 2018.
109 f. : il.

Orientação: Severino Bezerra da Silva Silva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE/PPGE.

1. Educação Popular. 2. Biografia. 3. Identidade
Camponesa. I. Silva, Severino Bezerra da Silva. II.
Título.

UFPB/BC

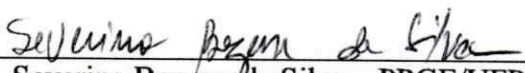
ANCELMO RODRIGUES DA SILVA

**MEMÓRIA E LUTA CAMPESINA: O PROTAGINISMO DE JOSÉ FRANCISCO
AVELINO (ZÉ DE LELA), NO ASSENTAMENTO GURUGI II – MUNICÍPIO DO
CONDE – PB**

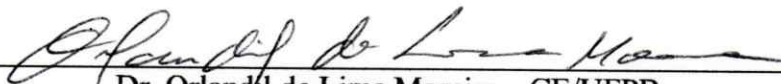
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, na Linha de Pesquisa **Educação Popular**, no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, para a obtenção do Título de Mestre.

Aprovada em: 20 / 07 / 2018.

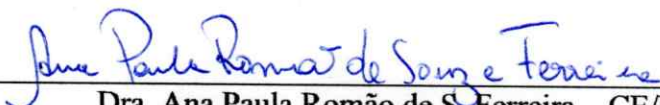
BANCA EXAMINADORA



Dr. Severino Bezerra da Silva – PPGE/UFPB
Orientador



Dr. Orlandil de Lima Moreira – CE/UFPB
Examinador interno



Dra. Ana Paula Romão de S. Ferreira – CE/UFPB
Examinadora externa

DEDICO este trabalho a todos os camponeses/as, em especial à memória do líder camponês José Francisco Avelino (**Zé de Lela**) (1950-1988).

AGRADECIMENTOS

A Deus meu guia e protetor, que sempre iluminou meus passos com a sua vitrine.

À minha família é difícil agradecer apenas “com palavras da vida”: à minha mãe, Geovânia Rodrigues dos Santos, minha educadora e fonte de inspiração, e ao meu pai José Rodrigues da Silva, por me ensinar o cenário da realidade agrária orientando para o estudo e aprendizagem nessa labuta.

Aos meus irmãos e irmãs: Silvania, Leila, Cheila, Silvano, Jeová, Gerlânia, José Humberto, por fazerem parte dessa história em todos os momentos, e acreditarem na minha dedicação ao longo da vida. Foram e continuam sendo a âncora para as minhas escolhas e minhas ações. Nesta etapa da minha formação, em um estudo de mestrado, eles sempre fazem menção a este fato sabendo que tenho orgulho deles por terem, todos, proporcionado a minha formação. A vocês, um agradecimento com muito amor.

Ao meu amigo professor orientador Severino Bezerra da Silva, devo sintetizar a infinidade de palavras que lhe agradeceram em uma sincera dedicatória desta dissertação à sua pessoa. A saudação é cabida, não só pelos quase três anos de orientação, mas pelo exemplo de clareza ideológica e teórica e, principalmente, pelo seu caráter diante da universidade e dos movimentos sociais; por sua generosidade, e meu grande incentivador, nessa labuta ao longo da minha trajetória acadêmica, desde a graduação aos processos de inserção social.

À Elisângela Pereira Lima, minha namorada, amiga, companheira e incentivadora desse projeto, ao longo da minha vida, a quem tenho muito amor, carinho, respeito.

À Comissão Pastoral da Terra (CPT), por acreditar na organização do trabalho de base e nos orientar para a realidade social de forma crítica e autônoma, pelo processo de formação de multiplicadores de lideranças. Na CPT, devo agradecer a uma fortuna de amigos/as que fiz nos meus trabalhos de agente de desenvolvimento social. Ali fiz companheiros/as para a vida. Um muito obrigado para os amigos/as: Graça, Iolanda, Marcio, Thiago, Alessandra, Washington, Marlene, Verônica, Pe. João, João Muniz, Tânia, Rogerio, Eduardo, Ana Hellen, Ana Luiza, Alane, Albertina. Ao deputado estadual Frei Anastácio, ex-coordenador da CPT, na década de 70, um dos esteios da luta incessante na Paraíba, em especial na zona da mata sul, e no assentamento Gurugi II, e por rememorar as lembranças do biografado dando relevância nesta pesquisa. Um assíduo lutador em defesa dos pobres e oprimidos, a quem tenho um imenso carinho e respeito.

À dona Lecir Rodrigues dos Santos, por ter me concedido entrevista, para narrar a memória do seu falecido marido, juntos com seus filhos/as.

Aos meus irmãos e irmãs, por fazerem parte dessa história em todos os momentos, e acreditar na minha dedicação ao longo da vida.

À professora Ana Paula Romão da banca de qualificação, que me acompanha desde a graduação, e por sua dedicação aos movimentos sociais a quem nos ensinou muita coisa fértil no campo acadêmico.

Ao professor Orlandil de Lima Moreira, por ter contribuído nesse processo desde a graduação e na pós-graduação.

Aos meus entrevistados/as: Antônia Carvalho dos Santos, Antônio Ribeiro, João Rodrigues dos Santos, Lecir Rodrigues dos Santos, Manuel Monteiro, Rafael Rodrigues dos Santos, por serem pessoas generosas em compartilhar suas histórias e memória.

Aos professores/as da banca de qualificação, Ana Paula Romão, Orlandil de Lima Moreira, Severino Bezerra da Silva, por aceitarem o desafio de produzir comigo uma dissertação à altura da história do líder camponês José Francisco Avelino (Zé de Lela), do assentamento Gurugi II, no município do Conde – PB, da Linha de Pesquisa em Educação Popular do PPGE/CE/UFPE.

Meus agradecimentos aos amigos/as Maria Ligia, Felipe, Jucilene, Alda, Jeane, Luana, Francikelly, Cristina, Sidney, da linha pesquisa de Educação Popular do mestrado.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAGI – Associação Comunitária do Assentamento Gurugi I – PB
ACAGII - Associação Comunitária do Assentamento Gurugi II – PB
ACBG – Associação Comunitária do Assentamento Barra de Gramame – PB
CCS - Centro de Ciências da Saúde
CE - Centro de Educação
CEDOP – Centro de Documentação e Publicação Populares da Arquidiocese da Paraíba
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNS – Conselho Nacional de Saúde
CENTREMAR – Centro de Treinamento Miramar
CEPLAR – Campanha de Educação Popular
CPT – Comissão Pastoral da Terra
ENERA – Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária
EP - Educação Popular
FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JAC - Juventude Agrária Católica
JEC - Juventude Estudantil Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
MEB - Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PEC/MSC – Programa Estudante Convênio e Movimentos Sociais do Campo
PMC – Prefeitura Municipal de Conde – PB
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT - Partidos dos Trabalhadores
SAMOPS – Sociedade de Apoio ao Movimento Popular e Sindical
UFPB – Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Este estudo investigou a atuação e o legado do camponês paraibano José Francisco Avelino na constituição do debate agrário no assentamento Gurugi II, no âmbito do município do Conde – PB, como também em outros espaços de desenvolvimento da luta pela terra dos camponeses em nosso estado, entre os anos de 1980 e 1988. Referenciado a partir do percurso teórico-metodológico, com emprego da História Oral e da Memória a fim de coletar fontes orais que os firmassem sobre o protagonismo do referido camponês, na problemática apresentada pela pesquisa foram apresentadas as memórias e as histórias do camponês José Francisco Avelino em torno de sua raiz familiar, sua atuação agrária, sua atuação campestre no assentamento Gurugi II e do seu engajamento na luta pelos camponeses na Paraíba. Portanto, este estudo de natureza qualitativa e exploratória discutiu os conteúdos das fontes orais e escritas em torno dos primórdios do debate agrário na luta pela resistência e permanência na terra na Paraíba, mediante a discussão tanto da luta pela posse da terra dos camponeses/as quanto da constituição do assentamento. Por fim, foi analisada a relevância dessa luta de acordo com a consolidação do assentamento integrado no estudo e pesquisa da questão agrária da Paraíba em 1980 e com a sua identidade camponesa nas dimensões do debate agrário, para o desenvolvimento e aprimoramento do protagonismo campestre na Paraíba até o ano de 1988, ou seja, até o ano em que tiraram a resistência do camponês José Francisco Avelino.

Palavras-chave: Educação Popular. Biografia. Identidade camponesa.

ABSTRACT

This study investigated the performance and legacy of the Brazilian peasant Jose Francisco Avelino in the constitution of the agrarian debate in the settlement Gurugi II, within the scope of the Municipality of Conde - PB, as well as in other spaces of development of the struggle for land of the peasants in our state, between the years of 1980 and 1988. Referenced from the theoretical - methodological route, using Oral History and Memory in order to collect oral sources that established them on the protagonism of said peasant, in the problematic presented by the research were presented the memories and the stories of the peasant Jose Francisco Avelino around his family roots, his agrarian performance, his peasant performance in the Gurugi II settlement and his engagement in the struggle for peasants in Paraíba. Therefore, this qualitative and exploratory study discussed the contents of oral and written sources around the beginnings of the agrarian debate in the struggle for resistance and permanence in the land in Paraíba, through the discussion of both the struggle for land tenure of peasants and of the Settlement. Finally, the relevance of this struggle was analyzed in accordance with the consolidation of the Settlement integrated in the study and research of the agrarian question of Paraíba in 1980 and with its peasant identity in the dimensions of the agrarian debate, for the development and improvement of the campesino protagonism in Paraíba until the year 1988, that is, until the year that the resistance of the peasant José Francisco Avelino was removed.

Key words: Popular Education. Biography. Peasant Identity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO - OS PRIMEIROS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS	
DA PESQUISA	11
2 DEFININDO O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DOS ACHADOS	
DA PESQUISA	16
2.1 A HISTÓRIA ORAL E A MEMÓRIA COMO FUNDAMENTO TEÓRICO	
DA INVESTIGAÇÃO	20
2.2 A HISTÓRIA ORAL E A MEMÓRIA COMO RELEVÂNCIA	
METODOLÓGICA DA PESQUISA	26
3 A QUESTÃO AGRÁRIA NA PARAÍBA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS	
NO CAMPO	33
3.1 OS CONFLITOS PELA POSSE E USO DA TERRA NA PARAÍBA: DAS	
LIGAS CAMPONESAS AOS CONFLITOS DE TERRA NOS ANOS DE 1980	42
3.2 A VIOLÊNCIA NO CAMPO NA PARAÍBA	49
3.3 O CONFLITO E A LUTA PELA TERRA DO ASSENTAMENTO GURUGI II	54
4 JOSÉ FRANCISCO AVELINO (ZÉ DE LELA): HISTÓRIA E MEMÓRIA	
DE UM LÍDER CAMPONÊS	65
4.1 ZÉ DE LELA: UMA LIDERANÇA DA LUTA PELA TERRA NA PARAÍBA	
(PERFIL BIOGRÁFICO)	71
4.2 AS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO	75
4.3 MOTIVAÇÕES PARA: O SEU ENVOLVIMENTO NA LUTA	
PELA TERRA	77
5 O INVENTÁRIO DE SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA PELA TERRA	
NO ASSENTAMENTO GURUGI II	80
5.1 PARTICIPAÇÃO NA LUTA PELA TERRA	83
5.2 VIOLÊNCIA E ASSASSINATO	87
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE	106
ANEXOS	108

1 INTRODUÇÃO: OS PRIMEIROS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS DA PESQUISA

Este estudo investigou e analisou historicamente a labuta e o legado do camponês paraibano José Francisco Avelino (Zé de Lela), tendo como título **Memória e Luta Campesina: O protagonismo de José Francisco Avelino (Zé de Lela), no Assentamento Gurugi II no Município do Conde – PB**, onde atuou o líder camponês na resistência e organização da luta camponesa pela reforma agrária, como também em outros aspectos da luta pela posse das terras dos camponeses de Gurugi II. O contorno temático do estudo compreende os anos de 1980 e 1988, ou seja, entre o ano de organização e constituição dos posseiros do assentamento Gurugi II e a implantação do referido assentamento como resultado dessa luta, e o ano de conquista das terras, onde começa a memória sobre a resistência do camponês José Francisco Avelino, assassinado em 29/12/1988.

As reflexões iniciais para construção desta dissertação partiram do olhar da organicidade e resistência dos conflitos agrários na história do Brasil e, especificamente, na Paraíba. Compreende-se que as lutas agrárias perduram ao longo do processo histórico, desde a ocupação europeia datada na historiografia oficial, em 1500, marcada pela chegada dos colonialistas portugueses ao nosso país. Ou seja, a luta pela terra no Brasil existe há mais de 500 anos, quando os colonizadores aqui abarcaram e iniciaram a grande exploração, em que enganaram alguns indígenas para que eles trabalhassem na extração do pau-brasil em troca de objetos de pouco valor econômico como espelhos, facas, entre outros, e perseguiram e exterminaram outras etnias, por não conseguir escravizá-los. Portanto, os índios estavam coagidos no momento da invasão de suas terras, sendo forçados a trabalhar desmedidamente para os colonizadores estrangeiros (MARTINS, 2004).

O processo colonialista realizou um grande aprisionamento e massacre da população africana, que foi trazida ao Brasil para se constituir em mão de obra escrava. Nesse sentido, Prado JR (1996) afirma que em nosso processo de formação se configurou o tripé: monocultura, mão de obra escrava e latifúndio. Para Pereira (2009) o latifúndio se constitui em meio a esses conflitos e a elite brasileira ao longo de mais de cinco séculos sempre acumulou suas riquezas em virtude da exploração proporcionada pela escravidão negra, ocasionando violência e morte daqueles que resistiram contra a ordem dominante. E, na Paraíba, não foi diferente, visto que teve, anos depois da colonização europeia, massas de camponeses que se organizaram em associações de lavradores.

Uma experiência marcante na história agrária contemporânea brasileira foram as Ligas Camponesas¹ (1950 e início de 1960), que surgiram como uma resposta à opressão do latifúndio, em cinco décadas após a abolição. Sendo assim, as Ligas Camponesas já começaram sendo reprimidas no início dos anos 60. Resistiram de forma mais organizada, mas mesmo assim sem lograr êxito, pois foram destituídas pelo golpe civil e militar a partir de 1964 (tendo este perdurado até 1985). Durante o período ditatorial, latifundiários perseguiram e executaram muitas lideranças, conforme retrata a recente pesquisa da Comissão Nacional Camponesa da Verdade (2014-2016).

Ainda na visão de Pereira (2009), as Ligas Camponesas foram interrompidas por um longo período de opressão contra os camponeses/as; as mesmas tiveram João Pedro Teixeira enquanto uma expressiva liderança que havia fundado a Liga no município de Sapé - PB, em fevereiro de 1958, juntamente com Nego Fuba e Pedro Fazendeiro e, mais tarde, a fundação da Confederação das Ligas Camponesas da Paraíba, em 22 de novembro de 1961, constituída de dezoito ligas, que teve, ainda, como vice-presidente Francisco de Assis Lemos. João Pedro Teixeira foi assassinado no dia 2 de abril de 1962, na região da Várzea, em Sapé, a mando do chamado Grupo da Várzea.

No decorrer desse processo a associação passou a se chamar Ligas Camponesas. Este movimento teve grande força na zona da mata, região que abrigava várias usinas de cana-de-açúcar, tendo as cidades de Sapé e Mari se destacado pela expressão mais acentuada do movimento. Como os indígenas e os negros, estes camponeses/as resistiram e buscaram a união como força para enfrentar os latifundiários e se expandiram para outros municípios das demais regiões como agreste, brejo, litoral e sertão, tendo como líderes Pedro Fazendeiro e João Pedro Teixeira que assumiram um papel histórico contra os latifundiários.

O “**camboão**” enquanto a representação da superexploração da mão de obra do trabalhador do campo imposta pelo latifúndio foi fortemente questionada pelos líderes das Ligas; na visão de Pereira (2009), a resistência teve força, mas ainda assim foi duramente reprimida. “[...] Esse procedimento é decorrência de uma cultura dominante que sempre violentou os trabalhadores/as do campo em todas as questões sociais, culturais, políticas e econômicas [...]” (PEREIRA, 2009, p. 102).

¹ As Ligas Camponesas surgiram no Engenho Galileia, em Pernambuco, legalizadas por Francisco Julião e tinha por finalidade combater a superexploração do trabalhador/a camponês/a (LEMOS, 1996).

Como afirma Silva (2011), as organizações dos trabalhadores rurais na Paraíba tiveram forte influência da Igreja Católica, em especial da ala que se aproximou da luta dos povos do campo, a partir da Teologia da Libertação, mais precisamente, na década de 1960, que teve um papel fundamental na organização ou apoio de alguns grupos, a saber: “[...] Campanha de Educação Popular (CEPLAR) que, juntamente com a Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Agrária Católica (JAC) e o Movimento de Educação de Base (MEB), e demais organizações ligadas à Igreja [...]” (SILVA, 2011, p. 73). Na formulação de Silva houve uma compreensão que mesmo sendo um grupo mais progressista da Igreja Católica, seu apoio às lutas camponesas começou a fortalecer o sindicalismo rural, ou por temer a volta das Ligas Camponesas, influenciadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), ou por querer trabalhar os direitos fundamentais na luta do campo em sua nova orientação e agenda pastoral.

Neste contexto, o recorte temático desta dissertação está voltado para a história da luta pela terra e reforma agrária na Paraíba no tempo presente, ficou prefigurado o seguinte título para este trabalho, para que essa memória não seja esquecida, fazer esse registro é fundamental para que essa realidade seja evidenciada.

O interesse de analisar este tema surgiu em decorrência do resultado de uma pesquisa realizada no ano de 2011 para obter o título de graduação em pedagogia do campo, com o seguinte tema: **A História do Assentamento Gurugi II no município do Conde–PB**. Mais um aspecto da escolha do tema é o lugar na experiência de vida do pesquisador, como filho de assentado residente no assentamento Gurugi II, pelos processos de organização, participação e resistência dos camponeses na terra, como resultado de uma luta organizada e no entendimento de construir condições de moradia e trabalho na terra, tratando de condições de permanência na terra, na certeza de que a luta amplia suas bandeiras pelo processo de políticas públicas, sobretudo a educação escolar.

Outro elemento motivador foi o de ter participado da primeira turma de educação do campo no curso de pedagogia (PEC/MS), uma parceria entre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)²,

² Em abril de 1998, foi criado o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA) pelo Ministério Extraordinário da Política Fundiária. Não parte do Estado essa iniciativa, mas é uma resposta aos movimentos sociais populares e se explica no contexto do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA), realizado em Brasília e promovido pelo MST em parceria com a UnB, a UNESCO, o UNICEF e a CNBB. A força dos movimentos sociais populares rurais/do campo, com a iniciativa do MST e o apoio de entidades nacionais, pesou na conquista do PRONERA. Contraditoriamente, esse Programa está compreendido como uma política do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e não do MEC, do que se pode depreender o vínculo forte entre trabalho e educação expresso na luta pela terra associada à luta pela “ocupação da escola” (MARTINS, 2004, 2009).

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), no período de 2008 a 2011. O curso foi orientado sob os princípios da educação do campo. Outra justificativa importante para esse autor tem como raiz o fato de ser militante incondicional da educação de qualidade para os povos do campo.

Por fim, comecei a realizar pesquisa orientada pelos professores/as sobre a história de constituição do assentamento Gurugi II e percebi que no processo de luta pela terra os camponeses/as foram protagonistas. Foi na elaboração da monografia para obter o título de graduação que achei necessário pesquisar sobre este tema para colocar estes camponeses/as na história, dando visibilidade ao papel deles/as na luta pela terra.

Para compreender estes achados da pesquisa serão utilizados os seguintes objetivos: Objetivo geral: analisar historicamente a contribuição do camponês José Francisco Avelino na organicidade da luta pela posse da terra no Assentamento Gurugi II, Conde-PB. Objetivos específicos: Contextualizar historicamente a luta pela terra e os conflitos sociais no campo da Paraíba; Sistematizar a trajetória de participação de Zé de Lela nos movimentos de Luta pela Terra; Reconstruir momentos históricos da participação de Zé de Lela na luta pela terra no assentamento Gurugi II.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender como estes camponeses/as, apesar do contexto social de dificuldades e opressão/ conflitos, arraigado por meio de uma cultura patriarcal e dominante, conseguiram afirmar sua história e seu protagonismo na luta pela terra do assentamento Gurugi II. Sendo reconhecida por muitos camponeses/as, porém, fica evidente que tantas outras mudanças precisam acontecer para que os camponeses alcancem outras conquistas.

A respeito da importância e da organização do texto da dissertação, optei pela seguinte estrutura: no primeiro capítulo apresento uma discussão teórica sobre o conhecimento da História Oral. Essa disposição se justifica na medida em que o tema proposto para análise não se concentra apenas no campo da questão memorialista ou agrária, mas na organização de contextos de resistência levantados pelos camponeses/as. Portanto, a luta dos camponeses/as pela posse das terras é um fenômeno específico e também é objeto de análise. E isso significa disseminar a História Oral e a Memória, com seus conceitos e teorias, diante da identidade campesina movimentada pela organicidade, discurso e ação agrária.

No segundo capítulo busco compreender uma sequência histórica de conflito e resistência que objetiva reconstruir, minimamente, o processo de construção da luta pela posse das terras no assentamento Gurugi II, no município do Conde – PB. A relevância dessa luta será analisada sempre à raiz das ações e resistências camponesas vivenciadas por eles/as; no entanto, apresento um breve relato das lutas dos camponeses, tendo como marco a terra e junto com ela a liberdade de cultivá-la. Dessa forma, também apresento a configuração sucinta sobre a formação e construção da identidade agrária local.

No terceiro capítulo analiso a historicidade, o envolvimento do biografado, o líder camponês JOSÉ FRANCISCO AVELINO, seu protagonismo com a questão agrária e seu engajamento na luta pela posse das terras no assentamento Gurugi II, que constitui o elemento central. Sobre a construção dessa memória histórica tento relatar e comentar o contexto desde sua atuação até o momento em que tiraram sua resistência.

No quarto capítulo introduzo a participação do biografado na luta pela terra, proposto pelo objetivo específico para a pesquisa de mestrado. Nesse capítulo, procuro, nas raízes memorialísticas e nos conflitos que envolvem o assassinato, a ação dos camponeses/as que vivenciaram o dilaceramento do camponês José Francisco Avelino, e quais as contribuições e os aprendizados decorrentes dessa memória? Para responder a esta pergunta procuro explicitar e analisar determinadas questões decorrentes da organização da luta pela terra e os conflitos agrários na Paraíba. Por fim, as considerações finais e referências bibliográficas.

Aqui, passarei a desenhar e definir a questão, que prefigurei no uso da denominação do nome do município, “do Conde”³.

³ Para o historiador, Horácio de Almeida, o nome de Conde, ao contrário do que se propaga na historiografia paraibana, deve-se à existência na região da “Fruta do Conde”, também conhecida como “ata” ou “pinha”. Outros historiadores explicam o nome de Conde como uma homenagem ao administrador holandês Conde João Maurício de Nassau. Registre-se aqui o costume português de se dar aos povoados e vilas das colônias nomes das localidades lusitanas. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Conde_\(Para%C3%ADba\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Conde_(Para%C3%ADba)) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). «Base de dados por municípios das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias do Brasil». Consultado em 17 de agosto de 2017. Cópia arquivada em 17 de agosto de 2017.

2 DEFININDO O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DOS ACHADOS DA PESQUISA

Este capítulo parte do que penso ser a raiz da trajetória histórica sobre a memória de um líder camponês e sua contribuição no processo de luta pela terra em Gurugi II, os dilemas que são enfrentados a partir da atuação dos camponeses frente à estrutura social dominante no campo (o latifundiário), bem como as conquistas que podem ser apontadas ao se compreender a categoria camponesa enquanto categoria de classe, como um dos eixos fundamentais das relações sociais de trabalho no campo brasileiro e na luta social pela democratização do acesso e uso da terra no Brasil. Tomando como foco inicial a memória do camponês em estudo, tento contribuir com a história e resistência vivenciada neste processo para compreender o trabalho dos povos do campo em movimento.

O estudo da memória de José Francisco Avelino se constitui sob a resistência de muitos camponeses/as organizados na luta e na mobilização existente no campo agrário. Para analisar este procedimento vou examinar a contribuição que a lembrança desempenha na vida da comunidade e as relações que ela tem com as representações e as identidades sociais.

Segundo Jovchelovitch (2011, p. 141), “a memória de um indivíduo depende de sua relação com a família, a classe social, a escola, a Igreja, a profissão, em suma, ela depende dos parâmetros comunitários que marcam a experiência de qualquer indivíduo”.

Tentarei mostrar que existe um cruzamento muito nítido entre questões de violência no campo com o ato de contar história de classe, mas farei isso com o objetivo de demonstrar que as lutas dos camponeses em Gurugi II representam um primeiro momento que tem como consequência as lutas de classe pela conquista da terra em contraponto à estrutura e dominação criada secularmente pela política agrária, pautada no grande latifundiário. A questão da violência no campo é tratada ainda hoje com muito descaso pelos poderes públicos, por mais significativa que revele a própria narrativa e participação do tempo presente dos camponeses no exercício de seu protagonismo. Os camponeses sempre lutaram por seus direitos, junto ao direito de viver na terra livremente para construir suas relações de trabalho e moradias, por isso, sempre estiveram em luta.

O processo de exclusão social, política e econômica sempre esteve contra os camponeses. É uma construção histórica enraizada na cultura dominante tendo como referência principal o patriarcalismo que por muito tempo ceifou a memória dos camponeses da participação e da resistência histórica. O fruto dessa ação resultou na violência contra os

camponeses, que no tempo presente é marco desta memória que sempre privilegiou a classe dominante e tirou toda resistência do processo histórico dos camponeses. As lutas dos camponeses foram intensas para conquistar um pedaço de terra e romper com as matrizes e raízes ideológicas dominantes que foram alimentadas na estrutura social e econômica brasileira desde sempre. Por essa razão, narrar a memória campesina representa um registro fundamental para demarcar o lugar e identidade dos camponeses e de suas lutas na literatura e sociedade brasileira.

Para trilhar e desenvolver a investigação, o tipo de pesquisa que alicerça e fundamenta este estudo é de natureza qualitativa, a qual, conforme Demo (2004, p. 34) a define:

Aqui pela capacidade de questionamento, que não admite resultados definitivos, estabelecendo a provisoriedade metódica como fonte principal da renovação. Há por certo, noções de ciência definitiva, mas que sempre se aproximam do dogma que apenas mascara a incerteza fundamental da realidade histórica do que de produtos finais.

Prefigurando esta referência, pode-se observar que o ato de pesquisar e produzir ciência precisa de um aporte metódico inicial, pois assim se compreenderá aquilo que se pretende estudar, mas não se pode prender apenas aos resultados apresentados como verdade absoluta, pois a ciência está sempre em evidência e transformação, novas pesquisas surgem e novos questionamentos se alternam, o que era dito como certo em uma época, tempos depois, com outros estudos, outras bases teórico-metodológicas, assume outras configurações interpretativas.

A pesquisa de abordagem qualitativa, segundo Richardson (1999, p. 96) é caracterizada como aquela que busca:

[...] descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinados grupos e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

O método qualitativo traz uma abordagem humanística que busca refletir junto aos contextos sociais, revelando seus problemas reais para que possa haver uma leitura crítica e possíveis mudanças naquela realidade de campo de estudo. Tudo o que envolve desde as vivências humanas e suas construções ao longo do tempo faz parte da área de interesse da

pesquisa qualitativa. Ela se fundamenta como o melhor instrumento das questões aos seres humanos. Conforme Minayo (1996, p. 22),

A pesquisa qualitativa trabalha com o conjunto de crenças, valores, significados, motivações e outros elementos ligados ao campo das ciências humanas e sociais e, por isso, não faz uso (ou não restringe) de meios estáticos para o levantamento e a análise dos dados.

Nesse ensejo, toda produção humana desenvolvida ao longo do tempo no campo, social e histórico, todas estas questões são trabalhadas pela pesquisa qualitativa que busca em sua metodologia compreender os seres humanos e suas práticas sociais cotidianas, para trilhar suas mudanças necessárias para a melhoria da vida em sociedade.

Entendendo todos os saberes oriundos de sua história de vida, das vivências e experiências que, nas palavras de Thompson (1992), passam a ser sujeitas da história, que passa a ter vida e traz vida à comunidade ou grupo, trazendo a história para dentro da comunidade por meio das memórias dos camponeses em suas vivências na luta, ela redimensionará a história para um patamar reflexivo do grupo. Assim sendo, novos elementos aparecerão, fotos, sonhos, atitudes, desejos, emoções, que darão elementos novos para se perceber e ser percebido na vida e na história.

A fim de criar o campo de reflexão para dar início ao percurso teórico-metodológico desta dissertação foi necessário definir o referencial teórico, a metodologia de pesquisa, a bibliografia a ser consultada e, enfim, delimitar o *corpus* documental da pesquisa.

Como caracterizar esta pesquisa? Como definir os dispositivos e o método para a coleta de dados? Como analisar os dados da pesquisa? No sentido de dar resposta para tantos questionamentos retorna-se ao objetivo geral da própria dissertação. Porém, mediante a necessidade de se investigar e analisar historicamente a contribuição do líder camponês José Francisco Avelino na organização da luta pela posse das terras e no debate agrário no Conde e na Paraíba, no tempo presente, o mais importante foi compreender como marco teórico e metodológico a História e a Memória.

Após os achados da pesquisa e o levantamento da problematização acadêmica sobre o uso da história oral e da memória como marco teórico-metodológico de pesquisa qualitativa em diversas áreas do saber, prefigura neste trabalho a transformação do objetivo histórico de pesquisa em protagonista da história, ou seja, o camponês José Francisco Avelino recebe aqui

o tratamento de personagem central na história de luta pela posse das terras do assentamento Gurugi II e na Paraíba e não é abordado apenas como mero objeto de pesquisa.

Assim, para fundamentar tal discurso, foi necessário construir o *corpus* documental da atual dissertação a partir da inter-relação das fontes orais, escritas e visuais, desencadeadas durante a fase de coleta de dados. Perante este cenário é válido afirmar que muitos relatos revisitados por fontes orais dizem respeito a fatos não registrados pelos acervos documentais e escritos, encontrados nos arquivos históricos revisitados durante a pesquisa sobre a luta pela posse das terras do assentamento Gurugi II, do líder camponês José Francisco Avelino no município do Conde – PB.

Por outro lado, verifica-se uma constatação importante durante o período de construção do *corpus* documental de nossa pesquisa devido às mudanças tecnológicas ocorridas entre a segunda metade do século passado e início do século XXI: o documento escrito deixou de ser o repositório exclusivo dos vestígios do passado para expandir as possibilidades dos arquivos históricos para outras fontes (arquivos sonoros, arquitetônicos, cinematográficos, fotográficos, tecnológicos, midiáticos, entre outros) (CARLOS, 2012).

As ideias da problematização específica e a contextualização do campo empírico da pesquisa estão na perspectiva da história e da construção e não constituem uma mera narração do que foi a história dos camponeses/as. O desenvolvimento se prefigurou a partir dos documentos e depoimentos ampliando aquilo que já vinha sendo produzido das falas, e elas ganham solidez e atualidade, para melhor compreender e explicar, com isso contribuindo para melhor compreender os aprendizados dos camponeses na luta, da consciência ingênua para consciência crítica, como dizia Paulo Freire. Mas, consciência crítica dos entrevistados, consciência e ação ao mesmo tempo é essa a práxis. As escolhas e critérios das entrevistas em busca dos camponeses são reveladoras de reflexão sintática de resistência. A história desses camponeses é história de enfrentamentos e permanência, enfrentamento da vida, enfrentamento das condições de vida, enfrentamentos das relações sociais e opressões patronais.

Os depoimentos dos entrevistados merecem atenção e nessa reflexão tem duas direções práticas: enfrentamento e resistência. Coleta, sistematização e análise do material produzido, dando vida aos extratos dos relatos selecionados para ilustrar a luta, a vida e a conquista dos camponeses. Para fazer esse caminho tive apoio de uma bibliografia vasta e atualizada no campo da memória e da luta, como os documentos que permitiram a base teórica e resistente,

porque não é apenas coletar os dados, o que já requer da gente conhecer os fundamentos teórico-metodológicos, mas é organizar os dados e explorar.

Diante da junção destas e de outras comprovações foi possível delimitar e correlacionar o marco teórico e metodológico da presente pesquisa com a construção do campo, objeto e procedimentos, visto que as fontes escritas corroboraram com a ressignificação da materialidade das fontes orais presentes neste estudo de mestrado.

2.1 A HISTÓRIA ORAL E A MEMÓRIA COMO FUNDAMENTO TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO

A caracterização do estudo de aquisição que envolve a pesquisa de história oral tem se desenvolvido no meio acadêmico nos últimos tempos devido à sua relevância perante a subjetividade dos entrevistados, frente à construção, pela memória, de representações de fatos socioculturais vivenciados pelos protagonistas e seus grupos.

Segundo Thompson (1992, p. 17), neste contexto, a história oral pode dar grande contribuição para o resgate na memória, mostrando-se um método bastante promissor para realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos.

Com ilustração teórica vale a pena mencionar que na relação entre passado e presente, ou história e temporalidade, focaliza-se a relevância da memória para se compreender a importante relação entre objeto e tempo nessa busca arqueológica dos fatos e da ressignificação do passado para se analisar e compreender a realidade, construindo novas fontes em sua constituição.

Para Thompson (1992, p. 22), o lugar da memória “pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”.

De origem latina, a palavra “memória” significa “o que lembra”. Todavia, do ponto de vista histórico, a palavra “memória” guarda uma deusa: Mnemósine. Segundo Hesíodo, ela é a “rainha das colinas de Eleutera”, ou seja, a terra da liberdade completa. Mnemósine nasce dos amores entre Urano (céu) e Géa (terra), sendo ao mesmo tempo protetora da justiça e da vingança. Realiza a ligação entre o mundo real (terra) e o mundo da representação (céu). Da união entre Zeus e Mnemósine nasce a musa Clío, a história, cujo berço é o cume do poder terrestre e a configuração do passado (FERREIRA; GROSSI, 2002, p. 121-122).

Pode-se considerar também que é a história oral que dá importância à memória como instrumento e objeto de interesse do pesquisador, que origina as narrativas e possibilita elencar as categorias que refletem no seu estudo, como tratar do passado no presente, ou seja, recorrendo a uma ilusão de reencontrar o vivido de acordo com os achados configurados pela rememoração do sujeito, fato este definido como trabalho sistemático da memória do indivíduo que, no entanto, versa sobre a sensação de que o passado está presente e a cada etapa reaparece repetidamente. No entanto, a subjetividade é um dado real em todas as fontes históricas, sejam orais, escritas ou visuais (THOMPSON, 1992).

Na vertente de destaque quando se trabalha a enunciação da memória tem-se que levar em consideração um aspecto que se apresenta e sempre sinaliza a possibilidade de vozes inconclusas e silenciamentos. Em uma narrativa há riscos de esquecimento e omissões que podem ser ou não intencionais. Questões como essa conduzem o pesquisador a fazer uma leitura detalhada de cada relato extraído, questionando-se sobre o conteúdo dos possíveis espaços existentes, conectando um relato a outro visto que a fonte oral, como raiz de uma renovação da memória, reinterpretando o passado pela vigência do presente, ou seja, não despreza a contribuição depositada por um sujeito da história que tem valores, cultura, história, utopia e interesses que se entrelaçam entre as suas dimensões individuais e suas correlações coletivas.

No entanto, na presente pesquisa foi de extrema relevância a consideração da leitura da realidade dos sujeitos entrevistados assim como sua relação com a trajetória e resistência de luta pela posse da terra de José Francisco Avelino no assentamento Gurugi II, desde seu protagonismo como líder camponês da comunidade no município de Conde - PB, de 1980 até o dia em que tiraram sua terra, trabalho e morada, ou seja, seu trágico assassinato em 29/12/1988. Isso foi de suma importância visto que todos os relatos colhidos estavam carregados de subjetividade e movidos por um propósito, enfim, por envolvimento pessoais dos depoentes em relação ao tema em questão.

Ponderando essa estrutura a ser descrita, os fatos históricos rememorados durante as entrevistas (história oral) não são explicáveis por uma singela descrição linear dos mesmos, mas pelas versões que os diferentes atores entrevistados fazem deles sob diferentes códigos e tecidos de interpretação, de acordo com determinados acontecimentos, pessoas/personagens e lugares envolvidos. Ou seja, a análise histórica das fontes orais sujeita o pesquisador a determinar quem narra, implicando-o em diferenciar as ilustrações e compreender suas diferentes lógicas.

Para Le Goff (1994), o estudo da memória é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. Este procedimento constitui o horizonte principal no qual a partilha de recordações e esquecimentos cria e instrumentaliza representações que serão motivadas no cotidiano, nas atividades do agir, do pensar e do fazer. No entanto, é nesse ensaio que surge a demanda do pesquisador em história oral de criar mecanismo que lhe possibilite compreender a organização do diálogo coletado durante as entrevistas perante as figuras que representem um protagonismo e certa autonomia na forma de narrar sua trajetória.

Pode-se dizer que não é a narração pela narração que encanta o pesquisador, mas as possíveis conclusões que se pode fazer a partir do sentido das narrativas. Nesta costura, durante uma abordagem histórica, quais seriam os questionamentos profícuos da memória a serem definidos pelo pesquisador?

Pollak (1989, p. 3-15) divide-os em 03 pontos-chaves:

1) acontecimentos; 2) pessoas/personagens; e 3) lugares. Os acontecimentos podem ser divididos naqueles vividos pessoalmente e nos "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos dos quais a pessoa/personagem nem sempre participou, mas que, por fazer parte da história do seu grupo social, sentem-se participantes de eventos nem sempre situados em seu tempo cronológico. Também, dos acontecimentos como marco construtivo, a memória é formada por pessoas/personagens, da mesma forma podemos inserir o dispositivo referenciado, ou seja, de protagonistas realmente encontrados no decorrer da vida de figuras históricas conhecidas por relação e ainda por pessoas/personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa que rememora durante uma entrevista de história oral.

No entanto, a memória se aprofunda no lugar, no espaço e na imagem. Por isso, só existe espaço permanente de lembrança de pessoas, de espaço-tempo das pessoas, mas que são importantes para a memória do seu grupo. Enfim, o lugar de apoio da memória, que são os lugares de produzir, no presente, o espaço arquitetônico de comemoração construído para perpetuar representação do passado, entre outras representações. Aqui se pode destacar que o direito à memória sempre esteve no controle das elites para se perpetuarem na tradição familiar e no poder; neste sentido, reconstituir a memória de um líder camponês implica romper com essa tradição de controle da memória e de lugares.

Considerando esses 03 (três) critérios de abordagem histórica da memória - acontecimentos, pessoas/personagens e lugares – eles nos revelam que a mesma é seletiva,

socialmente construída, é um valor disputado em conflitos sociais e ainda é parte constituinte do sentimento de identidade social, tanto individual quanto coletivo (POLLAK, 1989).

É nesse caminho que este teórico nos direciona ao entendimento de como a história oral pode revelar quanto à construção da memória e como ela pode vir a se constituir em um acervo de contínua investigação. Essa trajetória da memória é fundamental na relevância de trabalho de unificação, de permanência e de coerência, isto é, de identidade social.

Estudar memória, entretanto, é falar não apenas de vida e perpetuação da vida através da história; é falar, também, de seu reverso, do esquecimento, dos silêncios, dos não ditos, e ainda de uma forma intermediária que é a permanência de memórias subterrâneas entre o esquecimento e a memória social. E, no campo das memórias subterrâneas, é falar também nas memórias dos excluídos, daqueles que a fronteira do poder lançou à marginalidade da história, a outro tipo de esquecimento ao retirar-lhes o espaço oficial ou regular da manifestação do direito à fala e ao reconhecimento da presença social (FÉLIX, 1998 p. 45).

Ou seja, as lembranças não vivem no passado, ao contrário precisam de um tempo presente de onde sejam projetadas e enraizadas por uma referência de representações. Com essas considerações teóricas sobre a história oral e a memória compreende-se que na presente pesquisa sejam os achados desse segundo ciclo como fonte arqueológica do primeiro ciclo no tempo presente, tendo como dispositivo a nítida cronologia do fenômeno estudado na trilha da investigação em que se desencadeou o entendimento desses achados junto às suas referências. Foi profícua a rememoração sobre a história do camponês José Francisco Avelino, e necessária para que se torne possível a compreensão das contribuições sociais mediadas por ele no campo dos conflitos agrários no Conde, entre os anos 1980 e 1988.

Na concepção de Dainese (2013) o ato de “relembrar” possui alguns “ruídos”, uma vez que tem sido muito recorrente na chamada história do tempo presente e possibilita múltiplas narrativas, a partir do que se filtra na recuperação da memória investigada, que reúne a categoria experiência do indivíduo e seus entrelaces com a coletividade.

Corroborando neste sentido, Félix (1998) afirma que as lembranças constituídas nas relações sociais são mantidas nos diversos grupos de referências e também nos espaços sociais da família, do trabalho, do lazer, da religiosidade, ancoradas no vivido, na experiência histórica.

Vale salientar que as lembranças ancoradas sobre o campo dos conflitos agrários do camponês José Francisco Avelino, além de contribuir e oferecer ferramenta dos acontecimentos, pessoas/ personagens e de lugares, amplia para outros territórios a história do

debate agrário dos camponeses consolidado no estado da Paraíba desde o início da década de 1960, que construiu um campo de saber para analisar historicamente os pilares de transformação e sustentação dos fatos ocorridos sobre o tema pelo simples fato que versa a memória.

Além disso, trata-se de registrar que o trabalho da memória dá contorno ao passado a partir do tempo presente, como característica das fontes orais. No entanto, a história oral mostra que é possível o registro das memórias individuais ou mesmo coletivas e insere qualquer um de nós pesquisadores/historiadores na condição de atores sociais capazes de compreender nossa ação em determinado tempo e lugar na história. A fundamentação teórica desta pesquisa permite o estudo das narrativas coletadas *in loco* do ponto de vista histórico, uma das principais peculiaridades da história oral e da memória.

Dessa forma pode-se considerar que hoje as narrativas camponesas do assentamento Gurugi II são representadas pela resistência e afirmação rememoradas com os 06 (seis) sujeitos entrevistados advindos dos grupos sociais (ACAG II - Associação Comunitária do Assentamento Gurugi II, ACAG I - Associação Comunitária do Assentamento Gurugi I, ACBG - Associação Comunitária de Barra de Gramame, CPT - Comissão Pastoral da Terra da Arquidiocese da Paraíba), que profetizaram e construíram sua representação de fatos históricos vivenciados e compartilhados com o camponês José Francisco Avelino para a construção do assentamento Gurugi II, e do debate dos conflitos agrários na Paraíba durante o século XX. As lutas dessas comunidades são semelhantes até porque se iniciaram no mesmo período, com conflitos muito parecidos nessas áreas de trabalho, onde houve ajuda mútua quando cada comunidade estava em litígio pela desapropriação de terra. A circulação interna entre essas comunidades parte do processo da coletividade devido à luta que não se deu isolada porque os atores da luta não se curvaram diante das opressões. As lutas ocorridas nas referidas áreas apresentam claramente a situação de conflitos entre proprietários e moradores, como também as razões socioculturais devido às condições impostas pelo patriarcalismo. Foi o que encontrei nas entrevistas dos camponeses que vivenciaram essa luta, conforme indica o quadro que segue:

Quadro 01 - Quadro dos entrevistados

NOME/ORIGEM	IDADE	PROFISSÃO	GRUPO DE QUE PARTICIPA
João Rodrigues dos Santos. (Dadai) - Natural do Município de Conde – PB.	Nascido em 20/06/1950 66 anos.	Agricultor	Associação dos Moradores do Assentamento Gurugi II, sociofundador do assentamento.
Lecir Rodrigues dos Santos. (Lecir) - Natural do município do Conde – PB. Viúva do biografado.	Nascida em 20/12/1950 66 anos.	Agricultora	Associação dos Moradores do Assentamento Gurugi II, sócia do assentamento.
Manuel Monteiro (Neco) - Natural do município de São Miguel de Itaipu/PB.	Nascido em 16/08/1943 73 anos.	Agricultor	Associação dos Moradores do Assentamento Gurugi II.
Rafael Rodrigues dos Santos - Natural do município do Conde – PB.	Nascido em 29/12/1948 68 anos.	Agricultor	Associação dos Moradores do Assentamento Gurugi II, sócio do assentamento.
Antônio Ribeiro (Frei Anastácio) - Natural do município de Esperança – PB.	Nascido em 03/03/1945 71 anos.	Deputado Estadual – PB	CPT/Arquidiocese da Paraíba, PT, STR, Agricultura familiar.
Antônia Carvalho dos Santos - Natural do município do Conde - PB.	Nascida em 21/12/1959 58 anos	Agricultora	Associação dos Agricultores de Andresa no município de Pitimbu.

Fonte: Dados sistematizados pelo pesquisador conforme reivindicação dos referidos depoentes que registraram no Termo de Consentimento Livre essa autorização. A coleta de dados ocorreu no período de 10/07/2016 a 07/12/2016.

Verificando o quadro representativo dos entrevistados também se revela que de 1943 a 1950 aumentou a afirmação de resistência e luta com o biografado, o mesmo voltando com intensidade entre 1943 e 1948. Este fenômeno pode ser exemplificado ao longo período de construção e aprofundamento do estudo. Dessa forma pode-se considerar que a luta pela posse das terras no Gurugi II é representada pela coexistência de muitos camponeses/as que resistiram e se dedicaram à cultura dominante dos latifundiários no município de Conde que continua sendo um território de resistência e organicidade ao longo dessas décadas até os dias atuais. Tendo esses elementos de análise, dediquei-me ao estudo dissertativo de um líder camponês que lutou em um território diante do conjunto de tantas resistências e conquistas pela terra.

Para essa apreciação, com ou sem razão, pensei por bem confiar apenas a alguns personagens os elementos essenciais da pesquisa, empilhando atrás deles os achados de uma prospecção em uma área de resistência muito mais ampla. Procurei, nesta construção, respeitar na medida do possível o discurso memorialístico das diversas personagens e gerações, privilegiando claramente as pessoas com mais idade que conviveram com o biografado, na medida em que o tempo investido desenhava a relevância da investigação.

2.2 A HISTÓRIA ORAL E A MEMÓRIA COMO RELEVÂNCIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

A história oral proporciona um diálogo direto com quem teve a prática da experiência histórica ou contato direto com quem viveu os fatos em questão (de análise) e permite não deixar morrer a memória. Para Thompson (1992, p. 44):

[...] a história oral é uma história construída em torno de pessoas, das suas memórias, lembranças e esquecimentos. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só de dentro dos líderes, mas dentre a maioria desconhecida dos sujeitos sociais oriundos das camadas populares. Ao mesmo tempo versa a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade [...].

Thompson (1992) ressalta que a história oral possibilita meios de transformação humana e dialoga diretamente com o sentido social da história. Nessa assertiva, a história oral está ancorada a um sentimento de pertencimento de uma dada coletividade, por estar em um determinado lugar e temporalidade demarcando o tempo e o espaço histórico dos sujeitos envolvidos.

A história oral possibilitou inúmeras investigações e de estudos a partir da Nova História Cultural⁴ e, também, passou a ser utilizada como metodologia de pesquisa pós-moderna despertada em meados do século XX como capaz de reorganizar fontes orais para o estudo da história do tempo presente.

Enfim, no campo metodológico sua tarefa incide na gravação de entrevista de cunho histórico e documental com pessoas/personagens de referência, acontecimentos, conjunturas, lugares, grupos organizados, movimentos e experiências de vida da história contemporânea. Dentre essas considerações, são vários campos epistemológicos que podem se apropriar desse tipo de metodologia, até porque a história oral possui suas diretrizes estatutárias independentes e não pertence a um palco exclusivo do conhecimento, atuando em diversas abordagens do cenário epistemológico.

A relativa relevância das teorias enquanto versões do objeto a ser reformulado leva em conta, com maior seriedade, a construção da realidade no processo de pesquisa, a parte central,

⁴ A Nova História Cultural surgiu na França nas primeiras décadas do século XX com o registro de pesquisas publicadas na Revista dos *Annales*. Entendia-se por “nova” por buscar novos objetos, novas fontes e metodologias e, nesse sentido, a história oral desponta enquanto uma perspectiva que se contrapunha ao exclusivismo das fontes documentais propostas pelos positivistas (LE GOFF, 1992).

reservada à interpretação dos dados (comparada com sua coleta ou com a construção *a priori* de planos elaborados), e considera o fato de que o texto constitui o verdadeiro material empírico e a base fundamental para o desenvolvimento da teoria (FLICK, 2009, p. 98).

Foi este ensejo teórico-metodológico que renovou a maior demanda da presente pesquisa sobre a história e a memória do debate dos conflitos agrários na Paraíba, desenvolvendo ferramentas que possibilitassem compreender a trilha aberta pelo diálogo extraído durante as entrevistas temáticas, episódio que representa o encontro de um sujeito e sua autenticidade no ato de narrar.

Para consolidar essa demanda foi necessário construir o *corpus* documental da atual dissertação. Sendo assim, esse dispositivo envolveu tanto as fontes escritas contidas no arquivo da Associação Comunitária de Gurugi II, Comissão Pastoral da Terra/PB, Instituto Nacional e Reforma Agrária/PB, acervo da família de José Francisco Avelino, assim como as fontes que foram coletadas durante o processo de realização das 06 (seis) entrevistas temáticas de história oral da presente pesquisa. Vale destacar que as primeiras proporcionaram a constituição da materialidade das segundas.

Foi feito um levantamento nos arquivos das referidas associações e foram localizadas, sistematizadas e problematizadas as seguintes fontes escritas, impressas e/ou manuscritas, sobre a história do assentamento Gurugi II: Anteprojeto de vistoria do INCRA/PB, de criação do PA de Gurugi II, relatos de todos os conflitos e da situação do PA - boletins de ocorrência, fotografias da luta pela posse da terra, livro relatando a história do assentamento: *Por um pedaço de chão*, de autoria da professora Dra. Emília Moreira (1997)⁵, vídeos contando a saga do assentamento e o assassinato do biografado, pelo CEDOP - Centro de Documentação Popular da Paraíba (2009), dirigido por José Barbosa (COISAS DO BRASIL), em material VHS, realizado em 1989, e reeditado para DVD em 04 de junho de 2009, que relata a história do assentamento. Como também foram pesquisadas as atas de reuniões ordinárias e extraordinárias, livros de cantos entoados nas missas da luta, cantos compostos no período da luta, ata de fundação do assentamento, recortes de jornais de circulação local, estadual e

⁵ EMÍLIA MOREIRA: natural de Guarabira – PB. Graduada em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrise em Geografia, na Universidade de Nanterre. Pós-Graduada em Gestão do território e Análise Especial, pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Panthéon – Sorbonne. Mestrado e Doutorado no Instituto de Altos Estudos da América Latina da Universidade Paris III. Professora do Departamento de Geociências da UFPB e pesquisadora do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (NESC-UFPB).

nacional destacando os conflitos e violência acirrada contra os camponeses/as no estado da Paraíba.

Sobre as fontes consultadas no arquivo da família Avelino foram localizados o monumento ao lado da casa da família, um cruzeiro onde dilaceraram sua resistência no dia 29/12/1988.

Foto 01 – Cruzeiro do mártir Zé de Lela



Foto 02 – Casa do biografado



Fonte: CPT/PB, Província Eclesiástica da Paraíba -1989. Fonte: CPT/PB, Província Ecles. da Paraíba – 1988.

No arquivo da CPT/PB, foi localizado o histórico do início da luta de Gurugi II, desde 1981, em um documento emitido pelo MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário na Paraíba), recorte de jornais de circulação na Paraíba como *O Norte*, trazendo o destaque sobre a desapropriação de terras no município de Conde – PB, no dia 28 de agosto de 1988, e o ofício da superintendência do INCRA/PB informando do mesmo caso. Além disso, também foram encontradas cartas como a carta de denúncia dos moradores de Gurugi II, a carta de solidariedade da arquidiocese da Paraíba assinada por 33 municípios, 31 padres, 33 freiras, 42 leigos, em 02 de fevereiro de 1989, a carta dos moradores de Gurugi II endereçada à delegacia do MIRAD, na Paraíba, ao Dr. José Costa no dia 19 de abril de 1988.

Depois de realizar o levantamento das fontes escritas, foi necessário definir o tipo de metodologia de entrevista de história oral a ser empregada para constituir nossas fontes. Mas, afinal, quais são os tipos de entrevistas produzidas durante uma pesquisa em história oral? Para esta metodologia foi preciso utilizar técnicas de entrevistas para dar voz aos sujeitos e, por meio da relevância de seus depoimentos, constituir e preservar a memória individual e coletiva, ou seja, entrevista narrativa de história de vida.

Nesse processo, percebe-se que desenvolver a entrevista a partir da história de vida do entrevistado possibilita um extenso campo de estímulos involuntários e de associações. O fato de o pesquisado ter um perfil de história de vida que se encontra com a narrativa apresentada faz aumentar, de forma significativa, a compreensão da própria memória do depoente. Porém, é preciso saber se distanciar para poder escutar e registrar a história e fala do outro. Esta técnica, que é utilizada de maneira informal em qualquer conversa para demonstrar interesse, poderá servir como nova motivação para o entrevistado acrescentar novos detalhes ao que está sendo narrado ou evocar outras memórias referentes ao assunto tratado. Toda entrevista tem sempre como objetivo algum aspecto do passado que se deseja resgatar (MONTENEGRO, 1994).

Apesar das diferentes modalidades de coexistência de entrevistas, visto que a de história de vida, necessariamente, contém diversas temáticas diferentes, tive que decidir entre aquelas que melhor se enquadrariam nos objetivos da pesquisa. Neste sentido, entre as diversas entrevistas temáticas, optei pela execução da narrativa, história de vida, visto que a mesma era coerente metodologicamente com a proposta de nosso trabalho de discutir o tema dos contornos agrários do camponês José Francisco Avelino para alicerçar o debate dos conflitos de terra no Conde e na Paraíba, entre os anos de 1980 e 1988, segundo o que consolida a afirmação da rememoração dos sujeitos entrevistados.

Ao longo deste caminho, foi necessário percorrer as fontes escritas disponíveis nos arquivos da ACAGII/PB, da Associação Comunitária do Assentamento Gurugi II, e do próprio biografado José Francisco Avelino, para melhor encontrar um posicionamento em relação à história daqueles sujeitos com os quais iria trabalhar nesta pesquisa. Esse quadro foi trilhado enquanto tais entrevistas narrativas de história oral eram produzidas e os arquivos e os próprios depoentes indicavam novos protagonistas que, logicamente, tornavam-se referenciais, ou seja, atores capazes de contribuir para a referida pesquisa que documentava a afirmação da memória deles.

Nesse esforço foi elaborado um roteiro específico semiestruturado (Apêndice A), fundamentado em informações prévias sobre a história do líder camponês Zé de Lela em seu contexto de contribuição no campesinato e na luta pela posse da terra. Alicerçado nas perguntas contidas nesse prévio roteiro e na base dos acontecimentos, pessoas/personagens e nos espaços com relação ao tema investigado, foi redigido 1 (um único roteiro) de entrevistas, ou seja, para os 06 (seis) protagonistas consultados para colaborar na narrativa.

Como ponto de partida para a sistematização do relato dos 06 (seis) personagens inseridos no nosso recorte temático, a pesquisa teve dupla função: a primeira foi a organização dos dados coletados durante a entrevista por narrativa; e a segunda, a articulação dos mesmos com a problematização que trilhou o nosso estudo, orientando, dessa forma, a reconfiguração dos instrumentos de coleta das fontes orais com base na ação da memória de cada entrevistado.

Antes de se iniciar a consolidação das 06 (seis) entrevistas, o projeto de pesquisa da presente dissertação foi submetido e aprovado tanto pelo colegiado do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação quanto pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Centro da Saúde (CCS), ambos os departamentos pertencentes ao *Campus I* da UFPB.

Nesses achados, o recorte cronológico do nosso objeto de estudo (1980-1988) e a dedicação dos 06 (seis) entrevistados em rememorar tanto a ressignificação da contribuição do líder camponês José Francisco Avelino quanto a revelação de sua resistência compartilhada serviu para reconstruir um debate do campesinato e dos conflitos agrários na Paraíba, que delimitou uma relação nominal de depoentes com uma pequena biografia que identificasse sua referência baseado nos critérios temporal e qualitativo da referida pesquisa.

Analogicamente, pelos nomes expressos na listagem dos entrevistados, levo em consideração a posição da viúva de Zé de Lela, a senhora Lecir Rodrigues dos Santos, e do grupo de amigos e resistência da Associação de Moradores do Assentamento Gurugi II, João Rodrigues dos Santos, Manuel Monteiro da Silva, Rafael Rodrigues dos Santos, da Comissão Pastoral da Terra CPT/PB, na figura do Frei Anastácio, que na sua narrativa afirmou que no dia da morte de Zé de Lela havia passado o dia em sua companhia mobilizando a comunidade.

Para selecionar as entrevistas foi preciso reconhecer os acontecimentos e os campos nos quais as histórias e as memórias do líder camponês José Francisco Avelino estão sendo escritas; portanto, foi necessária uma investigação sobre a contribuição das pessoas/ personagens resistentes na luta organizacional pela posse das terras do assentamento Gurugi II, no município de Conde – PB, entre os anos de 1980 e 1988. “[...] quem pensar que isso é fácil, não conheceu nossa história, ou seja, a história do nosso povo oprimido” (Lecir Rodrigues dos Santos. Depoimento dado ao autor em 10/07/2016). Como também dos atores que lutaram com Zé de Lela em outros lugares de resistência nesse mesmo período dos conflitos agrários na Paraíba, da Comissão Pastoral da Terra da Arquidiocese da Paraíba e daqueles/as advindas do conjunto campesino do referido camponês quando da sua atuação de resistência na luta pela posse das

terras. Toda essa labuta foi realizada para extrair quais seriam os entrevistados mais representativos e os mais atuantes dentro desses grupos sociais contatados.

Por respeito às questões éticas e legais contidas na Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que dispõe sobre as diretrizes das pesquisas envolvendo seres humanos, foi elaborado um único roteiro para explicar e acordar a participação de cada entrevistado em nossa investigação sobre a história do camponês José Francisco Avelino.

Os depoentes foram tomados como unidades qualitativas e não quantitativas em nossa pesquisa. Além disso, nas experiências compartilhadas, o que foi lapidado não foi o número de entrevistados, mas explicitamente a possibilidade de compreender os diferentes relatos dos entrevistados referentes à memória de José Francisco Avelino, tendo como âncora e contraponto permanente o que fora produzido (fontes orais e os arquivos), que apontavam a respeito e sobre essa investigação.

Falar de história de vida é pelo menos pressupor – e isso não é pouco – que a vida é uma história e que - como no título de Maupassant, *Uma Vida* - uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história (BOURDIEU, 1996, p. 183).

Desse modo os percursos biográficos contemporâneos, caracterizados pelas pluralidades das experiências, constituídas por histórias de vidas, concebidas numa perspectiva intercultural, como relatos orais, fotos, diários, cartas, entrevistas e videografias, configura-se como objeto de investigação em formação e amplia as suas relações com territórios e tempos de aprendizagem e seus modos de ser, de fazer e biografar resistências e pertencimentos.

Não se pode, portanto, deixar de aderir nessa pesquisa às linhas teóricas de discussão, reflexão e transformação social, a partir de uma abordagem de caráter pedagógico, pautada pelos fundamentos teóricos e metodológicos da educação popular. Segundo Freire (1976, 1983, 1987), Brandão (1986), Gohn (2005), entre outros, ao longo do período histórico dos anos 60, os segmentos e organismos sociais, sejam eles da Igreja ou dos movimentos populares, pautaram-se nos princípios da educação popular.

Segundo Brandão (1984, p. 74) a educação popular se expressa por intermédio dos saberes construídos frente às cotidianidades das pessoas e grupos do povo, digo meio popular e suas organizações e lutas, quando pensa o seu trabalho organizacional e político em qualquer nível ou modo em que ele seja realizado, de um grupo de mulheres a uma frente armada de luta, e constrói o seu próprio conhecimento.

Nessa perspectiva é possível compreender por que, apesar das contradições de interesses de classe, parcela relevante dos camponeses, ainda que vivenciando momentos de muitos conflitos, mantinham a luta na profecia e resistência, da estrutura fundiária e dominante sobre as concepções de mundo dos camponeses e por muitos que foram impedidos de obter êxito na conquista da terra em função da violência a eles empreendida, enquanto processo de conquista na luta pela posse da terra, a partir da práxis, somente oportunizados pelo fazer da educação popular.

A luta pelo direito de trabalhar no cultivo da terra para alimentar milhares de famílias de agricultores sempre foi marcada por conflitos violentos num flagrante desrespeito aos princípios constitucionais do uso social da terra. Não raras vezes os conflitos redundaram em mortes de muitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo (CALDART, 2004).

Sem dúvida, foram esses os elementos de superação e estratégia na formulação de ações e propostas estruturais mais contundentes para o campo agrário. Isso significa objetivamente uma força organizacional das alas da sociedade na afirmação de sua identidade campesina. Essa foi a missão dos camponeses/as em lutar por libertação, entendida como o fim da opressão econômica e política que secularmente oprime o povo do campo. Esses elementos de resistência foram fundamentais para os processos constitutivos das comunidades camponesas.

3 A QUESTÃO AGRÁRIA NA PARAÍBA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

Neste capítulo tratarei de um período muito importante na história da Paraíba que narra a luta pela terra, a questão agrária e a trajetória dos movimentos sociais que se prefiguram desde o surgimento das Ligas Camponesas, na década de 50, em contraposição à estrutura latifundiária que se formou desde o processo de ocupação e de estruturação do espaço agrário nordestino através da expansão da cana-de-açúcar, da pecuária e da questão imobiliária, exploradoras de grandes extensões de terras, e seguem até os dias que correm.

Desse modo, a resistência pelas terras no Brasil e especificamente na Paraíba se configura como o resultado da expansão agrária desde a colonização portuguesa que ocupou o litoral e desencadeou a abertura das ações exploratórias enraizadas no latifúndio e nos recursos naturais. Como também, nesse território paraibano, a invasão implantou a expulsão e a dizimação dos nossos nativos de etnias indígenas como os Tabajara e os Potiguara, entre outras, e parte do nosso território rural paraibano que foi marcado pela monocultura da cana-de-açúcar voltada para exportação. Isso nos levou a uma organização econômica e política centrada nos proprietários das terras que acumularam riqueza, poder socioeconômico e cultural (CPT NACIONAL, 2015).

A evolução da atividade canavieira teve influência também na ocupação e no povoamento do sertão e do agreste. Isso porque a necessidade de especialização das terras na produção da cana determinou a separação das atividades canavieiras e pecuárias. Daí resultou uma divisão regional do trabalho: a zona da mata se voltou para a produção do açúcar e o interior (agreste e sertão), para a produção de gado e gêneros alimentícios. A retração da economia açucareira na segunda metade do século XVII contribuiu significativamente para o povoamento do agreste, por liberar mão de obra e forçar a migração para o interior. Desse modo, a organização inicial do espaço paraibano teve como suporte a atividade canavieira (no litoral) e as atividades pecuárias e policultura no agreste e sertão (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 32).

O problema do Nordeste não é de ordem climática, mas de ordem econômica! Essa é uma reflexão e denúncia encontrada facilmente em toda a obra de Manuel Correia de Andrade sobre o Nordeste brasileiro, região caracterizada, segundo este autor, pelo problema econômico. Sem nenhuma raiz profunda nas adversas condições naturais, ele é resultado direto do domínio político sobre a região de um segmento específico da sociedade brasileira há mais de quatro

séculos. São problemas de ordem político-econômica que singularizam socialmente essa porção do território brasileiro (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 259).

No atual território paraibano as guerras indígenas mais conhecidas foram entre os Tabajara e os Potiguara. Esses dois grupos, embora descendessem de um tronco linguístico e cultural comum, eram inimigos tradicionais, inimizade que remontava à época em que se processou o desmembramento da grande família Tupi, que teve como consequência intensos movimentos migratórios e redistribuição das terras entre os vários grupos (CAVALCANTE, 1996, p. 21).

Na época em que os europeus chegaram à Paraíba, nas últimas décadas do século XVI, os Tabajara também retornavam a este território depois de uma longa permanência nas margens do rio São Francisco. A política de alianças estabelecida pelos europeus, neste caso portugueses e francês, com as tribos indígenas locais, acabou por intensificar a inimizade entre elas. As consequências foram desastrosas para os dois grupos e os Potiguara acabaram sendo esmagados pelos Tabajara na guerra colonial. Isso nos remete ao período pós-descobrimento, quando europeus e indígenas lutavam pelas terras recém-descobertas invadidas pelos europeus, já habitadas pela população originária. Posteriormente, vieram as capitanias hereditárias, as sesmarias, a Lei de Terras, a libertação dos escravos e a migração europeia. Toda esta conjuntura gestou um modelo agrário expropriador, explorador, violento, que posteriormente foi potencializado pelos governos militares, entre 1964 e 1985, com um modelo desenvolvimentista que expropriava os camponeses em prol de grandes empresas estrangeiras e latifundiários brasileiros (OS MOVIMENTOS..., 2016).

Essa estrutura dominante ao longo dos séculos sempre explorou os camponeses e lhes negou o direito à terra. Foi imposta pela opressão na labuta com relações de escravidão, servidão e dominação e trilhou a resistência e a luta dos povos do campo em defesa dos diferentes momentos históricos de luta pela posse das terras na Paraíba em conjunto com os movimentos sociais. Como consequência desses fenômenos enraizou-se entre os paraibanos um espaço rural onde as relações sociais foram marcadas pelo domínio dos diversos poderes nas mãos dos latifundiários rurais e pela obediência e submissão culturalmente construída do povo oprimido do campo. É inegável, também, que as formas de luta e resistência da parte dos camponeses/as e trabalhadores/as rurais desse estado também são históricas.

Dessa forma, fundamenta-se a análise básica de que o campo nordestino/paraibano se estrutura por relações sociais de dominação e submissão, asseguradas pela acumulação de terras

nas mãos dos latifundiários, que em contrapartida enfrentam a resistência dos grupos sociais organizados, que ancoraram a luta por terra e justiça social no campo e onde grande parte desses grupos é apoiada, incentivada e levada à luta pela ação da Igreja Católica, sendo de grande importância histórica o segmento organizado pela CPT deste estado. Essas características partem do conjunto de luta que a CPT, nas diversas formas de atuação que caracterizaram sua missão pastoral, profetizou para a terra prometida, imbuídas nas ações populares da Teologia da Libertação.

A radicalidade da atuação da CPT fez com que o discurso (verbo) da Teologia da Libertação realizasse parte de sua fundamentação, isto é, a luta dos oprimidos como formas de transformação social no tempo presente. Nesse movimento, a CPT local atuou como um movimento social [...] o de a Pastoral da Terra no Estado da Paraíba ser mais do que um apoio na luta pela terra; ela é uma instituição que, como resultado da sua ação social, sustenta territorialidades, onde os conflitos pelo uso da terra e sua ocupação ocorreram ou são gerados por elas (MITDIERO JUNIOR, 2008, p. 253).

Percebe-se nas afirmações do autor que a finalidade da resistência, nesse sentido, é a busca da transformação social, no que se refere à luta pela posse das terras na Paraíba enquanto mudanças nos paradigmas e organização social.

A CEPLAR surge como resultado de uma Semana de Estudos, realizada em Natal-RN, no ano de 1960. Segundo Koury (1983), esta campanha apresentava a finalidade de repassar aos representantes de todos os estados nordestinos a experiência do Serviço de Assistência Rural (SAR), do Rio Grande do Norte. Criado em 1949, pelo arcebispo de Natal, D. Eugênio Sales, o SAR desenvolveu um trabalho pioneiro que se constituiu matriz de ação sindical rural da Igreja no Nordeste.

Nessas alas de atuações e resistências, foram imprescindíveis a mediação e o apoio da Igreja Católica (primeiro pela Pastoral Rural e pela CPT), em apoiar e arregimentar a luta pela terra no estado Paraíba, tendo como ponto de partida a profecia da Igreja como um elemento fundante para a revolta e para a luta frente aos processos de exploração e expulsão.

Segundo Mitidiero Junior (2008, p. 262 e 265), em decorrência desse fato, eclodiram, de forma mais sistemática, os conflitos entre trabalhadores rurais e patrões. Em todos esses conflitos sistematizados com o surgimento das Ligas Camponesas no estado, no final da década de 1950, e de alguns sindicatos rurais, a partir da década de 1970, e, principalmente, da Igreja/CPT pós-período militar, lutas reatualizadas com as ações do MST, em meados dos anos 1990, sofreram as estratégias de embate adotadas pelos fazendeiros, embora haja continuamente

novos tipos de ações, de apelo à violência, efetivadas pelos “jagunços” contratados exclusivamente para tais tipos de serviço.

O gado do fazendeiro protagonizava (e ainda protagoniza) a destruição dos roçados dos moradores como forma de pressão para a saída das famílias da terra. A esse grupo é atribuída boa parte da repressão que atingiu os camponeses durante a existência das Ligas Camponesas e pós-ditadura militar nas manifestações organizadas pelo MST e CPT.

Nessa linha, a história camponesa centra-se nos conflitos agrários e sua repressiva violência vivida no campo. Pode-se entender o conflito como uma resistência em decorrência dos grandes desafios enfrentados pelos camponeses/as ocorridos desde início dos anos 1950 até os dias atuais⁶, tendo como raiz da luta as organizações já referenciadas. Vale destacar o papel da Igreja que de certa forma corroborou na resistência e organização dos povos do campo, ultrapassando os limites da opressão e expansão das truculentas ações dos latifundiários.

Conforme a tese de doutorado de Mitidiero Junior (2008), a relevância e confissão da Igreja Católica, enquanto arquidiocese da Paraíba no século XX, na trajetória do arcebispo emérito Dom José Maria Pires de promover um diálogo no seio dos movimentos populares, no âmbito sociocultural, no campo eclesial e sociopolítico, entre as iniciativas pastorais da arquidiocese no período episcopal se destaca a ação pastoral da Igreja viva, colocando-se ao lado dos fracos, dos camponeses, negros, pobres, oprimidos e dos movimentos organizados na raiz dos conflitos agrários no referido estado.

Nesse sentido, centrarei o diálogo nas idealizações de Dom José Maria Pires, desatando nós, a partir de sua biografia, fragmentos e análises dos seus diálogos, de seu rebanho pastoral de trabalhos prefigurado do livro: “Um profeta em movimento, de falares dos oprimidos, relatos dos agricultores” (PIRES, 2011), das comunidades urbanas e rurais, e como fio condutor da história da questão agrária na Paraíba e da educação popular, no seio da Igreja, nos espaços invisíveis, nos sindicatos, entre outros. Esse episcopado aponta para a profecia da terra prometida e nos permite ampliar uma relação fértil entre as ideias proféticas vivenciadas por Dom José Maria Pires e os conflitos agrários na luta pela posse das terras do século referenciado.

Portanto, a caminhada que nos direciona estabelece uma relação muito fecunda entre a experiência pastoral vivenciada por Dom José nesse período e a história de um pastor em

⁶ Conforme a CPT (2013) se registrou: conflitos por terra, ocupações/retomadas, acampamentos, trabalho escravo e superexploração; conflitos pela água, conflitos em tempos de seca, tendo se verificado no total, em 2013, de 1.266 conflitos envolvendo 573.118 pessoas.

movimento, na luta dos oprimidos no século XX (componente de estudo de investigação da minha dissertação). O critério de escolha pelo bispo educador⁷ se configura no reconhecimento do seu trabalho, sua história e memória de um pastor em movimento e o sentido de suas reflexões e contribuições para construir uma sociedade mais justa, importa em apreender formas de ação que ofereçam bases para um mundo novo.

É importante mencionar que este trabalho não se concretiza minimamente com a biografia do profeta educador; tratará de vários momentos prefigurados para tecer um diálogo sobre sua trajetória eclesial à margem de sua biografia e movimento pastoral na Paraíba. A participação de Dom José na luta pela terra na Paraíba⁸ foi de uma singular importância pelos direitos sociais e humanos, ao processo de formulação do projeto pastoral, de cunho religioso e político. Cabe salientar que se trata de um movimento dialético trilhado de crises, lutas utópicas e contradições. É um ensejo que pressupõe a mudança das estruturas injustas, discriminatórias e excludentes da nossa sociedade.

Dom José Maria Pires ⁹não se curvou diante das injustiças contra os empobrecidos de modo que seu objetivo não era levar só a pregação da palavra de Deus, pois sua pregação não é meramente teórica, mas denuncia claramente as injustiças e aponta as suas causas. Um bom exemplo é a luta de Alagamar na década de 70, no agreste paraibano, no município de Salgado de São Félix, e em Mucatu, no litoral sul no município de Pitimbu, como também nos anos 80 ecoavam tantos outros conflitos no litoral sul e especificamente no município de Conde - PB,

⁷ Cfr. FÁVERO; BRITTO (2002).

⁸ A Carta pastoral **Amor e Dedicção à Paraíba, 26/11/1995** faz um histórico sobre sua atuação, como pastor na Arquidiocese da Paraíba. É um depoimento pessoal de vida. Cataloga os tempos pretéritos e colhe o sentido das intenções que deram corpo ao projeto pastoral no período de 1965-1995.

⁹ Dom José Maria Pires nasceu em 5 de março de 1919, num lugarejo chamado Córregos – no município de Conceição de Mato Dentro, em Minas Gerais. Dom José entrou para o seminário com 11 anos e se tornou padre aos 22, em Diamantina. Sua ordenação como bispo ocorreu em 1957, sendo nomeado para a diocese de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha. De origem humilde, dom José Maria Pires foi o primeiro bispo negro do Brasil, nomeado em 1957. Conhecido pelos apelidos de "Dom Zumbi" e "Dom Pelé", é reconhecido pela humildade com que exerce sua função e pelo trabalho social que realiza, em especial na defesa dos negros, pobres e oprimidos. Formado em teologia e filosofia, foi pároco de Açucena e Curvelo; diretor do Colégio Ibituruna, em Governador Valadares; e missionário diocesano, pautando suas ações pelo lema "Scientiam Salutis" (A Ciência da Salvação). Participou do Concílio Vaticano II, entre 1962 e 1965, que discutiu diversas questões relacionadas à Igreja Católica, como as relações com outras igrejas e com os próprios cristãos que estavam afastados, além de projetar uma nova imagem da Igreja e do padre, que é mais social, que conversa com todo mundo e se aproxima das pessoas. Transferido para João Pessoa, em 1965, onde ficou mais próximo de dom Helder Câmara, um aliado na luta pelos direitos humanos, teve participação valiosa nos conflitos pela terra na Paraíba ao defender camponeses de seus perseguidores. Pela militância em defesa do povo durante a ditadura militar é um dos bispos conhecidos como "arcebispos vermelhos". Participante ativo da luta pelos direitos dos negros, em 2013, publicou o livro "A cultura religiosa afro-brasileira e seu impacto na cultura universitária". Aposentou-se e voltou a ser pároco de Córregos e Santo Antônio do Norte, no Vale do Jequitinhonha, desde 1995. Lá, dedicou-se também a um projeto de geração de renda para centenas de famílias carentes da região (PASSOS, 2011).

no assentamento Gurugi II, que foi marcado pela violência dos assassinatos do camponês Zé de Lela, em 29 de dezembro de 1988, e da camponesa a Severina Rodrigues de França, mais conhecida por Bila, em 30 de março de 1989. No dia 31 de março, durante o velório de Bila, Dom José inicia sua reflexão fazendo a seguinte recomendação:

Ouve, Pai, as nossas orações porque como vossa filha Severina [...] já caiu Zé de Lela, caiu Bila, mas caíram como a semente que cai no chão e a chuva da graça de Deus fará essas sementes crescerem para darem muitos frutos e um dia a gente vai ver que essa semente e que este sangue não foi perdido, porque Deus, pelo sofrimento deles, pela morte deles, pelo sofrimento e pela união nossa, vai dar a vitória a todo o povo. Então acompanhando Bila como aqueles amigos que acompanharam Jesus para o sepultamento de Jesus que deu a vida, também, acompanhando Bila para o sepultamento a gente vai com o coração ferido, mas com aquela esperança, que é certeza de que a ressurreição dela está a caminho, amém. (COISAS do Brasil, 2009).

Diante da gravidade da situação agrária na região nordestina, Dom José Maria Pires faz um movimento na arquidiocese em prol do homem do campo. Apoia a organização sindical, sobretudo as reivindicações justas e necessárias em prol de uma política de utilização da terra, construção de açudes, assistências técnicas e financeiras aos pequenos produtores. Toda uma movimentação é feita através de declarações, cartas pastorais, programas de rádio e ação da pastoral agrária no meio rural. Esse apoio se manifestou muito mais na prática do que na teoria. Trata-se de tentativas para estabelecer um diálogo entre o evangelho e a prática evangelizadora. Um fato singular é a presença desse bispo nas áreas conflituosas, ele visitava cada comunidade e procurava se informar da real situação. Conforme Passos (2011, p. 171)¹⁰:

[...] a participação de Dom José, ao longo da sua trajetória, revela uma espiritualidade que penetra, cada vez mais, no mistério de Deus e em sua relação com a vida, a realidade e as pessoas. É um processo de relação entre pastoral e vida, religião e realidade. Pode-se afirmar que comporta outra metodologia – inserção no processo histórico e marcada pelo carisma de pastor. A preocupação e a finalidade pelas reais necessidades do povo são os elementos centrais do “Ser Pastor”. Junto com o povo e no meio do povo, tinha como tarefa central do seu trabalho recuperar a liberdade do homem.

Segundo Mitidiero Junior (2008, p. 195), em sua análise sobre a concepção da Igreja Libertadora¹¹, o campesinato assume uma condição de “comunitarismo”, pois corresponde ao

¹⁰ O Ensaio desse texto se configura biograficamente na trajetória do episcopado e educador Dom Jose Maria Pires, no Livro: Um profeta em movimento, organizado por Mauro Passos (2011).

¹¹ A fundação Dom José Maria Pires nasceu e se desenvolveu num ambiente de Igreja (FDJMP), em Serra Redonda na Paraíba no ano 2000. Ela é fruto do processo que tem suas raízes inspiradas no Concílio Vaticano II, na criticidade da Teologia da Libertação e nas aspirações de uma Igreja para os Pobres apresentadas em Medellín

“[...] estrato social mais oprimido de qualquer sociedade latino-americana [...]”. Nessa reflexão, compreende-se que toda a América Latina passou por um contexto secular de injustiça social fazendo com que os povos camponeses fossem se constituindo em grupos com características comuns de pobreza e miséria.

Outro ponto que caracteriza a relação de liberdade, segundo Freire (1982), apresenta um conceito de liberdade: a verdade do opressor reside na consciência do oprimido (FIORI *apud* FREIRE, 1982, p. 04). Para Freire, a libertação do homem oprimido, tão necessária a si e ao opressor, será possível mediante uma nova concepção de educação: a educação libertadora, aquela que vai remar na contramão da dominação. Freire propõe abandonar a educação bancária, a qual transforma os homens em “vasilhas”, em “recipientes” a serem “preenchidos” pelos que julgam educar, pois acredita que essa educação defende os interesses do opressor, que trata os homens como seres vazios, desfigurados, dependentes. Ao invés disso, buscou defender uma educação dos homens por meio da conscientização, da desalienação e da problematização.

O ensejo pelo qual esse profeta tem erudição com a educação brasileira é o seu contato com a filosofia kantiana, pela visão de mundo, que procurava aprofundar bastante todas as teorias, ao lado da filosofia, havia a história da filosofia, que era sua extensão e dava uma visão muito crítica de todos os autores (PASSOS, 2011, p. 182)¹².

Na medida em que as situações mudam, outro instrumento importante é a educação. O documento de Medellín inclui no eixo da “Promoção Humana” um capítulo sobre a educação, ressaltando a importância de sua democratização para que todas as pessoas recebam seus benefícios. Este documento dá destaque à educação libertadora.

A busca de uma resposta ao apelo popular fez com que na Arquidiocese da Paraíba a opção fosse direcionada pela Educação Popular. Foi um instrumento para animar as comunidades, os grupos e os movimentos. Vários livros e textos populares foram distribuídos para ajudar nas reflexões. Para uma assessoria a esses grupos, no final dos anos 70, a Igreja criou outro tipo de serviço, visando atender a outras demandas, além do atendimento jurídico.

(Colômbia - 1968) e Puebla (México - 1979) e que se fizeram traduzidas e vividas sobre o alicerce das comunidades Eclesiais de base.

¹² Passos (2011, p. 89) enfatiza: Que balanço o senhor faria dos 50 anos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)? “Em primeiro lugar, acho que o episcopado brasileiro foi pioneiro nesse ponto. Foi praticamente a primeira Conferência que se organizou neste estilo democrático, sem intervenção externa nenhuma”.

É aí que surge o Centro de Documentação e Publicações Populares (CEDOP), criado em 1978 a partir da seguinte iniciativa, segundo Novaes (1987): Reunia educadores, agentes de pastoral, padres, sociólogos, líderes populares, artistas, jornalistas, religiosos, seminaristas. Toda essa equipe era responsável pelas publicações que seriam distribuídas para estudo e reflexão. Em 1982 foi editado o livro popular **Educação e Escola**.

Fomentar a história dos educadores que se enraizaram nesse processo é insistir no rompimento de um silêncio histórico que perdurou por longo tempo. As fontes orais, escritas e iconográficas, produzidas por Dom José Maria Pires possibilitam falar de si e das experiências vivenciadas ao longo de sua trajetória como arcebispo emérito, escritor, educador e animador das comunidades.

O Nordeste e especificamente a Paraíba têm se destacado ao longo desse processo nos espaços formal, informal e não formal graças ao compromisso, dedicação e rebeldia desse profeta, que carrega em si o espírito do povo diante de suas necessidades, sejam elas políticas, educativas, sociais, econômicas, culturais ou históricas. Destaca-se ainda que essa profecia se fundamenta com as comunidades rurais e urbanas ao longo dessa memória, nesse território em que camponeses resistem e nunca abriram mão de lutar e decidir sobre o seu futuro, sobre as suas esperanças e sobre as suas utopias que os mantiveram na luta, afirmando-se como protagonistas da história, reiterando sua maneira de lutar, de produzir e de se organizar.

A dimensão da luta dos movimentos sociais pela posse das terras na Paraíba aparece com primordial importância nessa resistência e expressa a existência e desenvolvimento de movimentos, organizações e instituições sociais de lutas pela terra e das ações da instituição eclesial na luta pela reforma agrária e emancipação social, que fundamenta a luta, as resistências e os conflitos sociais como protagonista da formação camponesa. Compreendo ser relevante tecer esse recorte no âmbito da Educação Popular, a ação da Igreja enraizada por meio da CPT. É nesse processo que se constituem as raízes das organizações sociais na Paraíba. Segundo Silva (2011), no relato memorialista dos camponeses na Paraíba¹³, de 1960 a 1980, percebe-se que as organizações, as lutas e o catolicismo se expandem no estado, como o embrião memorialista que pontuou a criação da CPT, em 1975.

Por isso o segmento da Igreja movido pelas utopias libertadoras é inegável no contexto em que aparecem os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária, resistindo

¹³ A CPT da Paraíba está distribuída de forma que cobre todo o estado: a CPT João Pessoa, a CPT Campina Grande, a CPT Sertão (Patos e Cajazeiras) e a CPT de Guarabira ou Brejo, que é composta por aproximadamente 25 Municípios (SILVA, 2011, p. 100).

através de acampamentos, as terras devolutas e improdutivas de particulares que não são seus legítimos proprietários e da União, denominadas de latifúndios. Neste chão estão aguerridos os movimentos sociais que lutam por terra e por reforma agrária nesse estado, como também em outros estados, que são denominados de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹⁴ e Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), como também os indígenas e quilombolas.

Para Mitidiero Junior (2008), o segmento da Igreja movido pelas utopias libertadoras, apesar de toda a carga simbólica e a preocupação com o espírito humano, tem, na sua ação em defesa dos “esquecidos”, dos injustiçados e dos oprimidos, o seu ente territorializador, ou seja, discurso religioso em comunhão com as utopias religiosas e sociais que produzem ações objetivas e materiais que visam à transformação da realidade terrena.

A organicidade, resistência e conquista dos movimentos sociais de transformar as ocupações em uma política pública de reforma agrária, contribuíram para a existência de um processo de fortalecimento da identidade individual e coletiva do território camponês, que funciona na construção da sociedade e do desenvolvimento sustentável do campo que tem a luta da terra como uma possibilidade de se desenvolver para além de seu caráter político, além de promover a autonomia e a emancipação dos povos do campo.

Os movimentos sociais do campo foram, por exemplo, uma das forças de contra-hegemonia mais ativas no período de repressão e censura do governo militar no Brasil. Enquanto isso, os movimentos sociais, mesmo não sendo institucionalizados e não tendo característica político-partidária, são organizações de natureza política, pois atuam por questões de interesse comum, que implica em processos de negociações e conflitos e podem trazer melhorias, ou não. Organizados, os grupos sociais, na sua vivência, constroem sua identidade coletiva, percebem-se enquanto sujeitos ativos da história e têm a consciência do seu papel social. A identidade de grupo diz respeito à sua história de luta, ao objetivo pretendido, à origem de seus integrantes, à ideologia definida, à cultura e à ação político-social. Essa identidade é um reflexo dos interesses em comum do movimento e a manutenção da memória é importante para mantê-la viva (SOUZA, 2008, p. 34).

¹⁴ A Igreja Popular, especialmente nos anos 1970, e que permaneceu nos anos seguintes, com muita representatividade em todas as regiões do país, assumiu a luta camponesa, criando e apoiando o surgimento de várias entidades de assessorias educacionais e jurídicas, tais como: A Animação Cristã no Meio Rural (ACR), o Movimento de Evangelização Rural (MER), o Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH), as Organizações Não Governamentais (ONGs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, para atuarem no meio rural (SILVA, 2011, p. 87-107).

Com base nessa discussão, certamente o processo social é determinado para afirmar a análise das utopias territoriais, desencadeada pelas ações coletivas da sociedade.

3.1 OS CONFLITOS PELA POSSE E USO DA TERRA NA PARAÍBA: DAS LIGAS CAMPONESAS AOS CONFLITOS DE TERRA NOS ANOS 1980

Na Paraíba a resistência pela luta na terra tem como grande marco o surgimento das Ligas Camponesas, na década de 1950. Como forma de luta os camponeses/as se organizaram e resistiram no processo de ocupação e destruição do espaço agrário nordestino, através da expansão agropecuária e da cana-de-açúcar, ambas as culturas que ocupavam grandes extensões de terras, provocando conflitos, opressão e violência entre outros motivos do campo. Na interpretação de Martins (1990, p. 27), o campesinato brasileiro é a única classe social que tem uma reiterada experiência direta de confronto militar com o exército: Canudos, Contestado, Trombas de Formoso, Ligas Camponesas, Guerrilhas do Araguaia. Anterior a esses movimentos, pode-se incluir o campesinato negro, iniciado no século XVII, no sul de Pernambuco e norte de Alagoas. Entrincheirados em Quilombos, resistiram durante um século e foram necessárias 23 expedições para exterminá-los e depois os quilombos se espalharam por todo o país.

Por isso, pode-se atribuir ainda outro significado à atuação das Ligas, expresso no livro *Memória do Povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba* (VAN HAM et al., 2006), que apresenta um conjunto de dados que nos ajudam a compreender o contexto de opressão em que surgem as Ligas. Não somente a terra era cativa do latifúndio, mas também as relações de trabalho continuavam subumanas. Até o direito à sindicalização era negado ao camponês. Com o aumento do preço do açúcar, os usineiros se encontravam em plena ascensão e começaram a exigir mais dos moradores, posseiros e foreiros. Para tirar um morador da terra o proprietário mandava capangas desacatá-lo e até desrespeitavam suas famílias (PEREIRA, 2009, p. 100).

É muito oportuno referenciar Martins e Pereira para lembrar que o conflito de terras na Paraíba foi um marco histórico, tendo sua raiz evidenciada no final dos anos 50 e início dos anos 60, que não se deu isolada, porque em outros locais, ou seja, municípios deste estado e em outros estados brasileiros, também passaram por lutas de desapropriação. E um dos primeiros conflitos que houve foi na região da Várzea, no município de Sapé – PB, que foi simbolicamente se estendendo por vários anos, e a dimensão do conflito se manifestou pelo fato de os

camponeses/as estarem em constante tensão, como repressão, ameaças, torturas e outros tipos de violência.

Neste retrato agrário, histórico da luta pela terra na Paraíba, surgem as Ligas Camponesas como **“fogo de monturo”** e resistência contra as ações dos latifundiários, pela qual a luta se efetua; por isso, os camponeses reivindicavam o direito da luta pela permanência na terra. Por fim, vale mencionar que esse conflito teve uma figura que era a base material do campesinato paraibano, o agricultor João Pedro Teixeira, para dar conta das lutas dos trabalhadores rurais a partir dos anos de 1950, como já foi descrito anteriormente.

Só posso, pois, compreender as determinações mais profundas da forma de campesinato que se desenvolveu no Brasil no período colonial, e sobretudo a sua exclusão social, econômica e política, se compreendo que ela se determina profundamente pelo trabalho escravo e só num segundo plano pela forma de propriedade da terra que decorria da escravidão (MARTINS, 1981, p. 38).

Assim, o autor estabelece a realidade dos fatos entre os camponeses e os conflitos da extrema concentração fundiária. Para analisar a relação (conflitos) e uso da terra na Paraíba, das Ligas Camponesas aos conflitos de terra, parto do pressuposto de que os elementos constitutivos do campesinato são a representação mais próxima das ideias de comunidade difundidas pela resistência dos camponeses/as posseiros, meeiros e arrendatários.

Este estado é privilegiado na construção e participação dos camponeses no acervo histórico, na esfera política e social na organização de sindicatos, Igrejas, pastorais e atuação em movimentos sociais. Neste sentido, pode-se referenciar um dos pioneiros da luta camponesa no âmbito local, estadual e nacional como João Pedro Teixeira, um dos principais líderes camponeses na década de 1960. Fundador da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, Ligas Camponesas - lutou contra o cambão na região da Várzea, em Sapé e foi assassinado em 02 de abril de 1962 pelos capangas e grupo dos grandes latifundiários da Várzea paraibana (PERREIRA, 2009).

Corroborando com Justo (2002), afirma que a referência comum sobre a origem das conhecidas Ligas Camponesas é o ano de 1954, quando no engenho da Galileia, município de Vitória de Santo Antão – entre a mata e o agreste pernambucano, surgiu uma associação de foreiros, cujo nome era Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPPE), que ficou mais tarde conhecida como Liga Camponesa.

Esses agricultores se organizaram contra o pagamento do foro. Os fazendeiros dessa região, desde fins da década de 1940, não plantavam cana e arrendavam suas terras aos foreiros. Estes, ao vivenciarem o problema do aumento desproporcional do foro, procuraram um antigo membro do Partido Comunista ligado à causa dos litígios camponeses, que lhes sugeriu a formação de uma sociedade para adquirir o engenho Galileia. Era inicialmente uma sociedade de auxílio beneficente dos foreiros, que tinha como finalidade construir escolas, adquirir implementos agrícolas e construir um fundo para comprar caixões para enterrar os lavradores (OLIVEIRA, 1995, p. 524; BASTOS *apud* OLIVEIRA, 1997, p. 22-23). Desenvolvendo-se predominantemente em Pernambuco e na Paraíba, as Ligas Camponesas logo se espalharam pelo Nordeste e depois por outros pontos do Brasil.

Estas questões demarcavam o debate das organizações camponesas em todo o país para que os camponeses se unificassem na luta cravando o momento histórico ao defender suas categorias, combatendo a opressão e todo tipo de violência e repressão, entre elas a mais contundente no espaço agrário que era o “cambão”. Francisco de Assis Souza (1998, p. 80), afirma que:

[...] a primeira Liga Camponesa foi implantada na Paraíba em fevereiro de 1958, como Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, ligada a ULTAB. No primeiro Congresso de Trabalhadores da Paraíba realizado entre 10 e 13 de maio de 1958, foi denominada pela imprensa de Liga Camponesa de Sapé. Essa Liga se caracterizou pelas lutas travadas com os usineiros que compunham o grupo da Várzea. Em 1962, é assassinado seu líder João Pedro Teixeira, cuja morte é atribuída pelos trabalhadores rurais e por parte da opinião pública ao Grupo da Várzea. Em 25 de novembro de 1961 é fundada em João Pessoa a Federação das Associações dos Lavradores Agrícolas da Paraíba, que contava com 14 associações. Logo em seguida passando a se denominar Federação das Ligas Camponesas da Paraíba.

Ainda sobre essa passagem historiográfica dos povos camponeses, Pereira sistematizou (2009, p. 109):

A Liga de Sapé foi uma das maiores do Nordeste e a maior da Paraíba, contando com mais de sete mil associados na época que assassinaram João Pedro Teixeira; havia mais de trinta mil associados em início dos anos 1964. Após esse período de execução e opressão contra os camponeses/as, a viúva de João Pedro Teixeira, a senhora Elizabete Teixeira, continuou a luta de seu marido em Sapé e chegou à presidência da Liga Camponesa do Estado da Paraíba, em novembro de 1962.

Este tópico serve de pano de fundo para desenhar e arar o solo violento da Paraíba tendo como fogo de monturo essas lutas dos camponeses/as referenciadas acima que eram contra as injustiças ordenadas pela oligarquia agrária, com o objetivo central de se apropriar da terra. Corroborando nesse sentido Silva (2011, p. 74):

[...] a mobilidade camponesa, na década de cinquenta, impulsionou uma nova concepção e ação da Igreja Católica no meio popular, especialmente no meio rural, o que fez emergir várias iniciativas, como o Movimento pela Sindicalização Rural no Rio Grande do Norte, organizado por Dom Eugênio Sales, com uma finalidade política bem definida: Frear os avanços da esquerda no campo, em especial as Ligas Camponesas apoiadas pelo Partido Comunista Brasileiro.

O autor registra, além disso, que na Paraíba e em Pernambuco, a mesma estratégia foi repetida pelos setores progressistas da Igreja Católica, contra o avanço das Ligas Camponesas. O fato que nos chama a atenção nessa análise de Silva (2011) é que se registrou o crescimento galopante dos sindicatos rurais na Paraíba, em especial, os sindicatos fundados pela esquerda. E Silva (2011, p. 75) complementa: “Paralelo a essa estratégia, a Igreja Católica programa uma campanha pela sindicalização rural, o que popularmente ficou conhecido como ‘sindicato do padre’ [...]”.

Um exemplo dessa atuação da Igreja contra as Ligas está no relato de Elizabeth Teixeira, esposa de João Pedro Teixeira, fundador da Liga de Sapé - PB, assassinado em 02 de abril de 1962, às 17h40min: “Naquele tempo a gente foi muito perseguido pela Igreja. A gente achava isso terrível. A Igreja nos combatendo e nos acusando de comunistas. Os sindicatos que eram fundados na região tinham como objetivo combater as Ligas” (BANDEIRA, 1997, p. 97).

A análise desse ponto teórico é o mais denso dos vários enunciados, o qual é nosso verdadeiro contexto histórico. Nessa vertente cabe destacar que a trajetória da Igreja junto aos camponeses representava a ala religiosa que se posicionava com tamanha injustiça social, como também sob o paradigma da organização, dos conflitos agrários na Paraíba, que vêm se constituindo desde os anos 60 até os dias atuais.

Neste trabalho, de uma Igreja presente, sintetizo um contexto expresso em um texto de Silva (2011), denominado “**Memórias de Camponesas na Paraíba (1960 a 1980)**”. É com essas referências não só na história da luta camponesa, mas principalmente na história de resistência do espaço agrário, que ele afirma como a conjuntura dos anos 1970 foi marcada por uma acirrada perseguição dos governos militares aos movimentos sociais e setores da Igreja e

sociedade civil que se posicionaram contrários àquela forma de governo, marcada pela repressão. A Igreja assumiu um papel histórico em defesa dos oprimidos e perseguidos pelo golpe de 1964, ou melhor, ela exercia um dos seus princípios básicos: ser uma instituição histórica do seu tempo. Esta posição da Igreja foi sendo constituída a partir da criação de organismos de assessoria política, educacional e jurídica a serviço daqueles setores, como forma de agregar lideranças populares, sindicalistas, profissionais liberais, sacerdotes, religiosas e estudantes em prol de uma ação social a serviço dos oprimidos.

O autor mostra que o ensaio de lutas e conflitos¹⁵ na Paraíba se dá no sentido de combater as ações da estrutura patriarcal dominante, que engendra uma luta pela concretização da reforma agrária, compreendendo a ideia de um embate que se procede perante posicionamentos e resistências, em busca de serem sujeitos históricos do território, na construção de direitos sociais.

Compreendendo essas contradições postas na realidade do campo, anoro-me nos estudos de Mitidiero Junior (2008, p. 215), que identifica oito tipos de conflitos de terra contra os camponeses existentes no Brasil. No entanto, ao evidenciar essa realidade o autor destaca o debate que decorre do espaço produzido pelos conflitos no meio rural, desencadeados desde a década de 1950, situação que persiste até hoje, como retrata o quadro abaixo os tipos de conflitos, vigentes nos territórios camponeses.

De acordo com a referência acima pode-se refletir sobre os tipos de conflitos dos camponeses¹⁶, que foram retratados de forma contundente. Diante das expressões dos conflitos em diversas áreas reivindicadas a partir de enfrentamentos e resistências, entre os latifundiários, empresas e o Estado repressor, devido a pressões, ameaças e perseguições contra os camponeses/as, neste ensejo, apresento a seguir os vários tipos conflitos, em ações de lutas coletivas dos trabalhadores/as nesse período de organização e formação social. Ainda na lógica dos tipos de conflitos no campo, verifica-se o Quadro 02 com a sistematização e os conceitos derivados dos registros decorrentes da questão agrária brasileira.

Quadro 02 - Tipos de conflitos

¹⁵ Ter um conflito com um outro, define a estrutura interna do grupo e elimina a reação interna (SIMMEL, 1908, 1956).

¹⁶ No ano de 1975 foi criada a CPT – Comissão Pastoral da Terra nacional, e, na Paraíba, a Pastoral Rural, serviços especializados em acompanhar e assessorar as lutas dos camponeses envolvidos em conflitos de terra, que, conforme consta do livro *Expressão Popular* (MITSUE, 2001), “foi um importante instrumento de desmascaramento das práticas e projetos dos militares, e permanece sendo espaço central na organização e projeções das lutas pela conquista da terra” (SILVA, 2011, p. 98).

Tipos de conflitos	Conceitos dos conflitos
Conflitos por terras	São ações de resistências e enfrentamentos pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem-terra, seringueiros, quebradeiras de cocos, castanheiros etc.
Ocupações	São ações coletivas das famílias sem-terra que, por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a sua função social.
Acampamentos	São espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem-terra organizadas reivindicam assentamentos.
Conflitos trabalhistas	São ações de resistências dos trabalhadores assalariados que reivindicam o aumento de salário e manutenção dos direitos. Também se refere às situações de sujeição, exploração e desrespeito à pessoa e aos direitos dos trabalhadores nas relações de trabalho.
Conflitos pela água	São ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolve ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores etc.
Conflitos em tempos de seca	São ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada e reivindicam condições básicas de sobrevivência e/ou políticas de convivência com o semiárido.
Conflitos sindicais	São ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato aos trabalhadores, contra as investigações, as pressões de grupos externos, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados.
Conflitos em áreas de garimpo	São ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas, grupos indígenas e o Estado.

Fonte: MITIDIERO JR., 2005.

Em síntese, a reflexão formulada até aqui é a seguinte: não é possível compreender o sentido da experiência de conflitos se o foco do nosso olhar permanecer fixo no campo. Mas quando se passa a olhar para o conjunto dos conflitos, e com a preocupação de enxergá-lo em sua dinâmica histórica que ancora a luta pela terra, é que se consegue compreender que os conflitos podem ser mais do que conflitos, e que a resistência pode ser mais do que resistência, à medida que sejam consideradas as conquistas que constituem nossa história.

Ao afirmar que existe uma trajetória histórica dos conflitos agrários pelos camponeses estou enfatizando que não se refere aqui a um tipo de conflito, mas sim a um conjunto, onde é possível identificar o processo dos conflitos. É interessante reconhecer este tópico sobre conflitos de terras em um sentido mais literal, tal como se explica no quadro acima. Outro objetivo é o de narrar com um pouco mais de detalhes como é denominado esse tópico de conflitos por terras na Paraíba, não que esse panorama macro, o qual já se detalhou, não tenha relevância, mas é através desse processo global que parti para adentrar no processo local. Esse é o nascimento do conflito pela posse da terra na Paraíba. Como afirma Silva:

[...] o estado da Paraíba contou com 194 conflitos de terra entre 1970 e maio de 1996, distribuídos em 55 municípios, a maioria na região do Agreste e Brejo, se estendendo pela Zona da Mata a Região da Borborema e avançando

para o Sertão (2). As lutas na Paraíba se acirraram com o processo de proletarianização e marginalização a que são submetidos os trabalhadores expulsos do campo (SILVA, 2011, p. 95-107).

A síntese desse contexto histórico nos permite afirmar que inicialmente organizados pelas Ligas Camponesas, e, em seguida, através de alguns sindicatos rurais, a atuação da Igreja com a criação da Pastoral Rural e posteriormente da CPT foi fundamental no processo de construção de uma visão social e política entre grupos de trabalhadores rurais. No final da década de 80 surge o MST na Paraíba, como um novo ator na luta pela terra e pela conquista da reforma agrária e por um novo modelo de organização socioeconômica.

Essa afirmação se materializa na resistência de outra natureza ao assumir a tarefa de organizar e articular o aumento da luta pela posse da terra, cuja resistência ecoou em várias outras áreas de conflitos na Paraíba ao longo da organização dos camponeses/as, produzindo outro tipo de relação entre os trabalhadores do campo e os latifundiários. Isso significa dizer que, de modo geral, esse foi o processo.

Daí surge o conflito do proprietário frente à resistência dos então posseiros, em que passa a pressioná-los para que abandonem a propriedade. Os posseiros, por sua vez, começam a se organizar para resistir ao processo de expulsão/ expropriação. Denunciam a situação em que se encontram aos órgãos de terra existentes no estado, como o INCRA e a FUNDAP, às entidades de classe, FETAG e STRs do município e à Imprensa (MOREIRA, 1997, p. 260).

Esses episódios foram estratégias para a dinâmica histórica que transformou a luta pela terra em um movimento e organização social de luta pela reforma agrária na Paraíba. Historicamente foi o avanço dos números de conflitos que firmaram os assentamentos. Esse jeito de ver a complexidade da realidade é um desafio que os camponeses enfrentam atualmente no estado. É o que a CPT expressa no Livro da 27ª Romaria da Terra 2015, os dados das áreas de conflitos na Paraíba vigente, em 75 municípios e 75 áreas, ancorando um total de 3.727 famílias.

Está bem confirmado que quem persevera nesta luta não se decepciona. Esta realidade custou ao homem e à mulher do campo grandes sacrifícios, várias pessoas deram a vida. Sonhamos por Reforma Agrária neste País, onde milhares de acampados esperam ter um dia sua terra, pois a “Terra é Santa, prometida por Deus” (CPT NACIONAL, 2015, p. 3).

Essa citação coaduna de maneira geral com os relatos da Pastoral desde o início de sua existência em 1975, onde registra os conflitos que envolvem os trabalhadores do campo e denuncia a violência por eles sofrida. Em 1985, a CPT criou um Setor de Documentação para

colher as informações sobre as violações aos direitos humanos no campo e sistematizá-las. Esses dados foram publicados em um relatório que se chamou *Conflitos no Campo Brasil*, que também ficou conhecido como *Caderno de Conflitos*. A partir daquela data até hoje, a CPT publica anualmente esse relatório. Desde 2011, encontra-se disponível no *site* da CPT¹⁷.

Em virtudes desses fatos, que caminharam junto aos relatos históricos do trabalho pastoral ao longo dessas três décadas, ressalto que a sistematização dos fatos tem sido uma nova ferramenta de organicidade, que tem buscado orientar os camponeses/as recolocando as questões do campo em pauta, como também para que conduzisse as transformações sociais.

3.2 A VIOLÊNCIA NO CAMPO NA PARAÍBA

A violência no campo é um elemento estruturante do processo de formação territorial do Brasil. Em 2015 a violência sectária realizada pelo agronegócio em face de lideranças indígenas, quilombolas, posseiros, ambientalistas, sem-terra, trabalhadores rurais, atingidos por barragens, funcionários públicos e pequenos proprietários foi responsável pelo número elevado de assassinatos no campo desde 2004 (CPT NACIONAL, 2015, p. 144).

Conforme levantamento de dados da CPT, no período de 1985 a 2014, foram assassinadas 1.723 pessoas ligadas aos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil. Destes, apenas 109 casos foram levados a julgamento, com a condenação de apenas 32 mandantes. O estado do Maranhão segue na dianteira dos casos de impunidade e injustiça. Das 144 mortes ocorridas no período de 1985 a 2014 ocorreram somente quatro julgamentos e nenhum mandante foi condenado (CPT NACIONAL, 2015, p. 148).

A luta pela terra na Paraíba tem um marco histórico: a morte de João Pedro Teixeira. Organizador da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé – Liga Camponesa, foi assassinado em 02 de abril de 1962, tendo como suspeitos os capangas de grande proprietário e deputado da várzea paraibana, Agnaldo Veloso Borges. Cerca de cinco mil camponeses foram ao seu enterro (OLIVEIRA, 1997, p. 26). A Liga de Sapé foi uma das maiores do Nordeste e a maior da Paraíba, contando com mais de sete mil associados na época da morte de João Pedro Teixeira (OLIVEIRA, 1997 p. 26; NOVAES, 1987), e chegando a trinta mil no início de 1964, sendo que João Alfredo Dias (Nego Fuba) e Pedro Inácio de Araújo

¹⁷ www.cptnacional.org.br

(Pedro Fazendeiro) também foram assassinados em Sapé no ano de 1964. Mais de duas décadas depois, em 29/12/1988, acontece o assassinato de Zé de Lela, outra morte por disputa de terra.

A violência contra trabalhadores rurais sempre esteve associada aos conflitos no campo. Embora fosse o principal critério para caracterizar uma situação de conflito ou tensão social, era a rigor pensada como decorrência do próprio conflito. E era essa a forma que assumia nas denúncias formuladas pelo movimento sindical de trabalhadores rurais, pela CPT, por membros da hierarquia da Igreja Católica e, também, por diferentes entidades civis, cujo principal objeto era a violência propriamente dita, o conflito e, portanto, a violência gratuita.

Nem tudo o que é considerado violência foi objeto de registro pelas diversas fontes utilizadas nos levantamentos sobre violência contra trabalhadores rurais. A ausência de registro pode ser atribuída tanto à falta de interesse de registrar as queixas quanto ao desconhecimento dos fatos, como também o medo de ser perseguido.

Atualmente, a violência que preocupa as lideranças sindicais, trabalhadores rurais, associação comunitária, organizações como MST e CPT, não são apenas os assassinatos, embora, nestes esteja seu aspecto mais dramático. Portanto, a impunidade dos mandantes com que essa violência acontece em todo o país e se caracteriza como e pela causa primeira das demais ações de violência no campo. Enfim, são características que demarcam uma determinada comunidade, enquanto associação específica dentro da sociedade mais ampla.

De acordo com Gohn (1994, p. 17), o exercício da prática cotidiana nos movimentos sociais leva ao acúmulo de experiência, onde tem importância a vivência no passado e no presente para a construção do futuro. Experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos etc., são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente e a fusão do passado.

Deve-se compreender que o camponês é o verdadeiro sujeito da sua própria realidade sociocultural. Seu compromisso está na afirmação e reafirmação da luta, organização e resistência em nome das quais, muitas vezes, justifica-se a ocupação pela posse da terra, enquanto busca mudança da realidade social, política, econômica e cultural. A análise de luta e do desenvolvimento da história do assentamento proporciona também uma visão da história da humanidade através dos modos de organização social em busca dos direitos e democratização do uso da terra. O assentamento é um campo de estrutura social que é, ao mesmo tempo, um grandioso dispositivo, embaraçado nos seus próprios conflitos, na disposição necessária dos atores do modo de organização e funcionamento da transformação estrutural e social.

Compreender a história do assentamento é compreender como se pode abraçar esse conjunto e buscar nessa história a satisfação das necessidades e a elevação da qualidade de vida na terra, que é a essência do camponês.

Para tecer este tópico recorri a várias fontes da CPT/PB. E essa fonte, por sua vez, nos permite novas reflexões sobre os processos de violência ocorrida neste estado e o lugar que a violência pode ocupar. Do ponto de vista da violência, vi que esse pode ser o fio condutor de seu desfecho histórico. Puxar esse fio pode ser mais uma das tentativas históricas de rememorar, ou virá-la de ponta-cabeça, talvez simplesmente para voltá-la a um arranjo que lhe permita contribuir mais significativamente para desenhar o espaço da violência no campo e para a história, em seus desafios deste e de todos os tempos. Isso é um pouco mais do que situar o arquivo em um determinado período histórico e encontrar no contexto mais amplo o formato da violência das questões agrárias do estado. Trata-se de algo mais, que consiste em buscar a compreensão do quadro de violência e sua própria história.

Na CPT (2015) encontra-se como referência um livro da 27ª Romaria da Terra de 2015, que tem como tema: **“Sangue dos Mártires, Terra Livre”** e lema: **Memória, Rebeldia e Esperança**. Na página 05 o quadro Mártires¹⁸ da Terra no Estado da Paraíba é um dos mais significativos quadros cronológicos de violência descritos pela CPT/PB. Ele é parte e, ao mesmo tempo, produto e processo da trajetória histórica que crava de certa forma esses achados, que estão em cada um desses tópicos deste e dos demais capítulos que compõem este trabalho. No âmbito da discussão sobre a violência no campo é possível fazer uma interpretação sobre o período cronológico da violência no campo a partir do que foi encontrado e continua sendo para aqueles que vivenciaram esse período. E isso serve para explicar o surgimento de violências contra os camponeses/as, condicionado ao que se encontra no referido livro, e transcrito para este tópico, e na profundidade do imaginário da violência social, rastreado na arqueologia da pesquisa, como demonstra o Quadro 03.

¹⁸ No Brasil, a questão da criminalização dos movimentos sociais tem sido estudada principalmente nas áreas do direito e de comunicação social. Encontramos dissertações de mestrado, teses de doutorado, monografias de conclusão de cursos de graduação e algumas outras publicações sobre o assunto. Mas 80% desses trabalhos estão na área de direito. Os processos de criminalização da pobreza em geral são diferentes, estão instalados no meio da desordem urbana, da miséria e da degradação humana, ou sob os atos espontâneos de revolta e reivindicação das camadas mais pobres. É importante verificarmos essa diferença, ainda que sutil, para que possamos melhor caracterizar uma e outra forma de criminalizar indivíduos e setores da classe trabalhadora. Para ler mais: ROJAS; ADISSI (2015).

Quadro 03 - Relação dos Trabalhadores Rurais assassinados na Paraíba no período de 1952 a 2016

Nomes	Datas dos Assassinatos	Municípios
Alfredo Pereira do Nascimento	14/03/1962	Sapé
João Pedro Teixeira	02/04/1962	Sapé
Antônio Galdino de Araújo	15/01/1964	Sapé
João Alfredo Dias	28/08/1964	Sapé
Pedro Inácio de Araújo		Sapé
José Antônio da Silva	21/11/1976	Alhandra
José Silvino Valdevínio	07/10/1981	Cruz do Espírito Santo
José Severino da Silva	28/10/1981	Serra redonda
Rafael Colbe	1983	Alagoa Nova
Margarida Maria Alves	12/08/1983	Alagoa Grande
Antônio Nunes da Silva	15/02/1984	Dona Inês
Antônio Miguel de Brito	Abril de 1984	
Aurélio Joaquim da Silva	15/09/1984	Capim de Mamanguape
Anastácio Abreu e Lima	10/11/1984	Rio Tinto
Severina Moreira da Silva	12/10/1986	Itabaiana
José Francisco Avelino (Zé de Lela)	29/12/1988	Conde
Severina Rodrigues da Silva (Bila)	30/03/1989	Conde
José Carlos Bezerra (Tarzan)	11/01/1991	Sapé
Paulo Gomes do Nascimento	07/08/1995	Capim de Mamanguape
Manoel Luiz da Silva	17/06/1997	São Miguel de Taipu
Antônio Joaquim Teotônio	07/07/1999	São Miguel de Taipu
Sandoval Alves de Lima	09/09/2000	Sobrado
Almir Muniz da Silva	29/06/2002	Itabaiana
Antônio Chaves da Silva	04/06/2006	Jacaraú
Jorge Aleixo da Cunha	12/11/2010	
Ivanildo Francisco da Silva	06/04/2016	Mogéiro

Fonte: Arquivo: Comissão Pastoral da Terra, Arquidiocese da Paraíba.

Neste caso, portanto, não se trata de escrever a história ou uma análise que envolva todos os camponeses assassinados apresentados no Quadro 03, porém, apresentar esses fenômenos da violência como determinantes no conflito entre camponeses e latifundiários.

A violência no campo não é um fenômeno novo. Ela se faz presente desde o início da colonização portuguesa no Brasil. Mais do que se fazer presente, ela é um elemento constitutivo importante no processo de formação e estruturação do espaço agrário.

O genocídio indígena, a violência da escravidão, o poder discricionário dos coronéis sobre os moradores, a perseguição e extermínio de camponeses e líderes sindicais nos dias de hoje são faces distintas de uma mesma realidade: o exercício do poder dos donos para salvaguardar e fortalecer esse poder (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 320).

Para Mitidiero Junior (2008, p. 208):

[...] a violência da miséria e da fome, a violência da discriminação ética contra o indígena e da discriminação social contra o camponês e trabalhador rural, a violência da falta de políticas públicas, a violência da ausência ou omissão do judiciário nos conflitos se tornam menores diante daquela violência que tira a vida de uma pessoa.

Moreira (2006) e Mitidiero Junior (2008) identificam em seus estudos cinco tipos de violência contra os camponeses, como segue no Quadro 04.

Quadro 04 - Tipos de violências

Tipos de violências	Definições das violências
1. Seletiva	Atinge geralmente as lideranças com o intuito de desmobilizar a resistência.
2. Pedagógica	Pelos requintes de crueldade nos assassinatos e demais agressões, tenta espalhar o medo e o terror como forma de desmobilização dos atos contestatórios.
3. Semioficial	Quando o próprio Estado está envolvido, seja indiretamente por meio das leis do Legislativo, das medidas do Executivo e dos procedimentos do Judiciário ou da ação ostensiva da polícia.
4. Culturalmente influenciada	Agrega a violência simbólica, fruto da marginalização e do preconceito às populações rurais e indígenas.
5. Impune	Os assassinatos e agressões são realizados com a certeza e garantia histórica da impunidade.

Tese de Doutorado de Mitidiero Junior (2008)

Considerando os tipos de violência descritos na luta pela posse da terra, descrita categoricamente, e a existência desse fato que trata desigualmente os casos em que os trabalhadores são vítimas desse clamor, ou seja, além das injustiças sociais tem as denominadas violências, como revela o quadro acima. Porém, quando se analisam os dados das conquistas

da terra, deparamo-nos com alguns casos relatados em relação aos respectivos tipos de criminalização contra os camponeses/as, organizações ou instituições aos quais está ligada a luta pela terra.

Em virtude da violência física e dos assassinatos, a CPT, desde o seu surgimento até os dias atuais tem como símbolo aquilo que é mais evidente no mundo cristão: a defesa da vida. Toda a sua estrutura e metodologia de atuação estão baseadas na defesa da vida dos camponeses quase sempre ameaçados pelos proprietários rurais e empresas investidoras no campo. Esses empresários do campo frequentemente recorrem à violência como forma de efetivação do seu poder e do seu domínio ou como forma de resgate do seu poder quando ameaçado pelas reivindicações daqueles que trabalham no campo e daqueles que não possuem terra. Isso significa que a violência é eleita como mediação dos conflitos sociais, nos quais o pobre do campo sempre é o lado mais fraco, portanto sempre será vítima, mesmo que, em muitas ocasiões, o poder Judiciário não os considere como vitimados (MITIDIERO JR, 2008, p. 208-209).

Essa é uma realidade secular da velha noção de que quem detém o poder está apto a criminalizar os pobres do campo como os indígenas, camponeses/as e ribeirinhos, promovendo a exclusão da categoria trabalhadores/as rurais. Essa é a própria história no mundo dos sujeitos oprimidos, principalmente daqueles que começam a se engajar em lutas emancipatórias dos seus direitos sociais e sempre foram perseguidos e torturados por buscar um mundo mais justo. No entanto, foram condições historicamente impostas pelas mãos daqueles que se apropriaram da concentração fundiária e da violação dos direitos dos camponeses.

3.3 O CONFLITO E A LUTA PELA TERRA DO ASSENTAMENTO GURUGI II

Na interpretação de Justo (2002) o espaço do conflito no assentamento foi situado no desenrolar da luta pela terra (Anexo 01), a partir do que ocorreram as tensões que vieram para Gurugi II, e não foram aceitas pelos camponeses/as, ao mesmo tempo em que aparecem características comuns aos conflitos agrários do resto do país, isso só para dizer que a situação de desordem, violência, perseguição e opressão se propagou ao longo desse período e se desencadeou por mais de uma década, gerando várias questões de conflitos no assentamento inclusive o inesperado, que foi o trágico assassinato do camponês Zé de Lela, já referido na construção deste trabalho.

Para reconstituir o espaço do conflito, como bem ressalta a fundamentação teórica, que delinea a memória histórica do assentamento, este tópico se inicia através de imagens desse período de conflitos.

Foto 03 – Mutirão da luta de Gurugi II - 1980



Fonte: Karol fotos – Adquirida em 08/07/2008.

Foto 04 – Mutirão da luta de Gurugi II - 1980



Fonte: Karol fotos – Adquirida em 08/07/2008.

Para Justo (2002), o conflito de Gurugi II foi uma luta que não se deu isolada porque amigos e parentes moravam próximos uns dos outros num local que é a divisa com duas outras propriedades: Gurugi I e Barra de Gramame, que também passaram por lutas de desapropriação.

Cronologicamente, primeiro houve o conflito em Gurugi I, que foi bastante tenso, mas sem mortes. Quase ao mesmo tempo em que Gurugi II, a comunidade de Barra de Gramame também lutou pelas desapropriações conjuntas.

Em 1981 começou a luta dos posseiros para ficar na terra. Uma das armas do povo foi a resistência. Segundo depoimento prestado pelos agricultores, o proprietário de Gurugi II ameaçou vender as terras para uma empresa agropecuária e iniciou um processo de opressão contra os trabalhadores. Com medo de serem trocados por gado, estes começaram a se articular e a se reunir e discutir os seus anseios em busca de direitos. A partir disso começa um clima de tensão em toda a área. Segundo relatos dos antigos posseiros hoje assentados, o processo histórico nas décadas de 1970 e 1980 deixou marcas pelos intensos conflitos agrários ocorridos em Gurugi II, num primeiro momento.

O primeiro encontro do processo de organização dos posseiros de Gurugi II, segundo o posseiro aqui denominado de Cajueiro 1, que foi um dos primeiros organizadores desse movimento, realizou-se no dia 25 de fevereiro de 1983, como se pode observar em suas palavras a seguir: “Olha, vejamos sós, nós começamos a luta de Gurugi II no dia vinte e cinco de fevereiro de 1983. A primeira reunião foi na casa de dona Lenita, depois nós subimos de casa em casa. Mais a luta foi conquistada com muito trabalho”.

Neste sentido, pode-se afirmar que existe uma trajetória histórica dos conflitos estabelecidos, pelos desafios aos camponeses para resistirem e se tornarem sujeitos do processo histórico, conforme o tempo cravado em que a luta ia se configurando no assentamento.

Os conflitos do assentamento Gurugi II podem ser contados referencialmente a partir das Ligas Camponesas no que se refere à sua organização, participação e lutas. Devido à resistência e permanência dos camponeses é que cada pessoa do assentamento necessariamente passa a refletir a história política do país. *Grosso modo*, pode-se dizer que a luta pela terra se desenvolve desde o surgimento das Ligas Camponesas na Paraíba especificamente em Sapé-PB, tendo como um dos grandes líderes JOÃO PEDRO TEIXEIRA, que nasceu em 4 de março de 1918, no então distrito de Pilõezinhos, município de Guarabira, filho do agricultor de igual nome (João Pedro Teixeira) e de Maria Francisca da Conceição do Nascimento. Ele tinha uma irmã, Severina Teixeira, que morreu de tuberculose, em Sapé, em meados da década de quarenta. É importante assinalar que a comunhão e a participação dos atores na construção do assentamento geraram a configuração de relações sociais, relações pautadas pela compreensão de que as necessidades e carências sofridas pelos camponeses só seria possível a partir do

reconhecimento dessas necessidades no coletivo, ou seja, pelo conjunto dos camponeses.

Neste trabalho se constitui a memória da luta dos camponeses/as; a organização desejada na resistência se prefigura a partir dos conflitos de interesses externos e internos que se evidenciam. A partir dessas manifestações é que foram sendo forjadas as soluções para a organização do movimento pelo acesso à terra, saúde, educação e a qualidade de vida necessária ao bem-estar coletivo.

Os camponeses ao iniciarem a luta pelas terras da fazenda Gurugi II não lutaram apenas pela terra, mas sim por melhores condições de vida que pudessem lhes assegurar o exercício da cidadania, individual e coletiva. Esta condição estava diretamente vinculada à posse e permanência na terra concentrada em grande quantidade nas mãos de poucos proprietários. Por isso, é relevante destacar que o processo de conquista da terra, em grande medida, conta ainda nos dias atuais com a posse, dada pelo poder público local e estadual. Isto porque a concentração da terra, no médio e longo prazo, tem como nicho a importante procura de especulação imobiliária. Por isso, entende-se que é cada vez maior a pressão sobre os trabalhadores rurais, que quase sempre sofrem com a falta de condições e incentivo apropriados à produção de gêneros alimentícios enquanto elo importante da economia.

A problemática histórica dos camponeses do assentamento Gurugi II, por ser memorialista, pode ser caracterizada por três principais movimentos complementares: participação, organização e a luta pela aquisição e posse da terra. Este processo, enquanto movimento, pode ser mais bem compreendido pela análise dos estágios de consciência de que trata Freire (1997): consciência ingênua, crítica-transitiva e a crítica. Por consciência ingênua pode-se compreender o estágio no qual os camponeses alertavam as condições de subalternidade a que eram sistematicamente relegados, tanto pelos então proprietários das terras como pelas esferas do Estado. Neste estágio os trabalhadores/as sabiam o quanto sofriam, mas se sentiam importantes para promover as mudanças necessárias. A participação e organização enquanto categoria e classe não existiam.

O segundo estágio proposto, da consciência crítica-ingênua, pode ser caracterizado pelo início da mobilização para a criação de processos de organização para a luta pela tomada e posse da terra, processo este, inspirado na organização e lutas iniciadas pelas Ligas Camponesas. Pode-se afirmar, baseados nos depoimentos coletados junto aos trabalhadores/as, na fase exploratória desta pesquisa, que a compreensão da luta ainda era pouco assimilada, gerando desconfianças e medo da reação dos rendeiros e proprietários temerosos no decorrer

da luta.

O terceiro estágio da luta pode ser relacionado com o que se pode afirmar como consciência crítica dos trabalhadores/as, a partir da concepção de que as mudanças desejadas somente seriam possíveis com um movimento organizado e fortalecido pela posse da terra.

Para Moreira (1997), as terras da fazenda Gurugi I, vizinha de Gurugi II, foram cedidas pelo governo do estado em regime de arrendamento, ao fazendeiro J.F.N., em 1940. Essa situação se manteve por três gerações contínuas. As pessoas viviam como moradores de condição, ou como foreiros, pagando renda ao “proprietário”. Este teria conseguido do Estado, pelo usucapião, o título de propriedade, sem que fosse levado em consideração o direito desses antigos moradores.

Em Gurugi II viviam cerca de 60 famílias de moradores, há mais de 50 anos, cultivando produtos de subsistência e fruteiras. Toda a produção existente no imóvel era dos moradores. Os proprietários, segundo a documentação consultada, nunca se preocuparam em tornar as terras produtivas.

Conforme as afirmações de Moreira e Targino (1997), mesmo com o golpe militar, os camponeses e as camponesas não se acomodaram. Desta forma cerca de 200 conflitos de terra foram registrados na Paraíba, entre 1970 e 1996, distribuídos em 57 municípios. Estes camponeses não tinham alternativas de vida. Para eles a solução era lutar para viver, ou morrer para que outros vivessem. Por mais que eles soubessem que a luta contra o proprietário era uma verdadeira guerra, eles sabiam que era a única saída para conseguir a libertação sua e de seus companheiros.

O processo histórico de formação e consolidação do alcance pela posse da terra em nosso estado do setor, especificamente, no município do Conde/PB, não se deu sem conflitos com a ordem patriarcal dominante. Para os moradores de Gurugi II, efetivar e desenvolver as lutas começou a partir da organização e resistência.

O assentamento Gurugi II localiza-se no município do Conde, no litoral sul paraibano, às margens da rodovia estadual PB-018, km 05, a 31 km da sede da capital João Pessoa, via BR-101 e BR-230, no litoral sul de João Pessoa. O município de Conde limita-se ao norte com João Pessoa e Santa Rita; ao sul, na nascente do Rio Grau, limita-se com Pitimbu e Alhandra; a oeste, a partir do Rio Gramame, com Santa Rita e a leste com o oceano Atlântico.

O assentamento Gurugi II compreende uma área de terra de 1.279 hectares, que antes do assentamento pertencia a um latifundiário, conhecido por Nelson Albino Pimentel, que pelas

características de produção foram consideradas terras improdutivas. O assentamento compreende 03 (três) comunidades de assentados, quais sejam: Gurugi I, Gurugi II, Ipiranga. E, além destas áreas, o mesmo, ainda, interage e sofre influências sobre uma quarta comunidade denominada Barra de Gramame, que fica a 03 (três) km das áreas acima apresentadas.

Segundo Moreira (1997), a propriedade Gurugi II constitui uma área desmembrada de um imóvel denominado Gurugi, situado na praia de Jacumã, município do Conde. Este imóvel foi adquirido por Nelson Albino Pimentel, através de compra feita à Companhia Industrial Fiação e Tecidos Goiana, conforme escritura de 18 de julho de 1949. A propriedade Gurugi foi dividida amigavelmente em 30/03/1978, tendo cabido a Nelson Pimentel a área correspondente a Gurugi II, equivalente a 1.279 hectares.

Em 1981, o proprietário de Gurugi II, segundo relatos dos agricultores, ameaçou vender o latifúndio para uma empresa de agropecuária e iniciou um processo de expulsão dos trabalhadores. Com medo de “**serem trocados por gado**”, inicia-se o processo de resistência e luta por seus direitos de moradores e posseiros. Nesse período teve início um clima de tensão que desembocou num conflito de terra de grande repercussão. Este se caracterizou, de um lado, pela resistência dos antigos moradores ao processo de expulsão e, por outro, pela ação dos proprietários na tentativa de concretizá-la.

Os anos foram se passando e a relação entre os moradores e o proprietário foi cada vez mais se acirrando em detrimento da venda da propriedade: ações de despejo e pressões de toda natureza passaram a se suceder, destruição da produção dos gêneros alimentícios, destruição da casa da associação, perseguição aos agricultores/as, assassinato do referido biografado no dia 29/12/1988, e assassinato da camponesa **Severina Rodrigues dos Santos**, mas conhecida por Bila, do assentamento Barra de Gramame, no dia 30 de março 1989 em Alhandra cobrando justiça no caso **Zé de Lela**.

Havia noite que eu não podia dormir, com as pressões dos capangas. Olha, eles para nos meter medo pegava um punhado de areia e jogava na baixeira (em cima da casa), entre a linha e as telhas, a areia caía em cima da cama, rapaz eu não sei não, aí a gente levantava (eu e Rosete, minha mulher) jogava o lençol e ficava em pé. A gente tinha um cachorro e esse cachorro era bravo, e eles mataram o cachorro. A cada dia era uma situação, no outro dia que levantávamos (Rosete e eu) nós víamos o “coice” pegada da espingarda de calibre 12 (doze), onde eles ficavam de tocaia. (Trecho da entrevista de João Rodrigues dos Santos, do assentamento Gurugi II, no período da Graduação em 08/08/2011).

Em novembro de 1985, seis moradores receberam ordem de despejo. A ação movida pelo proprietário baseava-se na alegação de que estes trabalhadores não eram moradores da fazenda e nem mesmo agricultores, divulgada na ocasião em João Pessoa pelo jornal *O Norte*, em 30/11/1985. Segundo Moreira (1997, p. 99), finalmente, em 02 de maio de 1988, através do Decreto nº 96.001/88, o imóvel Gurugi II foi desapropriado. Infelizmente o proprietário não concordou com o valor oferecido pelo MIRAD, Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário na Paraíba, pelo hectare de terra e criou um impasse que impediu a emissão na posse por parte daquele órgão público, na pessoa do Sr. José Costa.

O assentamento Gurugi II compreende uma área de 593 ha, situado na zona sul do litoral paraibano, no município do Conde-PB. No momento de constituição do assentamento, a atividade econômica dominante na região era a atividade agrícola. Na atualidade, a ênfase econômica começa a se deslocar para a atividade turística e, por conseguinte, cultural. Esta realidade exige a reflexão das implicações que estas novas atividades impõem à produção e à vida rural, com destaque para a realidade das comunidades rurais de Gurugi.

O assentamento fica localizado a aproximadamente oito quilômetros da cidade sede do município do Conde, denominada pelo mesmo nome - Conde. O acesso ao assentamento pode ser realizado pelas rodovias PB-008, que liga a capital do estado aos municípios da mata e litoral sul do estado da Paraíba e pela PB-018, que liga a cidade sede do município do Conde ao principal distrito e praias de Jacumã e demais praias do litoral sul paraibanas.

O assentamento Gurugi II contribui com uma representativa parcela de desenvolvimento agrícola regional, fornecendo alimentos tanto ao município do Conde, como a João Pessoa. Outra característica importante que merece ser destacada é a população que habita o assentamento ser composta em sua maioria por trabalhadores e trabalhadoras de origem tradicionalmente ligadas às atividades do campo na produção agrícola e na pecuária. Conhecer a história desse assentamento fornecerá elementos que auxiliam na construção do contexto histórico do assentamento, e, conseqüentemente, na formação da sua comunidade, bem como do município.

Os moradores de Gurugi II que oficialmente compõem o assentamento compreendem uma população composta por 78 famílias, com média de 06 membros por família. Todos são agricultores que ali vivem há algumas gerações, desde o processo de ocupação da terra, enquanto pertencia aos antigos proprietários que a utilizavam de modo a não garantir a função social estabelecida em lei. O processo de ocupação iniciado com a luta pela posse da terra teve

início nos anos 80 do século XX. Um dado importante a ser destacado é que quase a totalidade dos moradores com idade média de 25 anos é natural do assentamento.

Ao redescobrir as particularidades da história do assentamento e de seus moradores criam-se novas possibilidades para descobrir e reinventar, democraticamente, relações solidárias e responsáveis no processo de reorganização sociocultural no campo. Olhando para o nosso tempo e para a situação do assentamento, o que diz respeito ao social, o caráter com que se trata o ser humano em tempos atuais no país, enquanto história e direito à organização, os povos assentados ainda são muito desconsiderados, especialmente pela falta de atenção por parte dos estados territoriais.

Os assentamentos por sua natureza e espírito coletivo se constituem em estratégias de formação de sujeitos capazes de viver com as adversidades do cotidiano, de forma a criarem estratégias para o futuro, descobrindo soluções para os problemas que fazem parte de sua história, tais como: conflitos com o assentamento, dificuldades com a pesca e a agricultura, preocupação com o meio ambiente e a preservação de uma cultura que permanece ``quase`` isolada. A questão maior é o quase isolamento ou o avanço do processo de urbanização do rural, expresso nas influências sofridas a partir e pela expansão do urbanismo, sobretudo, da urbanização de influências características de região de veraneio e praiana, como é o caso do assentamento Gurugi II.

Verifica-se pouca literatura a respeito dessa comunidade em especial, principalmente sobre esta vertente de estudos, a qual possui inúmeras riquezas ainda desconhecidas, ricas de conteúdo social e cultural devido às peculiares características de sua história.

A luta pelo direito de trabalhar no cultivo da terra para alimentar milhares de famílias de agricultores sempre fora marcada por conflitos violentos, num flagrante desrespeito aos princípios constitucionais do uso social da terra. Não raras vezes, os conflitos redundaram em mortes de muitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. O processo de luta pela terra no assentamento Gurugi também sofreu diversas modalidades de violência a serem apresentadas como denúncia por esta pesquisa.

O tema priorizado na pesquisa se refere ao histórico das lutas empreendidas e enfrentadas pelos camponeses/as que hoje são assentados e por muitos que foram impedidos de obter êxito na conquista em função da violência contra eles empreendida.

Neste contexto a problemática da pesquisa servirá de suporte para o fortalecimento de atores capazes de se inserir na sociedade de forma mais atuante e crítica com vistas à

permanência e valorização do homem e da mulher do campo no exercício da atividade, produto enquanto direito pleno de sua cidadania, contribuindo para o desenvolvimento progressista e emancipatório do assentamento, do município, do estado e da união.

Desta forma, o objetivo secundário será caracterizar e destacar elementos para a construção da história de formação do assentamento Gurugi II, a fim de se apresentar elementos e categorias de análise, capazes de contribuir para a compreensão histórica da formação dos sujeitos que compõem aquela comunidade, de modo a despertar neles e em seus descendentes o sentimento de pertencimento e alteridade necessários à permanência do assentamento enquanto lugar de integração social e produtividade.

Segundo dados recolhidos, a história da conquista das terras no Brasil teve início bem antes da invasão portuguesa no século XVI; quando aqui chegaram os portugueses, já se encontravam por aqui duas etnias (Tabajara e Potiguar), que habitavam o litoral. Embora muitas pessoas falem que eram povos primitivos, estas afirmativas não passam de justificativas inválidas para explicarem o processo de violência que praticamente dizimou aquelas populações. Esses dois povos naquela época se encontravam em conflito pelo território e foi dessa situação que os portugueses se aproveitaram, fundando a missão jesuítica para catequizar os Tabajaras. Logo depois veio a construção da Vila do Conde em homenagem ao conde holandês em missão no Brasil, Maurício de Nassau, ao mesmo tempo em que os europeus traziam para a exploração da madeira e primeiras plantações agrícolas africanos como mão de obra escravizada, uma vez que os nativos, por não aceitarem o trabalho, fugiam com facilidade pelos matos (CAVALCANTE, 1996).

É com toda dedicatória aos nossos imigrantes escravizados africanos, que começo a apresentar estes relatos reais e vivências em nossa comunidade. Como a história da Paraíba se agrega à nossa realidade: a colonização, a escravidão e todos os acontecimentos envolvendo o povo negro e mestiços com os índios, toda e qualquer iniciativa que faça referência a estas etnias fortalece e instiga as novas gerações a ter orgulho do seu passado.

Segundo Souto Maior (1965), história não é apenas o conhecimento do passado. É uma ciência que interpreta e localiza no tempo os acontecimentos importantes da vida dos povos, dos homens e das ideias. Para atingir esse fim, interpreta fontes históricas, julga sobre sua autenticidade e liga-se a outras ciências que, em posição paralela, também estudam o homem nos seus mais diversos aspectos.

Também se pode recorrer a Caldart (2004, p. 86), “para analisar e definir o termo: Assentamento, de qualquer modo, é importante ter presente no conceito a ideia de que um assentamento é um processo histórico de transição e transformação, de organização do território, do espaço agrário em questão”. Segundo Caldart (2004), é fundamental olhar para o assentamento como um lugar social em movimento, ou seja, que vai sendo produzido através das relações que ali se estabelecem, e que resultam das decisões que vão sendo tomadas pelas famílias sem-terra (de cada assentamento, mas também do conjunto dos assentamentos, no caso, do MST) no processo de organizá-lo e de reorganizá-lo permanentemente, a partir das pressões impostas pela realidade.

Foto 05 – Em Gurugi II na noite em que assassinaram o Camponês (Zé de Lela) – 29/12/1988



Fonte: Karol fotos - Adquirido em 08/07/2008.

A violência contra trabalhadores rurais sempre esteve associada aos conflitos no campo. Embora fosse o principal critério para caracterizar uma situação de conflito ou tensão social, era, a rigor, pensada como decorrência do próprio conflito. E era essa a forma que assumia nas denúncias formuladas pelo movimento sindical de trabalhadores rurais, pela Comissão Pastoral da Terra, por membros da hierarquia da Igreja Católica e também por diferentes entidades civis, cujo principal objeto era a violência propriamente dita, o conflito e, portanto, a violência.

Nem tudo o que é considerado violência foi objeto de registro pelas diversas fontes utilizadas nos levantamentos sobre violência contra trabalhadores rurais. A ausência de registro

pode ser atribuída tanto à falta de interesse de registrar as queixas quanto ao desconhecimento dos fatos.

Atualmente, a violência que preocupa as lideranças sindicais, trabalhadores rurais, associação comunitária, organizações como MST e CPT, não são apenas os assassinatos, embora, nestes esteja seu aspecto mais dramático. Portanto, a impunidade dos mandantes dessa violência acontece em todo o país e se caracteriza como e pela causa primeira das demais ações de violência no campo.

Esta discussão a respeito do conceito de história dos assentamentos gira em torno de elementos como: a cultura, a identidade, a história, a organização social, política e econômica. Enfim, as características que demarcam uma determinada comunidade, enquanto associação específica dentro da sociedade mais ampla.

Diante da constituição da luta camponesa na Paraíba, através da resistência simbólica para produzir sua própria soberania alimentar, a partir das organizações dos trabalhadores/as do campo e da cidade, a construir uma base sobre o território camponês, não se pode deixar de mencionar como pilar da questão agrária a história do assentamento Gurugi II. Neste contexto, a construção do direito à terra, água, alimentos e educação que sempre esteve em movimento, une-se no próprio movimento das comunidades, em busca de sua cidadania, a partir da construção de suas identidades, para garantir seus direitos e os mecanismos para alcançá-los.

4 JOSÉ FRANCISCO AVELINO (ZÉ DE LELA): HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UM LÍDER CAMPONÊS

Este capítulo foi elaborado com o intuito de trazer uma narrativa teórica empírica, a partir do diálogo entre o tema proposto e as fontes históricas e abordar a trajetória biográfica de Zé de Lela.

Foto 06 – Zé de Lela em um mutirão no agreste paraibano – 1989



Fonte: Prints do Documentário Coisas do Brasil. Gurugi II Conde – PB, 1989 - CEDOP. 04/06/2009.
Arquivo do CEDOP/BR – PB, Adquirido em 08/07/2008.

A fotografia é um instrumento para lidar com coisas que todos sabem, mas a que não prestam atenção. Minhas fotos tencionam representar algo que não se vê.

Emmet Gowin

Neste capítulo, procede-se a uma abordagem a fim de compreender as expressões como a imagem se estrutura, a partir da construção biográfica de José Francisco Avelino e do resgate memorialístico no contexto social, político e cultural do campo agrário no Brasil, especialmente na década de 1980. A imagem começa a contextualizar espacialmente a vida do personagem retratado, com cenas do documentário Coisas do Brasil e uma imagem desse camponês, narrada em *off* por José Barbosa, transmitindo a nuance saudosista, por vários momentos periódicos ao longo da narrativa.

Para compreender o território do camponês José Francisco Avelino em busca da terra prometida, no seio dos conflitos agrários no estado da Paraíba, foi preciso reconstruir sua historicidade no que diz respeito à origem familiar, a partir de seu território, no próprio município, mas sempre com os pés no chão, ou seja, na labuta agrícola, num vilarejo chamado Boa Água, até se enraizar no assentamento Gurugi II, como também o seu envolvimento com o setor público, encontrado nos arquivos da Prefeitura Municipal de Conde, registros de prestação de serviço pelo senhor José Francisco Avelino.

Após esta investigação inicial, foram feitas análises de entrevistas de história oral – como também análise de fontes escritas e imagens – sobre a temática da história do camponês José Francisco Avelino, como protagonista do assentamento Gurugi II, bem como animador das comunidades e colaborador da CPT, militante do Partido dos Trabalhadores de Conde, e auxiliar de serviço da Prefeitura Municipal do referido município. Paralelo às suas atividades e dedicação na luta do povo e com o povo, pode-se afirmar a resistência e coragem a partir da imagem já exposta no início deste capítulo que é o símbolo da luta, na região do litoral paraibano, extraída da referência como bem expressa a figura e marcada pela narrativa de um dos entrevistados, em que sua memória descreveu essa imagem como o marco da luta e do compromisso do biografado, sendo a relevância da sobrevivência, para resistir no espaço agrário. É o que representa um trecho da entrevista do ex-coordenador da CPT, que atuou no litoral paraibano nesse período: Frei Anastácio, entrevista concedida dia 12/07/2016.

Bem, a nossa atuação era de luta, e ele estava sempre presente em tudo, quando os convidava para as atividades, um exemplo: se queria mobilizar o povo para uma atividade era com ele. Outro exemplo para você ver é aquele filme dele com Bila, aquele era um mutirão lá no Agreste, entende, a gente saía daqui para ir contribuir com a luta dos trabalhadores dessas áreas, e Bila e Zé de Lela estavam nessa Luta, então aquele retrato é muito significativo. Ele sentado com uma enxada, e Bila também junto a ele, você já viu essa foto né, aquela imagem ali é um retrato perfeito dessas pessoas que estavam ali, eles iam para onde estivesse uma luta e dissesse vamos ajudar os outros agricultores podia contar com eles, se a atividade fosse arrancar cana, ou vamos plantar roçado de alguém ou até mesmo de qualquer trabalhador na região do litoral ou fora da região no agreste, Zé de Lela se fazia presente, ele e Bila, Lenita e os demais trabalhadores.

Toda foto registra o tempo passado: a imagem que está na foto, nesse instante, já se torna passado logo que acabou de acontecer: por outro lado, as imagens de fotos em tempos remotos podem ser resgatadas e transportadas para o tempo presente a partir do olhar do espectador. Nessa perspectiva, as fotografias se tornam fontes documentais da memória

pessoal/coletiva e percursos de (re) construção de narrativas autobiográficas. Para a pessoa ou a família, por exemplo, as fotos do passado conferem um sentido de posse dos fatos ocorridos, das relações interpessoais, enfim, são provas comprobatórias de uma biografia (MOTA, 2013, p. 271), as imagens fotográficas e o universo da memória pessoal na pesquisa (auto) biográfica.

Eu conheci José Francisco Avelino na comunidade de Gurugi II, uma pessoa que vivia bem com sua esposa Lecir e os filhos, tinha muitos filhos (...) todos pequenos na época, depois conheci Zé de Lela nas reuniões dos/as agricultores/as que havia em Alhandra, todo final de mês, ou seja, no último sábado de cada mês, ocorria essa reunião neste município com os trabalhadores/as da região, aonde se discutia a situação dos agricultores/as e em seguida fazíamos os encaminhamentos como os mutirões entre outras coisas, e ele estava sempre presente, depois era em outros espaços que a gente se encontrava e até em outros municípios, por exemplo nós nos reuníamos em João Pessoa também e principalmente no CENTREMAR, durante dois dias, começava na sexta-feira à tarde e terminava no domingo com o almoço e Zé de Lela sempre se fazia presente, era uma pessoa que tinha uma atividade, e ele enxergava a problemática que circulava naquele momento. Ele tinha uma consciência de justiça, da luta e dos direitos que deviam ser conquistados da terra, é tanto que ele quando teve a coragem de fazer uma casa ele construiu sua casa, ele fez uma casa toda amarrada de madeira e cobriu de telha, então quando ele foi assassinado já estava nessa casa, só não estava pronta ainda, entende aí o chão não tinha barro como também as paredes não tinha barro, mas ele teve a coragem de construir a casa dentro da propriedade numa outra área onde é hoje o cruzeiro que ele foi assassinado, e quando ele foi assassinado a casa dele estava erguida ali. Então foi um dos primeiros a construir uma casa coberta de telha, porque na época só existia casa coberta de palha (Frei Anastácio, entrevista concedida em 10/07/2016).

A partir dessa breve descrição é interessante observar e compreender o campo de luta do camponês José Francisco Avelino na esperança de conquistar um pedaço de chão, abluído da luta e do debate agrário na Paraíba. Para tanto foi necessário revisitar e reconstituir sua história, o foco atual da pesquisa é o camponês **José Francisco Avelino**, mais conhecido por **Zé de Lela**, nascido em 30/11/1948, e assassinado em 29/12/1988, filho de Manuel Francisco dos Santos e Severina Carvalho, natural de Conde, Paraíba. Morava no antigo Vinte e Dois, atualmente sítio Utinga, no distrito desse município, na área rural onde exercia suas atividades na unidade familiar com seus pais, na produção de alimentos de subsistência, como também era feirante, uma espécie de atravessador, ou seja, comprava e vendia todo tipo de produção agrícola, como frutas, raízes e tubérculos para serem comercializados em João Pessoa na feira de Oitizeiro e na feira do Mercado Central na capital da Paraíba.

Foi nesse percurso que ele conheceu a senhora **Lecir Rodrigues dos Santos**, natural de Gurugi, nascida no dia 20/12/1950, filha da senhora Noêmia Rodrigues dos Santos e do senhor Honoro Batista dos Santos, no ano de 1976, com quem se casou no período em que pisa nas terras de Gurugi II. “Ele não era de Gurugi, mas ele chegou aqui e se casou com uma filha de Gurugi, a senhora Lecir, e estava vivendo aqui junto com a gente” (Fala de João Rodrigues, entrevista dia 10/07/2016).

Um detalhe importante está nas palavras de João Rodrigues, um dos entrevistados que assume e colabora com esta pesquisa e se torna visível e legível aos olhos de quem carrega a identidade camponesa, na conexão entre o biografado e o objeto estudado, num processo de descoberta e revelação, nos seus entrelaçamentos e espaços de luta com José Francisco Avelino. Como tais elementos, entretanto, a entrevista serve de veículo de comunicação para encontrar a âncora desse artefato, e se revela como fase da mesma moeda. Após esse processo foram morar no centro de Conde, onde iniciou a constituição familiar, tiveram seis filhos, como demonstra a relação no quadro abaixo.

Quadro 05 - Relação de nomes dos filhos de Zé de Lela

Nº DE ORDEM	NOME DOS FILHOS	DATA DE NASCIMENTO	LOCAL DE NASCIMENTO	CARTÓRIO	Nº REGISTRO	Nº LIVRO	Nº FOLHA	DATA DA ENTREGA DA CERTIDÃO
01	MARCIA DOS S. AVELINO	23/06/1977	J. PESSOA	P. ALVES	5.966	A-6	290	01/09/87
02	MARCIANE DOS S. AVELINO	09/12/1978	J. PESSOA	P. ALVES	5.967	A-6	290	01/09/87
03	MARCIO DOS S. AVELINO	27/02/1980	J. PESSOA	M. J. G. S	2.909	A-3	275	01/09/87
04	ROSIANE DOS S. AVELINO	04/01/1983	J. PESSOA	P. ALVES	4.561	A-5	238	01/09/87
05	JOSÉ ALBERTO DOS S. AVELINO	08/02/1958	J. PESSOA	P. ALVES	5.578	A-6	193	01/09/87
06	ROSINEIDE A. DOS SANTOS	26/06/1987	J. PESSOA	P. ALVES	6.350	A-7	86	01/09/87

Fonte: Prefeitura Municipal do Conde - PB da Sec. da Administração e Urbanismo do Conde – PB exercício 1987. Adquirida 02/02/2017.

Outro elemento importante para compreender, como já se demonstrou neste quadro, constitui-se em relação aos filhos/as do biografado e fortemente atrelado às frases logo acima citadas pelo companheiro de luta de José Francisco Avelino, o que nos permite afirmar que o fato de ele não ser orgânico da comunidade, isso não foi motivo para o mesmo não constituir

sua família nesse território como o lugar de resistência e condições de valores favoráveis para criarem seus filhos mediante os tantos desafios sociais. A relevância dessa fonte demanda autonomia de o pesquisador encontrar explicação em algumas características específicas do biografado.

Retomando o contorno memorialista dos achados da pesquisa, e para reafirmar os espaços trilhados por José Francisco Avelino, a partir da narrativa dos entrevistados, que vivenciaram e mapearam esse campo do saber, rememorando os laços de conquista pela posse das terras, assim como também dos “ninhos históricos” deixados pelo líder camponês, redescobertos através das entrevistas, é o que um dos entrevistados relata da vida de Zé de Lela, enquanto auxiliar de serviço, na Prefeitura Municipal do Conde – PB. Portanto, é o que consta no relato, assim como também a ficha encontrada na Prefeitura.

[...] O período que eu conheci Zé de Lela, ele trabalhava na prefeitura Municipal de Conde – PB, como vigia a noite, mas ele estava sempre na comunidade, ele se fazia presente em tudo, ou seja, em todas as lutas do povo, exemplo quando o povo ocupa o INCRA, ele estava presente [...].

Nesta trajetória, sua resistência tem muitos elementos da realidade local contra as opressões exercidas pelo latifúndio; junto com as oligarquias e o poder local, suas atividades desenvolvidas se disseminaram para as questões das necessidades de permanecer e resistir para conquistar a terra prometida e o lugar para viver.

A história do biografado tem ranço na atuação da luta pela posse das terras¹⁹, como também advindo de outras áreas de atuação, como já foi mencionado anteriormente, em relação ao serviço público. Esse achado foi decorrência das entrevistas coletadas, em que surgiu esse contato de atuação, portanto, na arqueologia do saber, vai-se enraizando a pesquisa, e nesse enraizamento se encontraram essas afirmações, devido à memória daqueles que vivenciaram todo o conjunto de ações do referido biografado. É o que consta nos arquivos encontrados na

¹⁹ *O Norte*, quinta-feira, 28 de dezembro de 1989: Os agricultores protestam e pedem prisão de matadores. STRs de Conde – PB, 04 de junho de 1991, nota de apoio aos agricultores de Gurugi II. *O Norte*, quarta-feira 31 de julho de 1991: Juiz acata denúncia e pronuncia assassino de “Caso Zé de Lela”. Documento de denúncia, no dia 28 de dezembro de 1993, assinado por várias entidades: Central Única dos Trabalhadores e filiados, STRs, Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT, Comissão Pastoral da Terra, Caritas Arquidiocesana, Centro de Direitos Humanos, Seminário Arquidiocesano da Paraíba.

Prefeitura Municipal do Conde–PB²⁰. Por isso, há uma vinculação da fala de um entrevistado que revela a atuação dele nessa luta, da memória de Zé de Lela.

Segundo relatos dos entrevistados e de sua companheira, ele era prestador de serviço da Prefeitura Municipal do Conde–PB; como vigilante, conheceu dona Lecir Rodrigues dos Santos, no centro de Conde, a mesma revelou a data em que nasceu, no dia 20 de dezembro de 1950, mais conhecida por **Lela**, por isso, o então nome Zé de Lela. Casaram-se e conviveram cerca de 14 anos. Era analfabeto, mas fazia conta mentalmente, segundo dona Lecir, ele era desenvolvido por natureza.

Penso que para reafirmar a trilha desse camponês e ampliar a discussão apresentada neste capítulo, com a ideia de fundir esse campo de estudo, é que se procederá como referência a esse documento encontrado na prefeitura do Conde–PB, ponderada pelos entrevistados ao longo deste trabalho, em busca das veredas de Zé de Lela.

Quadro 06 - Ficha de Contrato da Prefeitura Municipal do Conde - PB

AIBA
 MUNICIPAL DE CONDE
 ADMINISTRAÇÃO E URBANISMO
 DIVISÃO DE PESSOAL
 REGISTRO DE EMPREGADOS

MATRÍCULA N.º 389

Nome JOSÉ FRANCISCO AVELINO Endereço _____
 Nacionalidade BRASILEIRO Naturalidade JOÃO PESSOA - PB Rua/Av. - N.º - Bairro - Cidade - Estado - CEP _____
 Sexo MASCULINO Estado Civil CASADO
 Data de Nascimento 30 / 11 / 1948 Idade _____ anos Filiação MANOEL FRANCISCO - SEVERINA CARVALHO DOS SANTOS Cidade e Estado _____
 Grau de Instrução _____ Profissional 44150 - 250 - PM Pai e Mãe _____
 Identidade 248.888 SSP - PB
 Título de Eleitor 145.688.712/01 073 0054 Reservista N.º - Série e Estado Emissor 756792 - I N.º Orgão e Estado Emissor 278.349.644 - 53
 N.º - Zona - Seção e Estado Emissor _____ CIO _____
 Carteira de Saúde 1.721 PIS/PASEP 105.284.799-86 N.º - Série e Categoria _____ N.º e Controle _____
 N.º e Data _____ Cargo/Função AUXILIAR DE SERVIÇOS
 Lotação SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E URBANISMO Local de Trabalho _____ Horário _____
 Carga Horária _____ Salário 855,00 Forma de Pagamento MENSAL Admissão 01 / 09 / 87 - 340
 Mensal _____ CxS _____ Dia/Semana/Mês _____
 Emprego Anterior _____ F.G.T.S. _____ Retiratação _____ Banco Depositário _____ Data e N.º da Portaria _____
 Demissão 30/11/88 Sem ou não _____ Oportante - Data _____ Motivo EXC. 57 Nome e Endereço _____
 Data e N.º da Portaria _____

Conde 08 / 09 / 87

Assinatura do Empregado _____

OBS: Faltas e Demais Anotações no Verso

Fonte: Sec. da Administração e Urbanismo do Conde – PB exercício 1987. Adquirida em 02/02/2017.

²⁰ Este escrito registra alguns achados da pesquisa da dissertação, no livro: Por um pedaço de Chão (MOREIRA, 1997, p. 109).

Este documento se confirma no que diz um dos entrevistados, que em seu relato narra a trajetória do biografado, que era um sujeito da luta, mas tinha outro tipo de atividade na Prefeitura Municipal do Conde – PB. Essa afirmação está expressa na ficha, contendo todas as informações verbalizadas na pesquisa. Ao encontrar esses achados na fala do entrevistado, fui pesquisando e encontrei essa ficha e outros documentos; nesse documento constam os dados pessoais de Zé de Lela, data de admissão, número da matrícula, assim como também a secretaria na qual ele era lotado. Por isso, esse documento veio a enraizar o trabalho. O interessante é o que está escrito de caneta azul neste documento, é a data de demissão do referido biografado, que foi assassinado no dia 29/12/1988, no dia seguinte, 30/12/1988, o demitiram.

Este trabalho amplia o estudo da pesquisa do campo educacional e tem como memória individual e coletiva dos camponeses que vivenciaram o processo de luta pela posse da terra, como também suas questões referentes às opressões e de enfrentamentos ao latifundiário, que é um trabalho que toma a memória individual e coletiva, não só a memória, mas também as vivências, assim como os desafios que têm duas direções: o enfrentamento social, cultural, e a abordagem específica e não isolada; este trabalho se define por ser de uma localidade, mas não exclui as questões globais.

4.1 ZÉ DE LELA: UMA LIDERANÇA DA LUTA PELA TERRA NA PARAÍBA (PERFIL BIOGRÁFICO)

A proeminência aqui é ter presente este relato que tem como fonte principal as entrevistas realizadas com os entrevistados/as integrantes do assentamento Gurugi II, entre outros participantes que contribuíram com esta pesquisa e vivenciaram todo esse processo, com o líder camponês ZÉ DE LELA, em defesa dos trabalhadores/as do campo, e com a CPT. Outras fontes que serviram de base para este relato são os documentos judiciais do caso, cartas, jornais e documentos que me serviram de orientação, para afirmar o protagonismo e liderança do biografado. Outro elemento que deu rumo a essa liderança foram as relações sociais, de enfrentamento, resistência e do seu contexto histórico, através da luta pela terra no espaço agrário na Paraíba, que fortaleceu o seu compromisso com os camponeses/as nessa labuta.

Como se pode perceber, essa não é uma questão ainda explicada, mas me proponho a redesenhá-la com a preocupação de compreendê-la com mais profundidade, sobre o que é de fato uma liderança camponesa, o processo de sua constituição coletiva e individual, assim como

identidade campesina, ou a relação entre a resistência e as diversas afirmações de luta enraizada em sua história.

Pode-se pensar tais questões a partir das considerações encontradas no texto intitulado: *Memória camponesa na Paraíba (1960 a 1980), organizações/lutas e catolicismo popular: Uma contribuição histórica à educação do Campo:*

A conjuntura dos anos 70 foi marcada por uma acirrada perseguição dos governos militares aos movimentos sociais e setores da Igreja e sociedade civil que se posicionavam contrários àquela forma de governo, marcada pela repressão. A Igreja assumiu, naquele momento, um papel histórico em defesa dos oprimidos e perseguidos pelo golpe militar de 1964, ou melhor, ela exerceria um dos seus princípios básicos: ser uma instituição histórica do seu tempo. Esta posição da Igreja foi sendo constituída a partir da criação de organismo de assessoria política, educacional e jurídica a serviço daqueles setores, como forma de agregar lideranças populares, sindicalistas, profissionais liberais, sacerdotes, religiosas e estudantes em prol de uma ação social a serviço dos oprimidos (SILVA, 2011, p. 95).

Neste sentido, o perfil/identidade de uma liderança está inserido neste organismo circular, à luz dos conflitos existentes, resistindo à coação truculenta das elites fundiárias contra os camponeses. Portanto, ZÉ DE LELA NÃO SE CURVOU diante das pressões e repressões daqueles que o exploraram durante toda sua vida, sendo assim um dos líderes na conquista das terras do assentamento Gurugi II, e participou na construção histórica da luta dos camponeses/as se fazendo protagonista da ação de mudança e de transformação da estrutura da conquista por um pedaço de chão na Paraíba.

Esse perfil perpassa aquilo que se encontra neste campo, como por exemplo, a luta, a mobilização, a presença e a consciência de direitos dos camponeses/as, para enxergar a realidade social que assolava o espaço agrário. Portanto, é nessa percepção que eleva uma consciência de direitos sociais e humanos, para viver dignamente, a partir da raiz horizontal e a coragem de Zé de Lela ao constituir sua trajetória no território de Gurugi II.

Assim, merece destaque o debate na relação entre o protagonismo e a liderança do biografado, o que tem na arqueologia do estudo, com outras referências, para compreender e definir o processo histórico de uma liderança.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) constituíram-se um dos movimentos sociais mais importantes dessa época. Articulavam o povo em torno de questões religiosas, sociais e políticas. As CEBs foram a base de inúmeros outros movimentos. Muitos movimentos, como as associações de bairro, tinham a liderança formada neste segmento religioso. Inúmeros

também foram os políticos e os sindicalistas estreitamente vinculados às CEBs. Essas comunidades eram, ainda, um dos poucos espaços de reunião e discussão possíveis para o enfrentamento ao sistema repressivo do Estado. Esse espaço de formação de lideranças ajudou, em muito, a formar diversas lideranças em nosso país, algumas das quais estão, hoje, nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Fundamentalmente, eles construíram novos espaços e relações no contexto das relações elitistas e hierarquizantes da política, “valorizando a solidariedade na busca da formação de uma consciência coletiva” (JACOBI, 1987, p. 24).

As CEBs possibilitaram um espaço de protesto e reivindicações da população do campo e da cidade. Nas cidades, surgiram inúmeros movimentos em torno de questões de melhoria de vida, tais como movimentos por saúde, creches, melhoria nos transportes públicos, habitação etc. No campo, o principal movimento foi, sem dúvida, o movimento dos Sem-Terra.

O estudo onde a participação de Zé de Lela nos leva a entender o conceito de liderança ultrapassa um conjunto de relações sociais, entre elas a indignação e as possibilidades e organicidades das lutas sociais, para romper com o patriarcalismo imposto pelo sistema, repressor do Estado. Foi necessário se despojar na travessia de um camponês, nos diversos movimentos de resistência e renovação, que possibilitam o mergulho em questão relativo à vida na conquista pelo pedaço de chão. Do mesmo modo, entender como se tem visto a questão dessa liderança, a partir da história cultural dos movimentos sociais, como também as afirmações já descritas nas entrevistas, o estar presente significa ser uma liderança.

De família nordestina humilde e de origem camponesa, José Francisco Avelino nasceu em um vilarejo conhecido como firme automóvel junto da mata, Fazenda Utinga, um distrito do litoral sul paraibano no município de Conde–PB, no dia 30/11/1948. Seguindo as raízes e as tradições culturais da família campesina nordestina, cresceu entre os quatro irmãos e irmãs realizando, desde cedo, as tarefas no campo, tais como, campinar as áreas de plantios e ajudar seus pais nas árduas e diversas atividades cotidianas consideradas próprias da labuta no meio de rural na sociedade patriarcal da época.

Retomando as memórias de sua infância, Antônia Carvalho dos Santos, irmã do camponês José Francisco Avelino, conta essas vivências que descrevo como parte de seu cotidiano:

Bem, nós não discutia, ele era trabalhador, nossa tarefa foi sempre na roça, ele sempre ajudava pai e mãe no roçado e virando palha junto com meu pai e meus irmãos. A vida da gente era essa daí.

Na área da Boa Água, às margens da pista, sempre trabalhamos na agricultura na nossa gleba, plantávamos macaxeira, batata-doce, inhame. Mas não pegávamos nada dos outros não. Meu pai quando pegou aquele menino, que ele não era filho de meu pai

não, era só filho de minha mãe, quando meu pai foi morar com minha mãe ele tinha sete anos de idade, só que ele tinha outra irmã conhecida por “**NEGA DE BREGIDIO**” de Jacumã. Ele ajudava todo mundo no tempo dele de jovem eu nunca vi ele brigar com ninguém, ele não era bagunceiro, e tudo que ele pegava era para meus irmãos, era o irmão que eu mais gostava. E quando ele foi assassinado o meu marido não deixou eu ir para o sepultamento dele não. Porque eu estava grávida, eu recebi o recado através do filho de Lela – O Marcone nesse tempo eu estava em Baraúna, hoje Assentamento Dona Antônia. Ele se separou-se de nós quando veio morar com Lecir.

Só que ele era muito (namorador), ele não parava com mulher não, sabe, já com Lela ele amigou-se. Uma vez ele casou-se com uma mulher na Igreja, a primeira mulher dele ele casou-se, ela era de Natal, de um lugar chamado Patos do Espinhas, mas passou oito meses e separou-se e se juntou-se com Lela. Pronto, Lela foi a vida dele. E Lela estava grávida de Marcia, a primeira filha dele.

Eu não sei, uma vez ele chegou em seu Lucio e falou: Antônia eu vou fazer uma casa nos sem terras para você, eu disse eu não quero não, Zé, eu não vou porque eu não gosto de sem terras, eu quero uma coisa que Deus me dê, agora para eu pegar nada dos outros eu não quero não.

O ano de 1988 foi marcado pelo assassinato de José Francisco Avelino, uma liderança da luta pela terra na Paraíba, no assentamento Gurugi III. É nesse campo de apreciáveis mudanças que sua memória está sendo escrita e passa a ter enorme relevância. **Zé de Lela** foi uma das principais lideranças na conquista da terra do referido assentamento (1977-1988). Após ser barbaramente assassinado em 29/12/1988, por volta das 21 horas na frente de sua casa, por uma espingarda de calibre 12, pelas mãos dos opressores.

O sentido da expressão liderança pode ser compreendido na articulação e no enraizamento na organização da luta pela terra, na construção de um assentamento.

Esse debate sobre o conceito de criminalização e repressão (ou violência) aparece na discussão entre os autores Sauer e Aton Fon Filho. Sauer, em capítulo dedicado à criminalização dos movimentos sociais no interior do seu livro *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*, faz uma diferenciação entre violência e criminalização. Criminalizar seria o fato de “fazer pessoas e ações serem vistas e julgadas (pela opinião pública e pelos órgãos estatais) como criminosas, ou seja, como ações realizadas à margem da lei e da ordem” (SAUER, 2010, p. 124). Para este autor a criminalização se concentra no campo exclusivamente ideológico, no campo discursivo da mídia e da justiça.

No artigo intitulado *Criminalização dos movimentos sociais: democracia e repressão dos direitos humanos*, publicado no livro *Criminalização dos protestos e movimentos sociais*, Fon Filho traz um conceito diferente de criminalização dos movimentos sociais. A criminalização, para ele, inclui todas as formas de repressão e violência contra as organizações

populares. Para o autor “a criminalização é um conjunto de formas repressivas, sejam elas apenas ideológicas ou violentas/repressivas” (FON FILHO, 2008).

4.2 AS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO

Em geral, ao longo de um percurso secular, fala-se nas condições de muita dificuldade dos camponeses/as, pode-se perceber entre a história desses séculos, como a história vivenciada pelos sujeitos do assentamento Gurugi II, no amplo campo agrário. Assim, surgiram os paradigmas de resistência, ultrapassando a então forma de dominação, com o sistema patriarcal. Essas condições de trabalho não contribuíram com a sobrevivência dos protagonistas dessa história, especificamente do biografado. “[...], quem pensar que isso é fácil, não conheceu nossa história, ou seja, a história do nosso povo oprimido, as coisas muito difíceis” (Entrevista de Lecir Rodrigues dos Santos. Concedida em 12/10/2016).

Neste sentido, as palavras enunciadas por Lecir²¹ sintetizam a legitimidade com que José Francisco Avelino lutava contra as condições de vida impostas pelos latifundiários. Pode-se analisar as memórias construídas por Zé de Lela como uma voz importante, capaz de resistir à fome, violência, ameaça e à opressão, que marcou sua história, sua vida, ao longo de sua memória. Ainda nesse chão, na interpretação de Moreira (1997, p. 95), com medo de “*serem trocados por gado*”, estes começaram a se reunir e discutir os seus direitos.

Por essas condições, os camponeses/as começaram a lutar por suas terras, e, assim, desestabilizaram a estrutura do latifúndio, mudando o espaço agrário do município de Conde, que até a década de 1980 era ocupado pela bovinocultura e a questão imobiliária. Tomando como base esses paradigmas, a luta se deu pelos conflitos e enfrentamento, para que hoje os demais possam ter direito de trabalhar na terra livremente.

Compreendendo esse sentido de luta e as condições de vida e trabalho que ajudaram a definir e decidir sobre a forma de luta, ou redefinir as linhas de resistências, perpassa toda a história da luta agrária no Brasil, assim como a do referido assentamento e de cada um dos camponeses/as no campo dos direitos sociais. Por isso, essas condições de trabalho dos camponeses não se resumem só às categorias de trabalho impostas pelo proprietário; no entanto, é importante frisar sobre a maneira como ocorreu o processo de condições de trabalho dos

²¹ Lecir Rodrigues dos Santos, nascida em 20/12/1950, filha de Noêmia Batista dos Santos e de Honoro Rodrigues dos Santos. Mãe de seis filhos, viúva do biografado. Nativa do assentamento Gurugi II, agricultora e colaboradora deste trabalho memorialista.

camponeses/as, como forma de resistência à arbitrariedade praticada pelos latifundiários contra o homem do campo.

De acordo com Azevedo (1982), as transformações que sucederam provocaram a expropriação completa do produtor direto e a sua expulsão da terra onde moravam, visto que o pacto paternalista que unia o camponês ao proprietário de terra fora rompido mediante uma série de restrições por parte do latifundiário em relação trabalhador rural. A proibição pura e simples do sítio ou roçado e da criação de animais até ao aumento constante do foro e as pressões diretas e violentas, como a destruição das lavouras brancas pelos capangas dos engenhos e usinas, tinha como objetivo colocar, tanto o trabalhador rural como o camponês, em inteira disponibilidade para o capital, transformando-os numa mercadoria a ser adquirida no mercado, em troca de um salário (AZEVEDO, 1982).

Neste sentido, essa situação foi se configurando, com a ousadia dos trabalhadores rurais, quando começaram a ir na contramão dos proprietários das terras, que procuravam abusar de sua autoridade tradicional e suas relações com o aparato do Estado para cometer vários tipos de atrocidades. Fica, portanto, evidente que as condições de trabalho estampadas no meio rural tiveram como fator principal a opressão imposta aos camponeses/as pelos proprietários das terras, onde moravam e trabalhavam, foram essas as consequências da resistência da luta pela reforma agrária no campo.

Mas apesar desse fator, os camponeses/as não recuaram e continuaram enfrentando os proprietários de terras fosse na justiça, processo, fosse confrontando diretamente ou reunidos para ir a determinadas ações para não se submeterem às condições dos proprietários, tendo como ferramenta de luta, entoada pelos camponeses a palavra resistir.

A foto 07 ilustra bem esse momento de memória e união para conquistar o direito à terra. Um dos primeiros mutirões do assentamento Gurugi II, constituído pelo líder camponês José Francisco Avelino, como animador comunitário, e das atividades coletivas, para fortalecer a luta e traçar as diretrizes de organismos e definir as estratégias de ação, além de manter a indignação diante das injustiças sociais. No estudo de Caldart (2004, p. 337), esse mesmo sujeito pode se tornar um lutador da Reforma Agrária e também um cidadão preocupado com o destino histórico de país, disposto a contestar não apenas situações particulares, mas também os valores e as convicções que movem as definições do destino.

Foto 07 – Mutirão no assentamento Gurugi II, de 01/03/1980



Fonte: Arquivo – Karol. Foto adquirida em 08/07/2008.

4.3 MOTIVAÇÕES PARA: O SEU ENVOLVIMENTO NA LUTA PELA TERRA

“Era muito, mas muito difícil, era a única opção: ou lutava, ou ficava com fome”
(Entrevista de Cajueiro. Concedida em 12/10/2016).

Na epígrafe de nosso entrevistado conhecido pelo nome de Cajueiro percebe-se a força para se enfrentar a fome. Cajueiro é um camponês presente na conquista das terras de Gurugi II, assiduamente com o biografado em todas as relações com a terra nessa trajetória, e que me direcionou para construir esta dissertação rememorando a labuta, descrevendo o lugar da memória; esse contato foi um passo de aprendizagem e um filtro imenso entre o entrevistado e as lembranças do tempo presente.

Para tecer este tópico, não poderia deixar de partir da proeminência da memória viva nesse chão, descrita no trecho acima pela viúva do biografado, que deu ênfase a essa realidade, na fala de Lecir, assim como em outros relatos, sobre o envolvimento de Zé de Lela na luta. Primeiro reafirmo que são vários os vestígios encontrados nesta terra movida na luta; uma das motivações foi a coragem, e as dificuldades que exigiram tal forma de organização que era a única opção, fazendo da realidade a resistência inegável que destemia o camponês José Francisco Avelino.

Além dessa expressão enfatizada, faz-se necessário perceber que qualquer ação, a partir das relações do ser humano, sejam elas físicas, culturais, econômicas, políticas ou sociais, apresenta a existência de um conflito no espaço agrário, ou que há, também, um conflito

ambiental. Foram esses os elementos e as motivações configurados por Zé de Lela na luta, dentre tantos outros encontrados neste trabalho biográfico que é de suma importância nesse processo de conquista da terra, protagonizada por este camponês. Após revisitar documentos da associação, fotografias, cartas de apoio à luta dos camponeses de Gurugi II, cartas das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica da Paraíba, carta de denúncia contra as pressões, acusações e os conflitos contra os posseiros de Gurugi II, jornais de grande circulação do estado e nacionais, como: *O Norte*, *Diário de Pernambuco*, *A União*, *Folha de São Paulo*, assim como revisitado na relação apresentada por Moreira (1997), além dos relatos dos entrevistados desse período, que me guiaram para outras fontes.

Entre esses achados, o arquivo com a relação dos nomes e datas de nascimento dos filhos/as de Lecir e Zé de Lela, encontrados na Secretaria de Administração e Urbanismo do Conde-PB, no dia 02/02/2017, quando o biografado exerceu a função de auxiliar de serviços gerais do referido município, como consta num documento já exposto anteriormente.

Porém, foi a pesquisa com alguns entrevistados que nos revelou essa participação dele no serviço público, ou seja, umas das importantes fontes, que nos fez compreender a real motivação de José Francisco Avelino na luta pela terra, que se chama família. Essa motivação, retratada de família, é o que se identifica no Quadro 05, frisando em item descrito, com a relação de todos os seus filhos/as, mas um fato chamou atenção: foi uma revelação feita pela senhora Antônio Carvalho dos Santos, irmã de Zé de Lela, que falou da primeira filha dele, Márcia dos Santos Avelino; foi aí que percebi a grande motivação na luta, como revelou sua irmã, em um trecho da entrevista já citada, dizendo que José Francisco Avelino se engajou na luta mesmo, após o nascimento de sua primeira filha.

Neste sentido, ele nos fez compreender a realidade dessa resistência, a partir da família. Então, a família nesta lógica era a essência na luta, não só a família biológica como a família “da luta” de camponeses/as na conquista dessa luta.

A história de Zé de Lela surge com a família, mesmo em outro reduto a ascendência estava presente; por isso, esse tronco tem raízes na construção social, em linha gerais, a mudança de espaço de José Francisco Avelino se constituiu em reafirmar a palavra família. Família capaz de ecoar na vida, no mundo e na história do assentamento como resistência e transformação social.

Motivar e resistir, uma luta que nasce do povo, pela ação dos trabalhadores/as vinculada ao espaço agrário, em busca de sobreviver expressa na constituição dos camponeses/as

respeitando todos os aspectos, foi o que se propôs Zé de Lela, até tirarem sua resistência. O que leva um camponês/a a se firmar e indignar-se na conquista da terra, são as reais condições de vida e trabalho, ou seja, são elementos, consequência e a falta de respeito e a discriminação presentes na sociedade. Com isso, os povos do campo foram totalmente excluídos e entregues ao arbítrio do grande latifundiário, submetidos a trabalhos sem garantias sociais.

5 O INVENTÁRIO DE SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO GURUGI II

Foto 08 – A casa de José Francisco Avelino construída em 1988 no assentamento Gurugi II no município de Conde–PB



Fonte: Arquivo da CPT–PB, 1988.

Tal discussão em torno do inventário do biografado na luta pela terra no assentamento Gurugi II foi proveniente do que identifiquei na entrevista com a viúva, concedida no dia 02/12/2016, a partir da seguinte pergunta: **Como a senhora conheceu José Francisco Avelino?** A senhora Lecir respondeu foi muita coisa:

Conheci ele no Conde no final dos anos setenta, quando eu andava para feira, vender frutas manga, mangaba e outros tipos de produção, o conheci e fomos morar juntos no Conde, depois voltamos para o Gurugi, as coisas muito difícil, ‘ele muito esperto’, que dizer inteligente, já na época do início da luta ele sempre gostava de participar, foi tomando gosto pela causa, eu sempre apoiando ele, quando voltava da reunião ou mutirão era com uma animação e esperança, dizia que tinha muita fé de conquistar um pedaço de chão junto com os companheiros para trabalhar e plantar algo para se alimentar. Agora quando ele não podia participar das atividades ficava muito triste, mas sempre que podia não faltava.

Esta mesma afirmação relatada pela viúva do biografado se encontra nos relatos de dois entrevistados, que coadunam com o inventário dos primeiros passos para a implantação do assentamento, a partir do mesmo grupo de camponeses e representantes de entidades que apoiaram e constituíram essa luta. “É, ele era um homem que veio de fora, mas tinha

necessidade de uma área de terra para trabalhar, então ele era uma pessoa animada na luta” (Relato de João Rodrigues concedido em 17/10/2016).

É inegável a densidade da fala e da afirmação do camponês, que mais do que lutador é visto pelo povo como uma liderança no assentamento, relembrar como uma representação da memória viva, quando expressa a inteligência de pessoas que estão na luta pelo e para o povo. Nesse relato, não há dúvidas sobre a resistência do camponês Zé de Lela na luta pela posse da terra, narrada por partes dos camponeses/as que acompanharam o biografado nos grupos sociais.

Olha! Primeiro que Zé de Lela era diferente do povo de Gurugi? Eu não sei, eu acho que ele não nasceu lá não. Ele era branco e se destacava no meio da comunidade, que era uma comunidade de negros/as e Zé de Lela era um branco, ou seja, um amarelo assim igual a mim, ele se destacava, e ele não era agressivo e não era de impor suas ideias, mas refletia lentamente com os demais companheiros e com isso animava para ajudar os outros trabalhadores, preservava o respeito e mantinha esse diálogo e consideração com os demais camponeses, é tanto que, eu acho que era uma das famílias mais ajustada, sabe, Zé de Lela com sua esposa Lela e os filhos/as pequenos, tanto ele demonstrava ter amor por ela e querer bem, quanto ela por ele. Foi fundamental, ele participou do espaço desde 1975 a 1988. ele esteve presente em toda essa luta e na luta do povo e nos espaços só se não pudesse mesmo, mas se pudesse ele estava presente e era tubiado.

Ele tinha uma consciência de justiça da luta e dos direitos que deviam ser conquistados da terra, é tanto que ele quando teve a coragem de fazer uma casa ele construiu sua casa, ele fez uma casa toda amarrada de madeira e cobriu de telha, então quando ele foi assassinado já estava nessa casa, só não estava pronta ainda, entende aí o chão não tinha barro como também as paredes não tinha barro, mas ele teve a coragem construir a casa dentro da propriedade muna outra área onde é hoje o cruzeiro que ele foi assassinado, e quando ele foi assassinado a casa dele estava erguida ali. Então foi um dos primeiros a construir uma casa coberta de telha, porque na época só existia casa coberta de palha (Entrevista do Frei Anastácio adquirida em 12/07/2016).

A fala do ex-coordenador da CPT, que acompanhou toda essa labuta de Zé de Lela, coloca claramente que esses fatos mostram que a resistência do biografado é de ações próprias do povo, vinda dos próprios trabalhadores rurais. Esta discussão comprova que um processo de conquista está marcado pela violência, opressão e pelos elementos da organização da luta impetrada pelos camponeses/as. De qualquer forma, a rebeldia dos camponeses/as e agentes apoiadores frente aos pobres e aos problemas sociais do campo leva a sociedade a entender que se faz necessário lutar e ter uma consciência de justiça dos direitos a ser conquistados.

Corroborando neste sentido, Jovchelovitch (2011, p. 128) afirma que no coração da comunidade está a construção de espaços intersubjetivos que configuram não apenas a identidade do Eu, mas também um conjunto de relações intercoordenadas que produzem

fenômenos como a comunicação e o diálogo, as identidades, as identidades sociais, a memória social, a vida pública e, ligado a todos estes, os saberes sociais.

Enfim, era necessário não perder de vista que a resistência da luta dos camponeses/as no espaço agrário estava diretamente relacionada com as questões sociais. Fez com que Zé de Lela e o seu grupo de colaboradores enxergassem a mudança de um projeto de implantação de soberania alimentar, visto a urgência de se manter na terra para suprir suas necessidades.

Apesar destes reveses, o líder camponês José Francisco Avelino, mais conhecido por Zé de Lela, como já expliquei anteriormente, construiu sua casa na propriedade, ou seja, no seio do conflito, uma das fórmulas encontradas pelo camponês, para resistir e afirmar sua identidade camponesa, mas, na verdade, essa foi uma atitude de criar fatos e resistir, para pressionar o proprietário e os órgãos competentes a se emitirem na posse. Vale salientar que esse tipo de ocupação gera repercussão e celeridade no processo de desapropriação.

Outra discussão versa sobre a Organização dos Trabalhadores/as do assentamento Gurugi II, na década de 1980, e o Pacto de coletividade, constantes na resistência, entre outros fatos, que se tornaram símbolos da luta, como a memória viva desse período.

No entanto, grande parte desse trabalho de resistência que motivou Zé de Lela a desenvolver suas ações, enquanto agricultor, para compreender o universo de significados e experiências no campo como liderança camponesa, teve como pano de fundo as transformações sociais, na experiência da vida a cada dia. É uma questão que vem se revelando e vai para além dessas ações que ganharam visibilidade local, estadual e nacional, contida no trecho da fala de um dos entrevistados, que memoriza a idealização, mobilização e o desencadeamento de uma reforma agrária significativa que ainda precisa ser posta como desafiadora.

Outra questão que permeou o mundo vivido por José Avelino foi com relação às fontes ou os relatos que pudessem trazer informações sobre ele, pois, o que se sabe é que toda essa luta dos camponeses, especificamente do biografado, era contra as injustiças exercidas pela elite agrária com o intuito de se apropriar da terra. Nesse processo de opressão os camponeses até certo ponto foram impedidos de continuar existindo porque colocavam em risco o modo de desenvolvimento da classe dominante e o paradigma social, cultural e econômico dos camponeses nunca foi reconhecido em relação ao paradigma dos detentores do capital.

5.1 PARTICIPAÇÃO NA LUTA PELA TERRA

Olhando em detalhe, irei sintetizar a participação de **José Francisco Avelino** na luta pela terra, no assentamento Gurugi II e em outros espaços de conflitos sociais como sujeito histórico. Para reconhecer que ele sempre se fez presente nesse campo, faz-se necessário trabalhar com todas as fontes e questões desenvolvidas ao longo da pesquisa, conforme é definido na descrição abaixo.

Olha, aquele tempo refletia muito a luta em si, a conquista da terra, então ele era um entre outros que animava o povo, entendeu? Se alguém quisesse fraquejar um pouco ele ia para cima: não vamos esquecer, vamos reagir, vamos tocar, era como Bila, Bila ela era mais retraída assim, mas era firme na luta, Lenita também, então esse grupo ele tocava; então, Zé de Lela era um dos que animavam o povo para a conquista da terra, para ter um pedaço de terra para trabalhar e não sair do lugar, era assim. É tão difícil dizer por que aquele momento era um momento aonde a luta começava, aonde o povo vivia tranquilo (**Entrevista do Frei Anastácio adquirida em 12/07/2016**).

Foto 09 – José Francisco Avelino (quinta pessoa, da direita para esquerda que está de chapéu vermelho. Em um mutirão no agreste paraibano – 1989. Documentário Coisas do Brasil 04/06/2016



Fonte: Arquivo do CEDOP/BR – PB, adquirido em 08/07/2008.

Para ratificar tal conjuntura mencionada, o camponês Zé de Lela fez um levantamento de dados sobre o assunto, onde constatou que, nos anos de 1975 a 1988, apenas treze anos de inserção social nesse projeto sobre a temática do envolvimento humano e social, foram apresentados vários espaços de luta na questão agrária da Paraíba, a saber: Os espaços de

participação do biografado de resistência e identidade campesina em busca de dignidade humana. Consta no relato abaixo:

[...] Era um núcleo que a gente se reunia, com esse grupo, e Zé de Lela sempre estava presente, a gente se reunia com esse núcleo para planejar as ações do mutirão, de ir ao INCRA, de ir a FETAG, de ir para outros locais de luta, não precisava ficar chamando, eles iam; quando entrávamos em contato, eu pegava o número deles e ele pegava o meu (...). Por exemplo, nós nos reuníamos em João Pessoa também, principalmente no CENTREMAR, durante dois dias; começava na sexta-feira à tarde e terminava no domingo com o almoço e Zé de Lela sempre se fazia presente, era uma pessoa que tinha uma atividade, e ele enxergava a problemática que circulava naquele momento **(Entrevista do Frei Anastácio, adquirida em 12/07/2016)**.

Neste mesmo espaço, o camponês José Francisco Avelino buscava identificar núcleos de apoio, camponeses/as, trabalhadores/as e entidades envolvidas com o desenvolvimento do campo, da resistência e da conquista da terra no seio do assentamento Gurugi II, o reconhecimento desta luta, criada em 1980 por um grupo de camponeses/as das comunidades do município de Conde – PB, no litoral sul e pela equipe da CPT da Paraíba.

Com objetivo de mudar a realidade e incluir o assentamento no debate agrário da Paraíba, foram mobilizadas, em 1981, as raízes campesinas para a criação do referido assentamento, a partir da reflexão geradora do camponês José Francisco Avelino, que contava inicialmente com o apoio do então coordenador da CPT/PB - Frei Anastácio, vinculado à arquidiocese da Paraíba, da Ordem Franciscana, o qual tinha como missão refletir e apoiar a luta do povo do campo, fundamentado na Teologia da Libertação.

A teologia da libertação tinha como fio condutor a realidade do povo, o que naquela época era um tempo muito difícil. Então, partiu de que nós escrevêssemos uma monografia da realidade econômica, política, social, cultural e religiosa do município de Alhandra, Caaporã, Conde e Pitimbu. Então, é todo fio condutor, era a reflexão a partir da realidade. Exemplo: realidade econômica: quais eram as forças econômicas que atuavam na região? A terra estava concentrada aonde? Nas mãos de quem? O povo participava, tinha poder, não tinha e de quem era a terra? Depois, como se dava a agricultura, o plantio, toda aquela prática do inhame, de limpar o terreno, fazer o buraco, elevar o matumbo, plantar a semente, depois colocar capim em cima, ou torta de usina, então a gente descrevia tudo isso na monografia **(Entrevista do Frei Anastácio adquirida em 12/07/2016)**.

Diante destas evidências, o envolvimento de Zé de Lela na criação do assentamento de Gurugi II, no município do Conde–PB, a partir daquela realidade era a oportunidade de refletir

e resistir, formado pelos/as camponeses/as e as comunidades rurais, Comunidades Eclesiais de Base e Sindicatos do campo e da cidade, ambos fundamentados na Teologia da Libertação²² se enraizaram na luta por terra e direitos sociais. As questões que guiam as motivações do espaço agrário estão baseadas nas experiências adquiridas pelos/as camponeses/as com os segmentos sociais e José Francisco Avelino, ao reconhecerem que fortalecer a luta após apoiarem as comunidades regionais do estado da Paraíba, bem como o território agrário, reivindicados pelos camponeses/as, têm como fio condutor o paradigma das conquistas a ser seguido. Reorganizar os desafios ressignifica todo esse processo histórico, porque a luta não é um fracasso, ela é um fenômeno que gera resistência com a mesma profundidade de suas raízes históricas. É importante destacar que o processo de um líder camponês, em relação aos conflitos no campo, é contínuo.

De acordo com esta premissa, os segmentos sociais e José Francisco Avelino utilizaram a organicidade coletiva do espaço agrário do estado da Paraíba, em um território como base para a proposta de discussão da Reforma Agrária, e a conquista da luta da terra no assentamento Gurugi II, no município do Conde-PB.

Vale destacar que a organicidade dos camponeses do assentamento Gurugi II era liderada por Zé de Lela, onde o mesmo era destemido das opressões do latifúndio patriarcal, enquanto pioneiro dessa luta. Além dessas motivações o camponês José Avelino resistiu pela sua identidade com a Reforma Agrária na Paraíba, e pela relação de aprendizado, solidariedade e coletividade que o biografado construiu com a luta pelo espaço campesino com alguns protagonistas do referido assentamento.

Com raiz na ideia de práxis da Teologia da Libertação, a defesa da ocupação de terra como analogia à defesa da vida ecoou radicalmente na concepção de mundo desses sujeitos, dando-lhes a noção de direito divino que se sobrepõe a qualquer legalidade ou institucionalidade terrena. Ou seja, na vida terrena, as leis divinas de fraternidade, divisão dos bens e amor ao próximo se superpõem às leis das instituições sociais. Essa constatação influencia na concepção de mundo dos sujeitos oprimidos, principalmente daqueles que começam a se engajar em lutas emancipatórias (MITIDIERO JUNIOR, 2008).

²² Na tese de doutorado de Mitidiero Junior (2008, p. 128), encontrei a seguinte afirmação: “A situação atual da Teologia da Libertação é muito menos empolgante que toda a ebulição esperançosa de ideias e propostas que marcou o período de seu surgimento, embora nada tenha a ver com uma possível fragilidade teológica dessa hermenêutica da fé. A teologia dos pobres e para os pobres continua potente no seu viés profético e inovador, ao criticar as formas tradicionais de interpretação do texto sagrado e as formas de atuação da Igreja Institucional. A Teologia da Libertação, embora o tempo passe, ainda representa o novo no campo religioso e na sua relação com o mundo”.

No livro *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, Caldart (2004, p. 105) enfatiza que um fator ou elemento foi o trabalho pastoral que vinha sendo realizado junto à população do campo através das CEBs, que já existiam desde o começo dos anos sessenta e que se tornaram, na primeira metade da década de setenta, um importante foco de resistência popular à ditadura militar. Esse trabalho foi ainda mais fortalecido com o surgimento da CPT, em 1975 que, trabalhando com as paróquias nas periferias das cidades e com as comunidades rurais, passou a contribuir na organização e na luta dos trabalhadores. As CEBs eram, nessa época, um dos poucos lugares sociais onde os trabalhadores encontravam condições para se organizar e lutar contra as injustiças e pelos seus direitos.

Para estes não há uma legitimidade maior do que a própria história de Jesus Cristo. Por isso, essa posição teológica tomada por parte da Igreja foi o meio adotado para, ao mesmo tempo, convencer, informar e ensinar ao povo os seus direitos (religiosos e constitucionais) e mostrar o caráter político da vida cotidiana (terrena) desse povo (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 1340).

Neste sentido, a contribuição da memória de Zé de Lela e a resistência na luta dos camponeses/as nos espaços políticos, sindicais e de organizações sociais, constituiu-se um universo que se enraizou a partir das representações estabelecidas no litoral sul paraibano.

Considerando o aporte do conceito de luta de Caldart (2002), a realidade de uma luta que não tem data para terminar exige que se quebre a lógica de que existe um tempo (ou espaço) para lutar, outro para trabalhar, outro para estudar, para amar, para ter filhos, para ser feliz.

Essa interdependência propagada por Caldart (2002) direciona para uma análise da sociedade e do indivíduo de forma coletiva, tendo a necessidade de constituir, entre outras lutas, o tempo e o espaço no qual os sujeitos históricos estão enraizados, como forma de compreender o paradigma das representações entre esses elos, e disseminar o contexto necessário dessas raízes que constituíram as relações sociais.

5.2 VIOLÊNCIA E ASSASSINATO

No estudo de Mitidiero Júnior (2008), o assassinato em conflitos rurais é assustador pela grande quantidade e pela identidade de quem morre, ou seja, nos últimos trinta anos, foram assassinados aproximadamente 1.700 camponeses e trabalhadores rurais, majoritariamente aqueles a quem os direitos institucionais são negados (CPT NACIONAL, 2016). Talvez a

expressão conflito rural não seja a mais adequada para nomear esse processo, pois, se apenas um lado – o lado do pobre do campo – sofre baixas, a palavra massacre é mais adequada para nomear um confronto tão desproporcional.

No panorama da violência no campo, cabe aqui trazer essa reflexão do autor que se coloca perante uma realidade de violência contra os camponeses/as, diante dos efeitos opressores do latifundiário. É o que será relatado sobre a memória daqueles/as que se posicionam para o povo e com o povo, sobre o dilaceramento da resistência do biografado.

Os fatos relacionados à morte de Zé de Lela: Residem na localidade de Gurugi II mais de cem famílias de “posseiros”, que se apropriaram da luta pela terra e ocuparam seus espaços, resistiram para permanecer no local; em 19/05/1988, eles conseguiram a desapropriação da área; em 26/12/1988, os posseiros fizeram um mutirão em que a vítima tomou parte, plantaram 3.000 pés de inhame; esta plantação foi destruída por Zinho²³, juntamente com cerca de 60 homens, no mesmo dia; no dia 27/12/1988, o governador do estado da Paraíba (Tarcísio Burity) visitou o local e prometeu que em três dias colocaria um destacamento policial.

Na manhã do dia 29 de dezembro, a Sede da Associação dos Trabalhadores Rurais de Gurugi II foi incendiada por um indivíduo conhecido como “Nino”²⁴ da Penha”. Além de incendiar o pavilhão onde funcionava a associação, o citado indivíduo ainda roubou cerca de duas mil mangas da área de produção comunitária, de Gurugi II, transportando-as do local em sua caminhonete. No mesmo dia, já no final, da tarde, parentes do Nino, inclusive sua esposa, provocaram uma discussão com os moradores, episódio que acabou em tragédia.

No mesmo dia, 29 de dezembro de 1988, um dos antigos moradores, o Sr. **José Francisco Avelino**, de 40 anos, mais conhecido por **Zé de Lela** foi assassinado barbaramente com um tiro de espingarda calibre 12, dentro da sua própria casa, às 21h:00 horas. O autor material do crime foi Floriano dos Santos Correia, o “Nino da Penha”, a mando de José Francisco Alves Filho, o “Zequinha”. A polícia foi acionada, passou a investigar o caso e abriu um inquérito. Nino da Penha confessou a destruição do pavilhão e entrou em contradição no depoimento prestado. O Zequinha não compareceu para depor. A polícia concluiu o inquérito apontando Zequinha como mandante e Nino da Penha como autor do crime contra Zé de Lela.

²³ Justo (2002), ao estudar o processo histórico de Gurugi II, argumenta que **Zinho** é o apelido (fictício) do condenado pela morte de Zé Lela, mais de dez anos após o homicídio. Nasceu 30/06/1948 em Pitimbu, município vizinho de Conde, mora no Sítio Ipiranga com sua esposa e seis filhos. Ele era um dos principais capatazes do proprietário.

²⁴ É relevante a seguinte afirmação de quem foi Nino, um dos acusados da morte de Zé de Lela. Natural de João Pessoa, nasceu em 22/01/1951. Morava com sua mulher e uma filha em Gurugi I (MOREIRA, 1997).

O clima de tensão entre os dois grupos de agricultores se tornou cada vez maior. A esposa de Zé de Lela foi obrigada a abandonar sua gleba com medo de uma nova ação de violência contra ela e suas crianças. Uma nova casa foi para eles construída por membros da comunidade em local mais protegido. Além de se mostrarem indignados contra os culpados pelo crime, os antigos moradores não acreditavam na ação da polícia nem da justiça. Antes que o processo contra os assassinos fosse concluído, os dois foragiram (MOREIRA, 1997; JUSTO, 2002).

Retomo, nessas referências, a oportunidade de descrever o assassinato de Zé de Lela, que tem como intenção primordial a narrativa reflexiva sobre o processo de resistência, autoconhecimento a partir das trajetórias de sua vida no campo, assumindo um caráter político-social, e o impacto que isso tem no movimento de consolidação de uma comunidade, assim como também para todo o conjunto dos sujeitos envolvidos nessa história, que construíram as suas próprias condições de sobrevivência.

São essas direções que seguirei nesse embate. Como os documentos levantados por Moreira (1997), como o estudo de Justo (2002), que na interpretação dos autores mostraram que a luta de Gurugi II não terminou com a desapropriação da terra, ocorreu uma série de conflitos nos quais os rendeiros do proprietário tentavam retomar a área. Esses conflitos chegaram a acarretar o assassinato de um líder camponês, o Zé de Lela, no referido assentamento, no ano de 1988. Foi uma luta grande em Gurugi II.

Sobre as descrições das entrevistas, documentos e uma série de jornais desse massacre encontrada no estudo de Justo e Moreira, vale destacar que é de suma importância ter revisitado essas referências. Para tanto, em linhas gerais, busquei entrevistar o religioso Frei Anastácio, um dos que vivenciaram essa data com o biografado, encontrado nessa referência, no intuito de obter uma vasta relevância no que se propôs a pesquisa, e porque o entrevistado passou o dia todo na luta com Zé de Lela, na data em que tiraram sua resistência. Ou seja, o relato do religioso desenha momentos antes de tirarem a resistência do referido camponês como consta logo abaixo.

Quando eu cheguei pela manhã para o mutirão Zé de Lela está lá, eu fui e ele não podia trabalhar; então, ele me acompanhou durante o dia todo; então, eu vim para o centro de Conde comprar alimentos e vim a João Pessoa, depois fui a Jacumã e a gente ficou rodando nesse entorno e os agricultores/as trabalhando o dia todo para plantar o roçado, e Zé de Lela passou o dia todo comigo fazendo esse percurso e assessorando os trabalhadores/as naquele dia 29/12/1988.

Zequinha já havia destruído uma manhã, com seu comparsa conhecido por Nino, eles dois destruíram a casa da comunidade; eram dois alpendres onde os agricultores/as se reuniam em Gurugi II, eles destruíram de manhã cedo. Mas nós continuamos o mutirão o dia todo plantando o roçado, depois já cansado Zé de Lela durante o dia quando terminou o mutirão por volta das 15hs no período da tarde, eu fui ao Ipiranga com Zé de Lela e voltei, quando nós passamos em Ipiranga para Gurugi, estava debaixo de um pé de coqueiro reunido o Nino, Zequinha, o coveiro conhecido por José Carlos e mais outras pessoas que eu não lembro. Nós passamos, eles estavam debaixo do pé do coqueiro como se estivessem reunidos conversando, e eu deixei Zé de Lela na casa dele que era uma casa coberta de telha, mas não tinha barro nas paredes e outra parte fechada de palha de coqueiro. Então eu deixei Zé de Lela em casa e segui para João Pessoa por volta das 17hs da tarde, cheguei aqui na Igreja do Rosário, tomei um banho e fui visitar uma família aqui em Jaguaribe. Quando eu já estava na casa dessa família, então chegou a informação de alguém daqui da Igreja do Rosário; foram me avisar que tinha chegado um telefonema de Conde com a informação de que tinham assassinado um trabalhador em Gurugi II. Então eu não sabia naquela altura quem tinha sido e naquela época não tinha telefone e eu não sabia quem tinha telefonado, porque os telefones eram todos públicos e no posto de Conde nós não tínhamos telefone, como também em Gurugi o povo não tinha telefone. Então com o filho dessa mesma família que eu estava visitando, ele me acompanhou, quando nós chegamos ao Conde próximo ao hospital de Arará às margens da PB 018 no centro, que fica próximo àquela curva, encontrei uma camionete cheia de trabalhadores/as que iam para a delegacia; aí eu perguntei quem foi que assassinaram em Gurugi? Os trabalhadores/as responderam: Zé de Lela, eu encima da bucha respondi e disse assim: foi Zequinha que matou, aí eu segui para Gurugi. Chegando lá estava o povo todo, Zé de Lela caído no chão e o povo lá em torno do corpo dele. E tinha um cabo da polícia, então esse policial lá, e eu dizia com esse meu jeito, foi Zequinha que matou Zé de Lela.

A resistência à saída forçada e à violência, após o assassinato de Zé de Lela, os agentes pastorais e os camponeses assumiram as mais diversas formas de exemplo de todas as famílias dos posseiros.

E naquela noite foi uma noite muito pesada, ou seja, dura porque um caso desses é cruel, e em seguida eu vim para João Pessoa e liguei para Dom José Maria Pires comunicando que haviam assassinado um trabalhador, fizeram a remoção do corpo dele que veio para João Pessoa e eu acompanhei o corpo; já era de manhã e nós fomos para o Instituto de Medicina Legal (IML), para liberar o corpo e Lenita me acompanhou o tempo todo nessa madrugada, e esse processo durou a manhã inteira de preparação; o corpo chegou lá na comunidade, foi levado para a capela de São Sebastião e à tarde foi o enterro com a presença de muitos trabalhadores/as principalmente do território da diocese de João Pessoa, e aí foi um clima de insegurança, de medo, o pessoal tinha muito medo, só se dizia eu acho que foi mas ninguém tinha prova, Zequinha foragiu após o assassinato junto com seu comparsa Nino, e depois de um tempo o Nino foi preso, Zequinha também desapareceu, ficou um tempão desaparecido, entendeu? E eu creio que hoje ainda é insolúvel, ou seja, não teve solução nesse caso apesar do maior esforço que se teve, com todas as

testemunhas, só era eu acho ninguém provava nada. Eu ainda tenho certo temor assim porque eu não tenho dúvida de que a participação deles foi uma participação intensa e aí nós tínhamos naquela época o prefeito da cidade era Aluizio Regis na época que era contra a luta do povo **(Entrevista do Frei²⁵ Anastácio adquirida em 12/07/2016)**.

Foto 10 - José Francisco Avelino (Zé de Lela) assassinado em 29 de dezembro de 1988



Fonte: Arquivo: Karol Fotos Gurugi II 11/08/2009. Adquirida em 08/07/2008.

O relato feito por Frei Anastácio marca o dia em que tiram a resistência de Zé de Lela, um dia de alegria com os companheiros em um mutirão, com o sonho de plantar e conquistar a terra prometida, interrompida pela ganância do latifúndio, deixando marca profunda na vida dos camponeses/as, trabalhadores/as.

[...] eu conheci José Francisco Avelino lutando, um homem firme na luta, e com pouco tempo tiraram a resistência dele, ou seja, o assassinaram. Ele foi um homem que entrou para ganhar. Mesmo perdendo, mas ele entrou para ganhar e a luta foi conquistada agora, ainda precisa de muitos acertos. Rapaz, esse momento foi um momento muito difícil, todo mundo sofreu, quer dizer, ainda vive sofrendo, mas a luta é assim a gente às vezes se reclama de tudo, mais só que, quem entra na luta da terra é como se diz, tanto faz viver como

²⁵ Frei Anastácio: filho de camponês, nascido na cidade de Esperança no interior da Paraíba, é frade franciscano desde 1965. Foi aluno de Leonardo Boff, participou do movimento “Encontro de Irmãos”, promovido por Dom Hélder Câmara em Recife, e atuou próximo a Dom José Maria Pires nos trabalhos da Pastoral Rural e da CPT. Esteve à frente da CPT da Paraíba até o ano de 1998, quando foi eleito deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Dotado de uma personalidade muito forte, Frei Anastácio é um dos responsáveis pela postura mais aguerrida da CPT na década de 1990 e adotou a mesma postura – em defesa do homem do campo – durante os seus dois mandatos na Assembleia Legislativa do Estado. Em 2005, foi eleito presidente estadual do PT e, nas últimas eleições (2006), não foi reeleito para o terceiro mandato como deputado estadual. Foi superintendente do INCRA no Estado da Paraíba. Em 2010 retornou para Assembleia Legislativa, e foi reeleito para o quarto mandato e atualmente é deputado estadual na Paraíba.

morrer, sabe, e aqueles que lutam é para dar a vida àqueles que ficam, e eu tenho para dizer a você que a luta é o eixo, e eu permaneço dizendo e peço a todos aqueles que se reúne para lutar para defender a classe do trabalhador. Por que nós agricultores do campo temos que lutar porque a classe patronal não da camisa a ninguém (Relato de João Rodrigues concedido em 17/10/2016).

Além da imagem expressa no contexto e a narrativa memorialista desbulhada por João Rodrigues, companheiro de Zé de Lela, contei com esse recorte temático, que refaz o tempo presente da realidade da classe e luta camponesa, de norte a sul, de leste a oeste deste país, enfatizando o tamanho e a dimensão da violência contra os trabalhadores/as rurais, que se uniram por um palmo desse chão para sobreviver, bancando com o seu próprio sangue, na mira do calibre 12 das armas dos latifundiários, que exterminam a resistência do homem e da mulher do campo que luta para continuar a viver. Ainda no limbo desses achados da pesquisa, focarei outros elementos encontrados sobre esse episódio descritos, em monografia, dissertação e tese, que abordam essa temática, da violência no campo e assassinatos.

Durante todo esse conflito e repercussão vieram cartas e moções de apoio e de solidariedade ao povo de Gurugi II de todas as partes. Pode-se citar entre outros a mídia internacional que deu grande visibilidade a esse fato, na Europa, Ásia, África, e até em alguns países da América Latina, e, no Brasil, nas esferas nacional, estadual e local, referindo-se da seguinte forma: mais um trabalhador rural foi assassinado por causa da luta pela posse da terra. Principalmente pela participação direta e publicação de textos de Dom José, isso imprimiu um sentimento na sociedade civil e organismos apoiadores de que os camponeses tinham direito à terra. Além disso, no cumprimento legal da legislação, esses camponeses/as teriam precedência indetária na posse da área, o que fortalecia ainda mais a resistência, essa série de acontecimentos na conquista da terra.

Ainda desse massacre, passarei a apresentar imagens que falam sobre essa violência.

Foto 11 – Velório de José Francisco Avelino (a pessoa, da direita é a esposa e a outra, da esquerda, é o pai de Zé de Lela) – 1989. Documentário Coisas do Brasil 04/06/2016



Fonte: Arquivo do CEDOP–PB, adquirido em 08/07/2008.

Foto 12 - Sepultamento de Zé de Lela 30/12/1989, no centro do Conde–PB



Arquivo: Karol Fotos Gurugi II 11/08/2009. Adquirida em 08/07/2008.

Dentro dessa realidade das imagens do velório e do sepultamento do camponês Zé de Lela, a foto 11 representa o momento em que sua esposa e o pai do biografado estão velando o corpo de José Avelino. A foto 12, o momento em que os camponeses/as se despedem do camponês.

Ainda neste cortejo, destacam-se os dizeres da frase da foto 12, que clama por justiça e expressa a indignação, e a voz daquele que perde sua vida e banha de sangue a terra prometida. São formas silenciosas de gritar por justiça social, em contraposição ao latifundiário que oprime, tortura, violenta e expropria a população rural, sem perder de vista a relação com a luta pela posse da terra.

Segundo Moreira (1997, p. 108), o sangue de Zé de Lela e Bila molhou a terra. Mais dois mártires se somaram a tantos outros que pagaram com a própria vida pelo direito seu e de seus irmãos de terem acesso a um pedaço de chão. É esse chão molhado com seu sangue que se quer ver dividido, partilhado, comungado. Suas mortes não foram e não terão sido em vão, pois a luta dos que ficaram continua, para fazer valer seu sacrifício. Isso só para dizer que conquistar uma gleba não significa ver um irmão camponês ser assassinado para poder ter um pedaço de terra.

Vale ressaltar os assassinatos sistemáticos desses sujeitos sociais, realizados ou encomendados pelos portadores do capital e a forma como se constitui a maioria das violências entre todas as outras possíveis. A violência da miséria e da fome.

Por fim, a partir da ênfase do massacre do biografado, será apresentada a tramitação do processo penal. Na interpretação de Justo (2002), o processo penal sobre a morte de Zé de Lela, a partir da exposição do processo penal nº 401/1989 – PB, visa tratar como o conflito social foi enfocado pelas instâncias públicas responsáveis: os poderes Executivo, Judiciário e a Defensoria. Foram selecionados os documentos centrais para expor como são as formalidades de um processo penal, de modo que se possa ter uma nova visão da atuação de cada uma das instituições presentes. Está-se diante de uma versão “oficial” dos fatos, que é a contada pelas partes: Polícia Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Advogados de defesa e testemunhas.

No dia seguinte ao homicídio de Zé de Lela foi aberto um Inquérito Policial para apurar a autoria. A Polícia Civil é responsável pelas investigações dos fatos e o Delegado de Polícia Civil preside o Inquérito Policial. No caso tratado, a Secretaria de Segurança do Estado da Paraíba nomeou um delegado especial para o caso. Conforme notícia anexada ao processo, “a viúva da vítima foi pedir providências ao Secretário de Segurança, pois não pôde registrar a queixa – criminal em Conde porque o delegado não estava na cidade” (Jornal O Norte de 31/12/88).

O delegado comparou a materialidade do homicídio com a anexação do exame de laudo necroscópico. Recolheu nove depoimentos (*termos de declaração*) e, pela sequência de fatos

narrados anteriores ao homicídio, atribuiu a responsabilidade a dois *indiciados*, reiteradamente acusados por cinco daqueles que foram ouvidos: Florisvaldo e Zinho. O Inquérito foi encerrado em menos de sete dias (de 30/12/88 a 06/1/89) com o Relatório (06/01/89) do delegado, burocraticamente encaminhado ao Juiz, como de praxe.

Nesse cenário prevalece, de maneira geral, a inegável justiça quando se refere aos camponeses/as, mas quando se reporta aos detentores do poder, não tem limites. Só para dizer que quando é contra os povos do campo, a impunidade do crime se estende a tantos outros crimes que ocorrem no país, mas nem por isso a memória Zé de Lela sairá da história do assentamento.

Ainda dentro da apreciação do processo do estudo de Justo, adentra-se em síntese na fase judiciária. O Juiz de Direito, figura que preside o processo penal, teve sua primeira atuação formal com o *decreto da prisão preventiva dos dois réus* (em 12/01/89; isto é, seis dias após o *Relatório*). O juiz da comarca de Alhandra – que compreende, entre outros, o município do Conde – baseou seu decreto no relatório do delegado e nas “provas” existentes nos autos do inquérito policial. Antes mesmo desse decreto, já havia uma *contrariedade ao pedido de decretação de custódia cautelar* (prisão preventiva), feita por um advogado de Florisvaldo. Um advogado constituído (contratado particularmente com procuração do interessado) para os dois réus entrou com *pedido da revogação da prisão preventiva* (25/01/89) defendendo a tese de inocência.

O Ministério Público – Órgão do Poder Executivo -, na figura do Promotor de Justiça, conduz a ação penal como instância responsável por denunciar aquele que foi indiciado no Inquérito Policial. A primeira manifestação desta instituição é a *Denúncia* (10/4/89). No caso tratado houve a seguinte argumentação: “O crime teve sua origem em conflito de terra”.

A promotora do caso se baseou no depoimento da mulher de Zé de Lela chegando a transcrever parte deste em que era descrita a ação cometida contra o seu mérito: que teriam visto duas pessoas caminhando no asfalto (no sentido da praia de Jacumã à cidade de Conde), haviam avistado também um veículo de propriedade de Zinho, que saíra do Sítio Ipiranga em direção a Conde, o fato de Zé não ter participado do mutirão naquele dia e a chegada de pessoas acusando Florisvaldo e Zinho. Prosseguiu, então, relatando os fatos reportados pelo relatório do delegado, que antecederam ao homicídio. De acordo com os depoimentos colhidos no Inquérito Policial, não restaria dúvidas de que os réus seriam os autores materiais do fato criminoso. Desde a decretação da custódia cautelar dos denunciados, os mesmos se

encontravam foragidos. Posto isso, a promotora defendeu a existência de “evidências” de que os denunciados vinham tendo atritos de ordem pessoal com a vítima. Por fim, denunciou os réus por homicídio doloso com a qualificação de impossibilitar a defesa da vítima.

Um ano e meio após a denúncia (13/11/90), a Promotoria apresentou suas *alegações finais* (JUSTO, 2002). Pronunciou os réus, isto é, indicou-os para serem submetidos ao Tribunal do Júri, argumentando que haveria indícios de culpa, que os mesmos teriam fugido do distrito de culpa, defendeu a aplicação do brocardo: *in dubio pro societate*.

Um segundo Juiz de Direito assumiu o processo e foi responsável pela pronúncia (etapa anterior ao Tribunal do Júri) dos réus. Eis sua sentença (29/7/91):

Os indícios incriminando os acusados são fortíssimos, não só pelos ditos testemunhais, mas também pelo fato de, logo após a decretação de suas prisões cautelares pelo magistrado que me antecedeu no feito, os denunciados terem se evadido do distrito de culpa, numa evidência a toda a prova, de suas cumplicidades no evento criminoso. Havia rixa ou rivalidade, decorrente de questão de terras, no Gurugi 2, entre os réus e a vítima, ou seja, entre os *arrendatários e os posseiros* de terras naquela região do Conde (Processo Penal Nº 401/89, p. 542 – grifos meus).

Para ele, não haveria dúvidas quanto à autonomia e nem se aplicaria o princípio “*in dubio pro reo*”. Mas, mesmo assim, disse que para emitir a sentença de pronúncia não seria necessário ter certeza. Pronunciou os réus conforme enquadrado na Denúncia.

Um terceiro Juiz de Direito tomou posse na Comarca de Alhandra-PB. Ele deferiu o pedido da Promotoria de adiamento do Júri (09/12/93) e também determinou que fosse cumprida a diligência.

Em 27/12/93 – quase cinco anos exatos da morte de Zé de Lela – houve a *sentença final*. O conselho de sentença – formado por sete jurados – negou que Florisvaldo tivesse praticado o homicídio, por seis votos a um. (Só Florisvaldo julgado porque Zinho se encontrava foragido). O Juiz sentenciou a absolvição do réu.

Em síntese, a análise que me propus ao longo do contexto reafirma um trecho da fala do religioso Frei Anastácio que diz: “*Ainda é um caso insolúvel*”; um dos entrevistados memoriza esse fato, como tantos outros, expresso na luta pela posse da terra. São essas lembranças, que confluem e se entrecruzam, e são responsáveis pela constituição de um assentamento e pela luta dos oprimidos.

Todo esse episódio e massacre de Zé de Lela no assentamento Gurugi II e a contribuição mencionada nos relatos e nos companheiros dessa luta que fizeram a resistência, abriu território

para outros municípios do litoral sul paraibano, além de colaborar em outros espaços agrários. Assim, como toda comunidade que reside no assentamento, fruto desse legado do biografado no tempo presente, que conquistou a terra prometida. Essa conquista perpassa qualquer outro aspecto, ou seja, conquista não é ganho, a conquista restabelece toda estratégia de luta, resistência, organização da utopia histórica de enfrentamento que acontece em diferentes contextos sociais no espaço agrário envolvendo a luta pela terra.

Importa descrever, também, que o líder Zé de Lela tem como marco histórico a consolidação de vários outros assentamentos neste município, como consta nos arquivos da CPT, a relação das comunidades constituídas no referido município, denominadas e quantificadas: *Barra de Gramame – 78 famílias; Capim Açú – 14 famílias; Dona Antônio - 110 famílias; Frei Anastácio – 18 famílias - Gurugi I - 82 famílias; Gurugi II - 86 famílias; Mata da Chica – 450 famílias; Ric Charles – 51 famílias; Tambaba – 17 famílias.*

Essa relação de Zé de Lela com a terra tem muito mais do que seu assassinato, como demonstra o número de assentados/as e assentamentos nesse chão, totalizando 906 famílias, em quase 9.000 hectares, dentro de um território de aproximadamente 173 km² de área.

Por sua vez, o caráter de luta do camponês José Francisco Avelino entra para a memória de todos/as, fortalece ainda mais a resistência histórica da questão agrária, como uma herança de aprendizados coletivos. O que consta mais recente com essa memória do tempo presente é um estádio de futebol com o nome de José Avelino.

Em homenagem à história do camponês a prefeita de Conde-PB, Tatiana Corrêa Lundrig do (PTdoB), inaugurou no dia 08/05/16, na comunidade Gurugi II, a Arena Zé de Lela, de propositura do vereador Luzimar Nunes, o maior defensor do esporte na câmara municipal, que esteve todo o tempo ao lado da prefeita e destacou as obras do campo e da praça.

Essa propositura não passou pela assembleia da comunidade, só pelo crivo da família. O mais interessante de tudo isso é o seguinte, como diz um ditado popular: “As mãos que nos batem são as mesmas mãos que nos afagam”, ou seja, foi essa família que nos oprimiu, que nos torturou. E é essa família que nos homenageia.

Foto 13 - José Francisco Avelino, homenageado em Gurugi II Conde – PB pelos desportistas. 12/11/2016



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A labuta de construção de uma dissertação de mestrado envereda por uma série de etapas, tais como a constituição e reconstituição de um projeto de pesquisa, o enraizamento da pesquisa de campo, a análise das fontes, coleta de dados e redação do texto dissertativo. Estes momentos são entrelaçados por sua peculiaridade, desafios e alegrias de construir o que antes era um projeto de doze páginas, adquirir estrutura e se tornar uma dissertação. Em meio a estas etapas e prefigurado em uma perspectiva teórica e metodológica, o pesquisador vai desenhando sua narrativa e redefinindo acerca de seu objeto de estudo, objetivos e problemática da pesquisa.

Apesar de todas as ponderações feitas até aqui e de todos os resultados apresentados, resta-nos delinear determinadas considerações que estão longe de ser postas como verdades absolutas e rematadas às apreciações e questões, até mesmo porque, perante a discussão biográfica, tornar-se-ão obsoletas. Em quase dois anos de pesquisa, ao longo desse período, pude aprender na academia, especialmente, com os sujeitos participantes deste trabalho, enraizado na resistência dos camponeses/as, que como protagonistas da luta pela terra abriram a discussão sobre a transformação de posseiros ou de área de acampamentos em assentamentos, a partir de uma realidade mais complexa do que se podia imaginar, no contexto agrário, e pela desapropriação de terras na Paraíba, assim como no assentamento Gurugi II, no município do Conde – PB.

Neste sentido, a luta movida pela biografia de José Francisco Avelino, continua na vigência do cotidiano e na ação do território desses camponeses/as. Advindo do universo das organizações sociais, ligado ao desenvolvimento do campo em permanecer e resistir atuando a partir de uma preocupação de cunho social, cultural e humanista, o referido camponês lutou a favor dos oprimidos/as num contexto e organização de entidades de apoio à dimensão da reforma agrária, em especial, deteve seu foco que enveredou pelo processo histórico.

Considerando o objeto de estudo, dedicar-me-ei nas páginas que seguem a apresentar os achados e ponderações a partir deste trabalho, bem como os desafios e perspectivas vivenciados no desenrolar desta pesquisa e algumas propostas de ações de projetos futuros.

Orientados por este objeto e buscando atender à problemática e objetivos que foram definidos para esta pesquisa, construí um primeiro capítulo no qual foi apreciado o processo teórico-metodológico, que encontrei alguns achados da pesquisa que motivaram o objeto de estudo, no entanto, bem como fui situando o leitor em uma proposta de estudo. Ao longo desse

processo, em um segundo capítulo, ative-me à prefiguração com a questão agrária na Paraíba e história do movimento social do campo, no ensejo de situar o leitor na raiz do que foi a luta do povo camponês do assentamento Gurugi II, trilhando, assim, ponderações que foram necessárias para que no capítulo seguinte pudesse analisar as contribuições do líder camponês José Avelino à referida situação agrária.

Portanto, deparei-me com alguns achados que merecem ser ponderados, a saber: busco compreender uma sequência histórica de conflito e resistência que objetiva reconstruir, minimamente, o processo de construção da luta pela posse das terras no assentamento Gurugi II, no município do Conde – PB. A relevância dessa luta será analisada sempre à raiz das ações e resistências camponesas vivenciadas por eles/as. No entanto, apresento um breve relato das lutas dos camponeses, tendo como marco a terra e junto com ela a liberdade de cultivá-la. Dessa forma, também apresento a configuração sucinta sobre a formação e construção da identidade agrária local.

As leituras de nossas fontes, sobre a questão agrária, na Paraíba, desencadeou uma transformação e resistência na luta pela posse das terras para os camponeses, tendo em vista que as relações que estes estabeleciam com os proprietários das terras era baseada em situação de opressão, violência, as relações entre os camponeses e os latifundiários que resultava na expropriação.

O decorrer da história do assentamento Gurugi II, um fazer-se de resistência e liderança do camponês Zé de Lela, e também as diversas motivações de seu envolvimento na luta pela posse das terras, no desencadear das contribuições que o biografado faz aos movimentos sociais e que, não só contribuiu, mas se dedicou enquanto vivenciou uma luta e que a transformação dessa resistência viria a partir de uma contribuição, organização e para uma ação coletiva.

No decorrer desse processo, compreendi que a participação de Zé de Lela com os camponeses/as, na luta pela posse das terras no assentamento Gurugi II, contribuiu para a memória e sistematização do movimento social, como evidenciado, que muitos dos camponeses estavam com um tipo de comportamento e relação com a resistência do biografado, tendo em vista que a relação não foi a mesma estabelecida com os proprietários e seus capangas que tiraram a resistência do referido camponês, considerando que muitos dos camponeses que narram essa memória vivenciaram essa luta.

A contribuição de José Francisco Avelino, como se pode constatar, reserva uma série de fragmentações aos resultados de uma realidade que implica nas transformações. Esta é uma

realidade que atinge não só os movimentos camponeses, mas os movimentos sociais em geral, só para dizer que a marca do protagonista na luta pela posse da terra foi resistir. Isso pressupõe características de ação positiva em relação às conquistas pelo uso e posse da terra.

A relevância desse estudo tem um horizonte na formação do pesquisador, a partir da produção e sistematização da ciência, assim como representa o fortalecimento da resistência campesina e a afirmação da nossa identidade no contexto socio cultural. Além de representar, o marco da emancipação social, advindos da organicidade camponesa, carregada de significados profícuo do campo, isso só para dizer que, vai perpassar de geração em geração, ou seja, a memória do tempo presente resistrada no universo do saber. Portanto, esse estudo representa o fortalecimento da memória e luta pela terra na Paraíba.

Após construir o que me propus e ter concluído na gênese utilizada na abertura destas considerações finais, ou seja, na perspectiva de elucidar parágrafos, ampliá-los, invertê-los, reescrevê-los, ler e reler, compreendi que a memória de Zé de Lela se constitui como um espaço de construção de luta e contribuição a partir de sua resistência. Com esta discussão, finalizo a trajetória descrita nesta dissertação, considerando o estágio e formação enquanto pesquisador.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BANDEIRA, Lourdes; MIELE, Neide; GODOY, Rosa (Org.). **Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira**. João Pessoa: Editora Universitária/Manufatura, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os nomes do trabalho. In: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO/85. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

_____. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Org.). **Pesquisa participante: A Partilha do Saber**. Aparecida – SP: Ideias & Letras, 2006.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARLOS, Erenildo João (Org.). **Educação e visualidade: a imagem como objeto do conhecimento**. João Pessoa: UFPB, 2012.

CAVALCANTE, Maria Helena Pereira et al. **Uma história do Conde**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1996.

COISAS do Brasil. **Gurugi II Conde** – PB, 1989 - CEDOP. 04/06/2009. [Documentário].

CPT NACIONAL. **Conflitos no campo – 2015**. Coordenação de Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade. Goiânia: CPT Nacional, 2015. 240 p. il.

_____. **Conflitos no campo – Brasil 2016**. Coordenação: Antônio Canuto, Cassia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade. Goiânia: CPT Nacional, 2016. 232p.

DAINESE, Grazielle. “Sem Terras”, “Urbanos” e “Camponeses”: histórias do campo, da cidade e de movimento social. In: CIOCCARI, Marta; LOPES, José Sérgio Leite (Org.). **Narrativas da desigualdade: memórias, trajetórias e conflitos**. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.

DEMO, Pedro. **Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos**. Brasília: Líber Livros Editora, 2004.

FELIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERREIRA, Amauri; GROSSI, Yonne de Souza. A narrativa na trama da Subjetividade: perspectivas e desafios. **Revista Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 120-134, jan./jun. 2002.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costas. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FON FILHO, Aton. Brasil: criminalização dos movimentos sociais: democracia e repressão dos direitos humanos. In: BULT, Kathrin; KOROL, Claudia (Org.). **Criminalização dos protestos e dos movimentos sociais**. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2008. p. 79-109. Disponível em: <<http://www.rls.org.br/publicacoes/criminalizacao-dos-protestos-e-dos-movimentos-sociais/criminalizacao>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. Considerações em torno do ato crítico de estudar. In: _____. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 9-12.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Extensão ou Comunicação**. Tradução de Rosisca Darcu de Oliveira. 7. ed. (1ª ed. 1969). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 56. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. 2. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1994.

_____. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo. Vértice, 1990.

IMPLEMENTAÇÃO dos assentamentos rurais na Paraíba. João Pessoa: UFPB - CCSA – CME, 1985.

JACOBI, Pedro. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. **BIB**, n. 23, São Paulo: Vértice, 1987.

JACOBS, Jane. **A natureza das economias**. São Paulo: Editora Beca, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber:** representações, comunidade e cultura. Tradução de Pedrinho Guareschi. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Coleção Psicologia Social).

JUSTO, Marcelo Gomes. **Capim na Fresta do asfalto:** conflitos agrários violentos e justiça. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.

LEITE, Lopes, José Sérgio; CIOCCORI, Marta (Org.). **Narrativas da Desigualdade:** Memórias, trajetórias e conflitos. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2013. 400p.

KOURY, Mauro G. Pinheiro. Breve histórico do movimento camponês no Nordeste. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 2, n. 2-3, 1983.

LEMOES, Francisco de Assis. **Nordeste – o Vietnã que não houve:** Ligas Camponesas e o golpe de 64. Londrina-PR: Ed. UEL, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

_____. Memória. In: _____. **História e Memória.** Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. p. 423-483.

_____. **O apogeu da cidade medieval.** São Paulo: Martins Fontes, 1992. [Original: 1980].

MAIOR, Antonio Souto. **História geral.** São Paulo: Editora Nacional, 1965.

MARTINS, Heloisa. Helena. T. de Sousa. Metodologia Qualitativa de Pesquisa. **Educação e pesquisa**, SP, v. 30, n. 2, maio/ago. 2004.

MARTINS, José de Souza. Mercado e Democracia: a relação perversa. **Tempo social:** USP, S. Paulo, v. 2, n. 1, p. 7 -22, 1 sem. 1990.

_____. **Os Camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expressão e da frente pioneira. **Tempo Social:** USP, S. Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo, 1947. **História local e memória:** limites e validades. Campinas, SP: Librum Editora, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social:** Teoria, Método e Criatividade. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Ação territorial de uma igreja radical:** Teologia de Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba. 2008. (Tese de Doutorado) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

MOLINA, Mônica C. **Pluralismo Jurídico** e o direito à propriedade fundiária no Brasil. Campinas: (FCH) Unicamp, 1992.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História e Memória**: a cultura popular revisitada. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Caminhos da História).

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de Chão**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997. 2 v.

_____; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1997.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **Histórico da Paraíba**. João Pessoa: MST, [s.d.]. (Mimeo).

NOVAES, Regina Reyes. A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba. In: PAIVA, Vanilda (Org.). **Igreja e a questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

_____. **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio Janeiro: GRAPHIA, 1997.

_____. **De Corpo e alma** – catolicismo, classe e conflitos no campo. 1987. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciências Sociais, FFLCH/USP, São Paulo, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste: Planejamento e conflito de classe, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. Quem tem medo da governabilidade. **Novos Estudos Cebrap**, n. 41, mar. 1995.

PAIVA, Vanilda. Introdução. In: PAIVA, V. (Org.). **Igreja e questão agrária**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1984.

PEREIRA, Antônio Alberto. **Pedagogia do movimento camponês na Paraíba**: das Ligas aos Assentamentos Rurais. João Pessoa-PB: Editora Universitária, 2009.

PASSOS, Mauro (Org.). **José Maria Pires**: Um profeta em movimento. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2008.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 24. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RICHARDSON, Roberto Jerry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANE, Dermeval. **Escola e democracia**. 37. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SIGAUD, Lygia. **A forma-acampamento: notas a partir da versão pernambucana**. São Paulo: Cebrap, 2000. (Novos estudos Cebrap, n. 58).

SILVA, Severino Bezerra da. Memórias Camponesas na Paraíba (1960 a 1980), organizações/lutas e catolicismo popular: Uma Contribuição histórica à Educação do Campo. In: BATISTA, Maria do Socorro Xavier (Org.). **Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas de Educação do Campo: Pesquisa e Práticas educativas**. João Pessoa: UFPB, 2011.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste. O Vietnã que não houve**. Ligas Camponesas e o golpe de 64. Londrina/João Pessoa: Editora da Universidade Estadual de Londrina/Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1996. 375p.

SOUZA, Francisco de Assis Varela. **Reforma Agrária: da questão histórica nacional à implementação dos assentamentos rurais na Paraíba**. João Pessoa: UFPB - CCSA – CME, 1998.

SOUZA, Israel Soares de. **O ensino de história e os movimentos sociais: prática de história local nos assentados do Conde**. 2008. Dissertação de Mestrado em Educação Popular PPGE/UFPB, João Pessoa, 2008.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, João Pedro; GORGEN, Frei Sérgio. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAN HAM et al. **Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba – Deixemos o povo falar**. João Pessoa/PB: Ideia, 2006.

APÊNDICE A. Roteiro semiestruturado elaborado para coleta de informações sobre o líder camponês Zé de Lela.

PERGUNTAS NORTEADORAS

1. COMO VOCÊ CONHECEU JOSÉ FRANCISCO AVELINO?
2. DESCREVA OS ESPAÇOS (LUGARES) AONDE VOCÊ CONHECEU JOSÉ FRANCISCO AVELINO?
3. FALE SOBRE SUA ATUAÇÃO E A DE JOSÉ FRANCISCO AVELINO NESSES MESMOS ESPAÇOS (LUGARES)?
4. COMO FOI A PARTICIPAÇÃO DE JOSÉ FRANCISCO AVELINO PARA A LUTA PELA POSSE DA TERRA E NO DEBATE AGRÁRIO NA PARAÍBA E EM OUTROS ESPAÇOS?
5. PARA VOCÊ COMO ERA O CAMPONÊS JOSÉ FRANCISCO AVELINO?
6. PARA VOCÊ COMO ERA A LUTA AGRÁRIA DE JOSÉ FRANCISCO AVELINO?
7. PARA VOCÊ QUAL ERA O PERFIL DE LIDERANÇA DE JOSÉ FRANCISCO AVELINO?
8. PARA VOCÊ COMO ERA A CONTRIBUIÇÃO DO CAMPONÊS JOSÉ FRANCISCO AVELINO?

ANEXOS

Anexo 01. Mapa do município do Conde na Paraíba, destacando o local de luta pela posse da terra no distrito de Gurugi.

